MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Superior de História *Licenciatura*

na modalidade presencial

NATAL, RN
2018

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Superior de História *Licenciatura*

na modalidade presencial

Projeto aprovado pela Resolução nº XX/2018-CONSEPE/UFRN, de XX/XX/2018.

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO

Elda Silva do Nascimento Melo

COORDENADORA DO SETOR DE ACOMPANHAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Anne Cristine da Silva Dantas

DIRETORA DO CENTRO DECIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Maria Das Graças Soares Rodrigues

CHEFE DO DEPARTAMENTO DEHISTÓRIA

Roberto Airon da Silva

COORDENAÇÃO DE CURSO DEHISTÓRIA LICENCIATURA

Raimundo Nonato Araújo da Rocha

VICE-COORDENAÇÃO DE CURSO DEHISTÓRIA LICENCIATURA

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Haroldo Loguércio de Carvalho
Maria da Conceição Fraga
Raimundo Nonato Araújo da Rocha
Raimundo Pereira Alencar Arrais
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto

PROFESSORES DO CURSO

Carmen Margarida Oliveira Alveal
Durval Muniz de Albuquerque Junior
Flávia de Sá Pedreira
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva
Francisco das Chagas Santiago Júnior
Haroldo Loguercio Carvalho
Hélder do Nascimento Viana
Henrique Alonso de A. Rodrigues Pereira
José Evangelista Fagundes
Juliana Teixeira Souza
Lígio José de Oliveira Maia
Lyvia Vasconcelos Baptista
Magno Francisco de Jesus Santos
Marcia Severina Vasques
Margarida Maria Dias de Oliveira
Maria da Conceição Fraga
Maria da Conceição Guilherme Coelho
Maria Emília Monteiro Porto
Raimundo Nonato Araújo da Rocha
Raimundo Pereira Alencar Arrais
Renato Amado Peixoto
Roberto Airon Silva
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto
Susana Isabel M. Guerra Domingos
Wicliffe de Andrade Costa

ASSESSORIA E REVISÃO PEDAGÓGICA

Ana Rita Rodrigues dos Santos
Anne Cristine da Silva Dantas
Jose Carlos de Farias Torres
Neyjmme de Fátima Medeiros
Víctor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira

SUPORTETÉCNICO-PEDAGÓGICO

Luana Albuquerque Serafim
Marconi César Catão de Sá Leitão

CRÉDITOS DO ÚLTIMO PPC

Raimundo Pereira Alencar Arrais
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva
Wicliffe de Andrade Costa
Almir de Carvalho Bueno

Sumário

1 INTRODUÇÃO 6
1.1EXIGÊNCIAS PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA.....8
1.2 ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 15

2 HISTÓRICO DO CURSO.....**16**

3 OBJETIVOS DO CURSO.....**18**
3.1 GERAL.....18
3.2 ESPECÍFICOS.....18
3.2.1 *Em relação ao campo de atuação profissional, pedagógico e técnico-científico..18*
3.2.2 *Em relação à formação profissional, cultural e ético-política.....20*
3.2.3 *Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Plano de Desenvolvimento Institucional, ao Projeto Pedagógico Institucional e à Missão da UFRN.....*20

4 JUSTIFICATIVA.....21
4.1. JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA.....21
4.1.1 As demandas do mundo do trabalho.....25
4.1.2 Demandas da sociedade.....26
4.1.3Demandas decorrentes do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico 27
4.2 OUTRAS RAZÕES PARA A EXISTÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA.....28

5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL.....**28**
5.1 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ACESSIBILIDADE.....30
5.2 AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....31
5.3 QUADRO DE PESSOAL.....31

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....**34**
6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO 34
6.2 PERFIL DO EGRESSO.....35
6.2.1 Competências e Habilidades 36
6.2.2 Acompanhamento de Egressos.....38
6.3 METODOLOGIA.....39
6.3.1 Interdisciplinaridade.....40
6.3.2 Flexibilidade e Acessibilidade.....41
6.3.3 Ensino, Pesquisa e Extensão.....42
6.3.4 Articulação do curso com programa(s) de pós-graduação.....48
6.3.5 Flexibilização curricular.....49

6.3.6 Metodologias de ensino ou de avaliação inovadoras.....49
6.3.7 *Conteúdos inovadores: educação ambiental, Direitos Humanos, Direitos educacionais dos adolescentes e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.....50*
6.3.8 Conteúdos de fundamentos da educação, gestão de sistemas de ensino e políticas públicas.....51
6.3.9 Conteúdos de educação especial e Língua Brasileira de Sinais (Libras).....51
6.3.10 Estágios.....51
6.3.11 Trabalho de Conclusão de Curso.....53
6.3.12 Atividades Teórico-Práticas (ATP).....54
6.4 ESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR 54
6.4.1 Caracterização do curso de História Licenciatura.....54
6.4.2Estrutura Curricular 69
6.4.3 Comparativo entre as estruturas curriculares.....72
6.4.4 Plano de migração.....76

7 APOIO AO DISCENTE.....**76**

8 AVALIAÇÃO.....77
8.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....77
8.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....81

REFERÊNCIAS.....**82**

APÊNDICES.....83

ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 01/2018 – COLEGIADO DE CURSO DE HISTÓRIA, DE XX DE OUTUBRO DE 2018......208
ANEXO II – RESOLUÇÃO Nº 02/2018– COLEGIADO DE CURSO DE HISTÓRIA, DE XX DE OUTUBRO DE 2018.....213
ANEXO III - RESOLUÇÃO Nº 03/2018 – COLEGIADO DE CURSO DE HISTÓRIA, DE XX DE OUTUBRO DE 2018.....**219**
ANEXO IV – RESOLUÇÃO Nº 04/2018 – COLEGIADO DE CURSO DE HISTÓRIA, DE XX DE OUTUBRO DE 2018.....**224**

1 INTRODUÇÃO

O presente documento institui o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História, Licenciatura, na modalidade presencial, vinculado ao *Campus* Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN define a estrutura deste Projeto e como pode ocorrer o ingresso de alunos/alunas no Curso de História Licenciatura. A principal oferta de vagas para esse curso é o Sistema de Seleção Unificada (SISU) para Ingresso no Ensino Superior, que, anualmente, oferta oitenta e oito vagas: trinta e quatro delas para o turno matutino, e cinquenta e quatro para o noturno. A duração ideal para a conclusão do curso é de quatro anos e meio (nove semestres) e 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas. Entretanto, esse prazo pode ser alterado em cumprimento com o que estabelece a legislação, respeitando-se o prazo mínimo de quatro anos (oito semestres) e o máximo sete anos (quatorze semestres). A oferta dos componentes curriculares (disciplinas e atividades) dar-se-á nos períodos letivos definidos no calendário acadêmico da UFRN. Do ponto de vista legal, o curso foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 46.868, de 16 de setembro de 1959 e a sua federalização ocorreu por meio do Decreto Presidencial nº 62.380, de 11 de março de 1968.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História, grau de Licenciatura, resultou de discussões coletivas travadas no âmbito do Colegiado do Curso de História, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Departamento de História, bem como de reuniões com a Pró-Reitoria de Graduação, que assessorou a comissão de elaboração em todas as etapas. Além disso, as perspectivas do projeto foram enriquecidas pelo contato com as instâncias da atividade universitária – o ensino, a pesquisa e a extensão – e o estabelecimento de contatos do curso com outras instituições em busca de possibilidades de abertura de campos de atuação para os graduandos de História Licenciatura.

Para a elaboração do documento, consideraram-se as discussões realizadas por discentes e docentes sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) – cujos resultados foram levados em conta no diagnóstico do curso e no seu redimensionamento. As posições assumidas no documento se apoiam nas decisões

do Colegiado do Curso e do Departamento de História, no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN, nos dispositivos legais, como a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nos documentos do MEC, como o Parecer CNE/CES 13/2012, de 13 de março de 2002 (Diretrizes Curriculares para os Cursos de História) e a Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 01 de julho de 2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior) e o *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Acrescente-se a esses documentos as *Diretrizes para política de formação dos profissionais do magistério na Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (Resolução nº 020/2018 – CONSEPE, de 19 de março de 2018; as indicações da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN para os cursos de graduação, e outros documentos produzidos em foros nacionais dedicados à questão do ensino e da reformulação curricular dos cursos de História, incluindo aqueles promovidos pelo órgão representativo dos professores de História, a Associação Nacional de História (ANPUH).

A elaboração deste PPC partiu do pressuposto de que o currículo é

> um instrumento orientador da ação educativa em sua totalidade [e que sua] elaboração, por ser um trabalho partilhado, envolve crenças, princípios, valores, convicções, conhecimentos sobre a comunidade acadêmica, sobre o contexto científico e social e constitui um compromisso político e pedagógico coletivo.[1]

Existe uma distância que medeia um currículo como elaboração formal e a complexidade da realidade sobre a qual ele pretende intervir. Por isso, se não for obra resultante da colaboração e do entusiasmo da coletividade (professores, alunos e gestores), ele corre o risco de ser esquecido no papel. Considerando que o currículo tem intenções formativas e que a sua efetivação depende das condições objetivas existentes no curso, este Projeto foi elaborado a partir de uma avaliação, incluindo as limitações, os embaraços e as potencialidades - seja no aspecto material e humano, seja nas condições da instituição e na sua capacidade de fornecer os instrumentos legais para permitir seu desenvolvimento.

A atualidade deste Projeto Pedagógico dependerá tanto do interesse vivo e

[1]RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. Diferentes espaços/tempos da organização curricular. In: ALMEIDA, Maria Doninha (Org.). **Currículo como artefato social**. Natal: EDUFRN, 2000. p. 9. (Coleção pedagógica, n. 2).

contínuo, por parte dos professores, tanto para captar as demandas sociais advindas da sociedade, em geral, e da escola pública, em particular, quanto para buscara implantação, no cotidiano do curso, de uma pedagogia pautada na permanente autoavaliação, no que concerne aos processos, meios, objetivos e resultados.

1.1 EXIGÊNCIAS PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

Para fazer jus ao título de licenciado em História pela UFRN, *Campus* Natal, nos moldes definidos neste Projeto Pedagógico e em consonância com o que está estabelecido na Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, é necessário integralizar um total de 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas, assim distribuídas:

- **2.565 (duas mil, quinhentas e sessenta e cinco) horas em disciplinas.**

Desse total, **2.145** (duas mil cento e quarenta e cinco) horas são dedicadas à carga horária teórica distribuída em disciplinas (1.680 horas em disciplinas obrigatórias, 360 horas em disciplinas optativas e 105 horas em carga horária teórica a distância presentes nas Práticas como Componente Curricular) e **420**(Quatrocentas e vinte) horas presenciais estão destinadas às Práticas como Componente Curricular (PCC).Além disso, **140**(cento e quarenta) horas dessas PCC serão dedicadas a atividades de extensão, nas quais os alunos desenvolverão ações propositivas junto à escola ou à comunidade atendendo parcialmente orientação da UFRN (baseada no Plano Nacional de Educação - 2014-2024 – que prevê na sua Meta 12, Estratégia 12.7, uma carga horária de extensão propositiva por parte dos alunos).

- **400 (quatrocentas) horas de Estágios Supervisionados.**
- **200 (duzentas) horas de carga horária destinada às Atividades Teórico-Práticas (ATP).**
- **60 (sessenta) horas dedicadas à elaboração de um artigo científico, que será produzido a partir de pesquisas feitas pelos alunos.**[2]

Respeitando o Artigo 12 da Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, essa distribuição de carga horária do curso está estruturada em três

[2] Importante ressaltar que o Capítulo II, do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN, explicita a necessidade da pesquisa e da extensão no desenvolvimento do curso.

núcleos. O primeiro núcleo, formado pelas disciplinas teóricas (obrigatórias e optativas) englobando a formação geral, as áreas específicas, os componentes curriculares relacionados à educação e os conteúdos interdisciplinares.

O segundo núcleo está estruturado em torno da carga horária prática das disciplinas Prática como Componente Curricular e do artigo científico a ser produzido pelos alunos. Esse segundo núcleo almeja estabelecer sintonia da formação do professor de História com o ensino ministrado na Escola Básica. Pretende-se que, na sua formação, o aluno seja capaz de construir e investigar problemas, bem como propor soluções para eles. É nesse núcleo que o aluno concretizará atividades relacionadas a produção e avaliação de material didático, levando em consideração as diversidades existentes nas escolas e na sociedade.

O terceiro núcleo é composto pelas atividades integradoras para enriquecimento curricular do aluno. Nesse núcleo estão incluídas as Atividades Teórico-Práticas (ATP), nas quais os alunos podem desenvolver uma série de atividades ofertadas pela UFRN ou por outras instituições parceiras, tais como: Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão; PIBID; Residência Pedagógica; atividades nos laboratórios; programas de monitoria; ações em parceria com Instituições públicas, privadas e ONGs; participação em eventos científicos e culturais.

No que se refere às disciplinas, ao longo do curso, serão ministradas, nos diferentes níveis, dois tipos de disciplinas: as teóricas e as práticas. As teóricas estão subdivididas entre aquelas de caráter propedêutico (que se caracterizam pela sua natureza instrumental, que subsidia o aprendizado de conteúdos que serão mobilizados em outras disciplinas ou atividades), as de caráter teórico-metodológico (que se caracterizam por trabalhar conceitos teóricos e procedimentos metodológicos) e as de caráter historiográfico (que se caracterizam por tratar de diferentes interpretações acerca da construção dos fatos históricos). As disciplinas práticas são sete: da Prática como Componente Curricular I à Prática como Componente Curricular VII. Em cada uma dessas disciplinas, serão mobilizados os conhecimentos ministrados nas disciplinas teóricas para o desenvolvimento de práticas de ensino. Cada disciplina Prática trabalhará com um conteúdo específico.

Todas as disciplinas de Prática como Componente Curricular terão uma carga-

horária de 75 horas, sendo 60 horas dedicadas a práticas e 15 horas dedicadas à teoria. Essas 15 horas serão ministradas a distância. Ao incluir essa metodologia, tem-se por meta introduzir os alunos nos procedimentos próprios do ensino a distância, propiciando a familiarização dos licenciandos com a Educação a Distância

A discussão sobre as PCC está imbricada nas dimensões que envolvem a aplicação de um currículo, ou seja,

> [...] o **currículo formal** (ou pré-ativo ou normativo), criado pelo poder estatal, o **currículo real** (ou interativo), correspondente ao que efetivamente é realizado na sala de aula por professores e alunos, e o **currículo oculto**, constituído por ações que impõem normas e comportamento vividos na escola, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do trabalho coletivo, etc.[...][3]

Nesse sentido, as PCC serão desenvolvidas na perspectiva de propiciar um movimento de deslocamento do *currículo formal* para *o currículo real*, reduzindo o fosso entre essas dimensões do currículo.

No tocante aos Estágios Supervisionados, eles são ministrados (pelo Centro de Educação) em quatro semestres do curso e cada um deles possui carga horária de 100 (cem) horas. No primeiro Estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores I), os licenciandos atuarão em uma Escola Básica (podendo ser de Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio) caracterizando a clientela da escola, analisando a gestão da instituição, investigando o Projeto Pedagógico existente e analisando como o ensino de História é proposto neste Projeto. Esse estágio é ministrado no 6º período do curso, quando os licenciandos já tiveram oportunidade de conhecer,[4]por um lado, conteúdos (conceitos e teorias, informações sobre os mundos antigo, medieval e moderno) do ensino de História presentes na Escola Básica e, por outro, vivenciar o quotidiano das escolas. O primeiro Estágio não é, portanto, o momento do contato inicial do aluno com a escola, mas o momento em que ele se dedicará a entender o funcionamento de uma escola como um todo,

[3] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 105

[4]Na estrutura ideal do curso, o primeiro Estágio é ministrado no sexto nível. Antes desse nível, o aluno deve ter cursado cinco disciplinas de Prática como Componente Curricular. A meta é que durante essas cinco disciplinas o aluno tenha contato com a escola básica.

incluindo o modo como se organiza o ensino de História.

No segundo Estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores II), os licenciandos se dedicarão a compreender como a escola e o ensino de História se relacionam com a comunidade. Assim, os alunos do curso de História terão contato tanto com as estratégias usadas pela escola para sistematizar o ensino (as reuniões pedagógicas, os conselhos escolares, as reuniões com os pais), quanto terão a oportunidade de experimentar estratégias de trabalhos próprias da docência (minicursos, eventos culturais, grupos de estudos), que discutam conteúdos e temas visando a formação geral do aluno da Escola Básica. Nesse Estágio, pretende-se identificar também o papel do ensino de História no desenvolvimento das ações referidas. As atividades desse Estágio devem estar diretamente associadas com o trabalho realizado nas disciplinas Prática como Componente Curricular I, II, III e IV.

No terceiro Estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores para o Ensino Fundamental - História), os alunos deverão realizar ações de docência em uma sala de aula do Ensino Fundamental I (2º ao 5º ano) ou II (6º ao 9º ano), na modalidade dita Regular ou na Educação de Jovens e Adultos. Parte-se do pressuposto que, ao chegar a esse Estágio, o aluno já domina, por um lado, os conteúdos teóricos, metodológicos e historiográficos e, por outro, conhece o funcionamento da escola tendo, portanto, condições de planejar e executar, de forma autônoma, uma ação docente. Paralelamente ao terceiro Estágio, é ministrada a disciplina Prática como Componente Curricular VI, voltada para o ensino da História local (bairros, cidades, estado, regiões). A meta é que, ao realizar esse estágio, o aluno tenha condições teóricas e metodológicas de articular a dimensão local com outras espacialidades na concretização de sua ação docente.

No quarto e último Estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores para o Ensino Médio - História), os alunos de História deverão realizar ações de docência em uma sala de aula no Ensino médio, na modalidade dita Regular ou na Educação de Jovens e Adultos (ofertadas em escolas que ofereçam essa modalidade de ensino presencialmente ou em escolas que trabalham com módulos). Parte-se do pressuposto que esse Estágio (ministrado no último semestre do curso) permitirá ao aluno concretizar todos os aprendizados obtidos durante sua formação.

Para cumprir os quatro estágios curriculares (obrigatórios e não remunerados), os alunos de História precisam se cadastrar por intermédio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFRN) na Central de Estágios e só podem estagiar em escolas que estejam devidamente conveniadas com a UFRN. Outros estágios, mesmo aqueles não curriculares, precisam realizar procedimentos semelhantes ao Estágio Curricular e só podem ser realizados em instituições diretamente relacionadas com o trabalho do historiador e/ou do professor de História.

Para cada Estágio, será exigida a elaboração de um Relatório que descreverá o conjunto de práticas desenvolvidas na escola e possibilitará uma reflexão intelectual do aluno sobre essas práticas. O professor da atividade, em consonância com as discussões das *áreas de conhecimento* (Teoria e Metodologia da História, Mundo Antigo e Medieval, Mundo Moderno e Mundo Contemporâneo), definirá o tipo de relatório a ser apresentado pelo aluno.

As atividades realizadas no terceiro e no quarto Estágios poderão ser substituídas por experiências de docência (por exemplo: professor efetivo da disciplina História em uma escola da Rede Básica de Ensino, com a devida comprovação legal ou participantes de programas da UFRN, que prevê o exercício efetivo do magistério, como é o caso da Residência Pedagógica). Nesse caso, o aluno deverá solicitar formalmente a dispensa por meio de documento encaminhado à Coordenação do Curso, que fará o trâmite legal do processo, com vistas à análise do pleito.

No que concerne às Atividades Teórico-Práticas (ATP), o aluno deverá desenvolver uma carga horária de 200 (duzentas) horas. A pontuação das atividades que serão válidas como ATP está prevista no Anexo I deste Projeto Pedagógico. Nas ATP o aluno cumprirá atividades desenvolvidas fora da sala de aula, com ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Ainda como exigência curricular do curso, o aluno deverá elaborar um artigo científico que apresente relações entre História e ensino. Para a produção do artigo será destinada a carga horária de 60 (sessenta) horas/aula. O trabalho será individual e cada aluno será orientado por um professor do curso de História. As normas

específicas do artigo serão aprovadas e divulgadas pelo Colegiado do Curso de História Licenciatura. O artigo deverá se vincular a uma das temáticas a seguir: a) História da Educação; b) Análise de material didático; c) Análise de experiências com o uso de material didático; d) Representações construídas por agentes escolares (alunos, professores, pais, gestores) sobre o Saber Histórico Escolar. A ideia é que com esse artigo o aluno possa devolver uma ação orientada de pesquisa, associada à experiência com o ensino. Parte-se do pressuposto de que um aluno de graduação deve ter a experiência de produzir uma reflexão intelectual a partir de um determinado tema. A adoção desse artigo como componente curricular visa retomar a diretriz de produção intelectual individual, já adotada anteriormente no curso de História licenciatura.

Até 2004 todos os alunos do Curso de História tinham que cursar a licenciatura e o bacharelado e a elaboração de uma monografia como trabalho final da graduação era uma exigência. O projeto pedagógico de 2004 criou dois cursos distintos: História Bacharelado e História Licenciatura. A partir do projeto pedagógico de 2004, a monografia deixou de fazer parte das exigências de formação do licenciando. Isso ocorreu devido à complexidade imposta pela formação profissional do professor no mundo contemporâneo, que implica em grande investimento no conhecimento da realidade específica onde deve atuar o futuro docente, o que se traduz na necessidade de se estender o tempo das atividades práticas do currículo. Todavia, nas discussões travadas no Colegiado do Curso de História Licenciatura e no NDE, percebeu-se a necessidade de retomar a produção intelectual individual, optando-se pela adoção de um artigo científico.

Os relatórios de Estágio e o artigo científico possuem naturezas diferentes. No Relatório, o aluno fará uma descrição do trabalho realizado, ainda que realize reflexões intelectuais sobre a prática realizada. No artigo científico, o aluno deverá realizar uma investigação nos moldes indicados neste projeto pedagógico.

No que se refere à estrutura curricular, ressalte-se que este Projeto Pedagógico é caracterizado pela ausência de pré-requisitos, o que reflete na flexibilização do cumprimento das disciplinas nos níveis previstos do curso. Assim, o aluno poderá escolher a organização curricular que atenda melhor à sua expectativa,

ainda que o Projeto do Curso proponha uma distribuição de disciplinas[5] para serem cumpridas em cada nível.

A estrutura curricular deste PPC tem como base *quatro áreas do conhecimento histórico*: **Teoria e Metodologia da História**; **Mundo Antigo e Medieval**; **Mundo Moderno** e **Mundo Contemporâneo.**[6] A opção por essas áreas ocorreu a partir da necessidade de se encontrar um eixo articulador para o curso de História. Nas reuniões do Colegiado e do NDE foram discutidas várias propostas em torno de um eixo articulador e a opção escolhida se deu em razão de o Departamento de História já trabalhar com esses grupos.

Com efeito, as áreas surgiram no Departamento de História a partir de diretrizes definidas para a realização de concursos públicos para o seu corpo docente. No final da década de 1990, a UFRN decidiu que os concursos para docentes deixariam de ser realizados por disciplinas e passaram a ser realizados por área. Como o Departamento não estava estruturado por áreas, procurou-se uma alternativa para agregar os professores, optando-se por essas de áreas de conhecimento. A partir dessa decisão, o Colegiado do curso adotou as áreas como fórum para discutir as ementas e os programas de disciplinas. Aproveitando essa estratégia exitosa, o Colegiado e o NDE decidiram oficializar as áreas como eixo articulador do Curso.

Nesses termos, o Colegiado e o NDE decidiram que as *áreas de conhecimento histórico* organizam a distribuição das disciplinas: cada nível do curso está sob a responsabilidade de uma dessas áreas. A área define um percurso curricular (ementas, programas, métodos avaliativos, integração entre os componentes curriculares) para cada um dos nove níveis do curso. A área estabelece as articulações entre as disciplinas de caráter teórico, metodológico e historiográfico, com as disciplinas do campo educacional. A área articula as disciplinas teóricas com

[5] É importante destacar que, no âmbito do curso de História, uma hora-aula equivale a uma hora-relógio. Nesse sentido, quando a disciplina não puder ser ministrada em 60 minutos, ela deverá ter uma compensação de carga horária. Assim, uma disciplina de 60 horas que tenha apenas 50 minutos por dia de aula, terá que ser ministrada em 72 aulas.

[6] Ao longo deste projeto estaremos nos referindo a essas *áreas de conhecimento histórico*. Essa terminologia é restrita a este projeto e não tem qualquer relação com as definições do campo científico. A expressão foi construída exclusivamente para nominar os grupos agregadores de professores do Departamento de História do Campus Natal e seus repertórios científico-educacionais.

as Práticas como Componente Curricular e/ou com os Estágios Supervisionados. A área define as disciplinas optativas a serem ofertadas, levando em consideração as necessidades formativas que organizarão o semestre letivo. Além disso, é importante frisar que as disciplinas optativas variarão de acordo com as discussões da área no momento do planejamento semestral. Uma área pode ficar responsável por mais de um nível, mas em cada nível a área traça uma diretriz específica, levando em consideração as bases para a formação do professor, as discussões acerca da produção do conhecimento histórico, e o debate teórico e metodológico inerente aos saberes da disciplina História.

Este Projeto Pedagógico prevê a estruturação do curso e define que a sua unidade ocorre a partir das *áreas de conhecimento histórico*. A integração horizontal do curso dar-se-á a partir das disciplinas de Prática como Componente Curricular e/ou das atividades Estágios Supervisionados. A integração vertical ocorrerá a partir das diretrizes gerais estabelecidas neste Projeto e das reuniões semestrais das áreas que discutirão a execução dessas diretrizes.

1.2 ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

No que se refere à organização, este PPC está dividido nas seguintes seções: *Histórico do Curso*, na qual se apresenta uma breve trajetória do curso de História na UFRN, Campus Natal; os *Objetivos do Curso*, dedicado a explicitar o que o cursode História Natal pretende atingir ao longo da formação dos seus alunos; a *Justificativa*, na qual são apresentados os motivos que justificam a existência do Curso de História na UFRN, evidenciando como o Curso pode fornecer produtos (atividades de ensino, ações de extensão, pesquisas científicas) que contribuam para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, como um todo, e para as cidades do estado, em particular; a *Infraestrutura Física e de Pessoal,* que apresenta a estrutura física (salas e equipamentos) e os recursos humanos(corpo docente e técnicos)disponibilizados pelo Curso de História para possibilitar um bom desempenho acadêmico para seus alunos; a *Organização Curricular*, que se dedica a mostrar como se articula a estrutura curricular; a *Avaliação*, que apresenta a concepção de avaliação presentes neste PPC e explicita a forma como o próprio PCC será avaliado, o processo de

avaliação ensino-aprendizagem aplicado no decorrer curso e as expectativas de acompanhamento dos alunos egressos que concluíram o curso regido por este PPC; *Apoio ao Discente*, que indica como os alunos do curso de História podem ser auxiliados em uma série de demandas no interior da UFRN, que contemplam tanto as questões sociais e econômicas (residência universitária, auxílio creche) quanto as questões acadêmicas (orientações acadêmicas, orientação das disciplinas realizadas pelo professor além da sala de aula, auxílio para pessoas com deficiências).

2 HISTÓRICO DO CURSO

No início da década de 1950, o ensino superior em Natal era ministrado em faculdades isoladas, em associação entre a iniciativa privada e o governo do estado. Até então, não havia uma faculdade para formação de professores. As exigências do Ministério da Educação, no que diz respeito à titulação para o magistério secundário, levaram à criação de cursos sob a responsabilidade da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, o que originou a Faculdade de Educação, criada em 2 de março de 1955. O Decreto Federal nº 40.573 concedeu à Associação de Professores do Rio Grande do Norte a autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes, instalada em 27 de dezembro de 1956. A ela estavam ligados os cursos de Geografia, História, e Letras e Línguas Neo-Latinas.[7]

O curso de História obteve reconhecimento pelo Decreto Federal nº 46.868, de 16 de setembro de 1959. Tinha por objetivo qualificar professores para o ensino secundário e incluía as disciplinas *História da Antiguidade e da Idade Média*, *História Moderna*, *História Contemporânea*, *História da América* e *História do Brasil*, distribuídas em três anos.[8]

Em 1963, na administração do governador Monsenhor Walfredo Gurgel, a Faculdade de Filosofia de Natal foi incorporada à Fundação José Augusto, órgão do governo do Estado, sendo, posteriormente, agregada à Universidade Federal do

[7] RESUMO histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959-1969), p. 67-76.
[8] MEDEIROS, Alberto Pinheiro de. O curso de História na UFRN: trinta anos de existência. **História UFRN**, ano 1, n. 1, p. 17-21, 1987.

Rio Grande do Norte.

Pelo Decreto Presidencial nº 62.380, de 11 de março de 1968, a Faculdade de Filosofia foi federalizada, passando o curso de História por mudanças importantes. O Bacharelado era oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas, e a Licenciatura, pela Faculdade de Educação.

A implantação da Reforma Universitária pelo Governo Federal, em 1970, introduziu no currículo de História mudanças como a adoção do sistema de créditos e conceitos, da semestralidade do período letivo e da matrícula por disciplina.

As mudanças na perspectiva do trabalho do historiador, que incluíam a articulação entre o ensino e a pesquisa, resultaram na formação de uma comissão para reformular o currículo de História. Para viabilizar essa articulação, a comissão incluiu a proposta de integrar a Licenciatura e o Bacharelado em História em um único curso, aprovada pela Resolução nº 286/88- CONSEPE, de 01 de novembro de 1988. O curso de licenciatura e bacharelado em História exigia um total de 2.880 horas/aula, integralizando 182 créditos, distribuídos em quatro anos e meio.

Tendo recebido alterações ao longo dos anos, que não chegaram a modificar sua estrutura básica, este era o currículo em vigor.

Em 2004, entrou em vigor o Projeto Pedagógico do curso de História, que passou a formar dois tipos de profissionais: o licenciado e o bacharel. A partir de então, dois graus acadêmicos distintos organizaram-se sob o mesmo projeto. Esse projeto procurava fazer com que o ensino de História da UFRN pudesse acompanhar os desafios do mundo naquele momento, resultantes das mudanças ocorridas, em âmbito global, em todos os campos de saber, na cultura, nas relações mundiais e na reorganização do trabalho, refletindo em novos paradigmas do conhecimento, em novas formulações teóricas, materializadas nas pesquisas históricas e nas reflexões acerca do seu ensino.

Em 2016, a UFRN estabeleceu, com base na Resolução nº 2/2015, de 1º de julho de 2015, formulada pelo Conselho Nacional de Educação, que os cursos de graduação na instituição que tivessem Licenciatura e Bacharelado precisariam se transformar em dois cursos distintos. Este projeto adequa-se a essa resolução e

define as regras específicas para o curso de História Licenciatura, que entrará em vigor a partir do primeiro semestre de 2019.

3 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 GERAL

Propiciar aos licenciandos uma formação sólida para o exercício profissional no ensino de História, capacitando-os, por um lado, a conceber os fatos e os processos históricos articulados com a dimensão teórica e com as operações metodológicas próprias da produção do conhecimento histórico e das áreas relacionadas a essa forma de conhecimento; e, por outro, a desenvolver suas ações, respeitando os princípios éticos e políticos.

3.2 ESPECÍFICOS

De modo específico, o curso de História Licenciatura desta Universidade objetiva:

3.2.1 Em relação ao campo de atuação profissional, pedagógico e técnico-científico

- Possibilitar ao licenciando em História as condições para conduzir seu desempenho pedagógico fundamentado numa concepção de história como um processo em permanente construção, o que supõe, por um lado, uma atitude de pesquisador e, por outro, uma postura indagadora e crítica diante dos fatos e processos históricos.
- Formar profissionais para o magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio aptos a atuar nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Propiciar aos licenciandos uma formação em nível superior vinculada à prática profissional desenvolvida na educação básica, o que implica na realização contínua de estudos e atividades em escolas de ensino fundamental e médio.
- Formar profissionais aptos a atuar com as histórias e as culturas dos povos Afrodescendentes e Indígenas.

- Formar profissionais capazes de organizar informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História.
- Formar profissionais capazes de planejar, organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica.
- Formar profissionais capazes de propor alternativas para o ensino de História, a partir da reflexão e produção de materiais didáticos.
- Formar profissionais capazes de trabalhar em sala de aula tanto com pessoas com deficiências quanto com pessoas com altas habilidades, norteando-se pelos princípios de acessibilidade e inclusão.
- Formar profissionais capacitados a pesquisar e produzir materiais pedagógicos que se utilizem de novas linguagens e tecnologias da comunicação e informação (TIC), tais como vídeos, fotografias, músicas, *blogs* etc.
- Formar profissionais capazes de elaborar projetos de assessoria pedagógica às escolas.
- Formar profissionais capazes de assessorar, organizar, implantar e direção de serviços de documentação e informação histórica, bem como a seleção de documentos, para fins de preservação.
- Formar profissionais capazes de assessorar a avaliação e a seleção de documentos para fins de preservação.
- Formar profissionais capazes de elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

3.*2.2 Em relação à formação profissional, cultural e ético-política*

- Capacitar o licenciado a trabalhar com diferentes linguagens (escrita, imagética, audiovisual, oral e da cultura material) como suporte didático para lidar com o conhecimento histórico.
- Propiciar aos licenciandos uma formação que tenha por base a adoção de atitudes éticas no âmbito das práticas educativas.
- Formar licenciandos que produzam e socializem conhecimentos, respeitando a propriedade intelectual.

- Formar licenciandos que zelem e respeitem o patrimônio público e o ambiente, além de estimular a adoção desses comportamentos na sociedade.
- Formar profissionais comprometidos com as finalidades da educação, respeitando a pluralidade de pensamento em suas mais diversas expressões: a étnico-racial, a sexual, a religiosa, ade gênero, ade faixa geracional e a sociocultural.
- Favorecer a apropriação de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos inerentes à formação científica e cultural do ensinar/aprender.
- Propiciar aos licenciandos a compreensão de que os espaços e os tempos locais, regionais, nacionais e internacionais são historicamente construídos.
- Ofertar a formação em História tendo o espaço local como suporte estruturante do percurso curricular.

3.2.3 Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Plano de Desenvolvimento Institucional, ao Projeto Pedagógica Institucional e à Missão da UFRN

- Ofertar aos licenciandos uma formação que integre a pesquisa, a docência e a extensão.
- Formar nos licenciandos uma concepção deque a docência exige a explicitação de intenções (por ser uma ação educativa) e de métodos (por ser um processo pedagógico).
- Possibilitar que o licenciando reflita sobre a complexidade da sociedade, compreendendo a necessidade de fazer uso de procedimentos interdisciplinares na sua ação pedagógica.
- Formar profissionais para o magistério da disciplina História na educação básica em suas diversas etapas (Ensino Fundamental[9], Ensino Médio) e modalidades (educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar

[9] Apesar de o licenciado em História estar apto a dar aulas apenas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tem sido cada vez mais solicitados que profissionais de História elaborem currículos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e prestem assessoria em escolas que ministram esse nível de ensino. Isso por que os professores do Ensino Fundamental, em gera, não tem uma formação em História. Além dessas questões, é importante também que o profissional de História tenha conhecimento sobre o que é ensinado nessa disciplina em todos os níveis de ensino.

quilombola e educação a distância) a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e de educação escolar.

- Estimular o profissional a desenvolver e a associar atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando parcerias com a sociedade, poderes públicos, movimentos sociais e a iniciativa privada a fim de contribuir com a solução de problemas da sociedade.

4 JUSTIFICATIVA

4.1. JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 -, que passou a vigorar a partir de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes curriculares como princípios orientadores para os processos de formação de professores, substituindo a lógica dos chamados currículos mínimos.

Entre as várias diretrizes criadas a partir da LDB, duas afetaram as graduações em História: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica –Resolução CNE/CP 1/2002 e Resolução CNE/CP 2/2002 –, e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História – Parecer CNE/CES 492/2001. Essas diretrizes criadas pelo Conselho Nacional de Educação provocaram importantes debates nos cursos de Licenciatura em História das várias universidades, em razão da necessidade de reformulação curricular. No bojo dessas diretrizes, o curso de História da UFRN, em 2004, reformulou o seu projeto pedagógico.

Essas duas diretrizes estabeleceram uma série de mudanças para as licenciaturas, entre as quais se destacaram: a determinação de carga horária mínima para os cursos de licenciatura; a destinação de horas específicas para práticas como componente curricular; a implantação dos estágios supervisionados para os licenciandos; a criação das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), com suas respectivas cargas horárias.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o debate sobre as exigências legais para os cursos de formação de professores – as Licenciaturas –, foi bastante intenso. O Colegiado do Curso de História, particularmente,

participando das discussões sobre a reformulação curricular, propôs alterações no Projeto Pedagógico do Curso, procurando, por um lado, atender às exigências legais e, por outro, levar em consideração as necessidades internas do curso de História na UFRN.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico de 2004 estabeleceu um curso único com dois graus acadêmicos: Bacharelado e Licenciatura. Esse projeto traçou um perfil para o curso de História a partir da adoção dos seguintes princípios: respeito às determinações da legislação; incorporação dos avanços do conhecimento historiográfico; adoção dos procedimentos necessárias para uma sólida formação de historiadores/professores; sintonia com as necessidades sociais do Rio Grande do Norte, em geral, e da cidade de Natal, em particular.

As necessidades sociais que justificam a existência do curso de História Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte estão associadas às demandas por profissionais que atuem no ensino de História. Os quadros I e II indicam, respectivamente, o número de escolas e de alunos existentes no Rio Grande do Norte.

Quadro I – Número de escolas no estado do Rio Grande do Norte. Quadro construído a partir dos dados do Censo Escolar 2017[10].

Total de escolas	Públicas			Privadas		
	E. Fundamental	E. Médio	EJA	E. Fundamental	E. Médio	EJA
3.870[11]	2166	311	691	552	131	19

[10] Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/120-rio-grande-do-norte/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= > Acesso em: 09 set 2018.

[11] A maioria das escolas da Educação de Jovens e Adultos também ministra o Ensino Fundamental Regular e o Ensino Médio. Portanto, o número de escolas aqui apontados é maior do que a soma das escolas que oferecem turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade Regular.

Quadro II – Número de alunos matriculados no estado do Rio Grande do Norte. Quadro construído a partir dos dados obtidos no Censo Escolar 2017[12].

Número de alunos	Públicas			Privadas		
	6º ao 9º do E. Fundamental	Ensino Médio	EJA	6º ao 9º do E. Fundamental	Ensino Médio	**EJA**
352.868	174.323	94.961	27.845	37.751	16.213	**1.775**

Observando-se os quadros I e II, percebe-se que há um mercado de trabalho potencial para o professor de História. Esse profissional poderá atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tanto na modalidade Regular quanto na Educação de Jovens e Adultos. Em todas as escolas desses níveis de ensino, existem professores de História com um número de aulas semanais que varia entre duas e quatro.

Dividindo-se o número total de alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, na escola pública, por 40 (média de alunos por turma), obtém-se a informação de que existem 4.375 turmas. Dividindo-se o número total de alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nas escolas privadas, por 40 (média de alunos por turma), obtém-se a informação de que existem 944 turmas. Somando-se o número de alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas e das escolas privadas, tem-se um total de 5.319 turmas[13]. Supondo-se que um professor de História tem uma carga horária semanal de 20 horas/aula e que, em cada turma, esse professor ministrará quatro aulas, tem-se, então, que são necessários, pelo menos, 266 professores nas escolas de Ensino Fundamental no Rio Grande do Norte.

Dividindo-se o número total de alunos do Ensino Médio, na escola pública, por 40 (média de alunos por turma), obtém-se a informação de que existem 2.375 turmas. Dividindo-se o número total de alunos do Ensino Médio, nas escolas

[12] Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/120-rio-grande-do-norte/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= > Acesso em: 09 set 2018.

[13] A estimativa considera apenas os alunos das turmas ditas Regulares. Foram desconsiderados, para este cálculo, as outras modalidades de ensino, uma vez que elas são quantitativamente inexpressivas diante do montante analisado.

privadas, por 40 (média de alunos por turma), obtém-se a informação de que existem 945 turmas. Somando-se o número de alunos do Ensino Médio das escolas públicas e das escolas privadas, tem-se um total de 3.320 turmas[14]. Supondo-se que um professor de História tem uma carga horária semanal de 20 horas/aula e que, em cada turma, esse professor ministrará quatro aulas, tem-se, então, que são necessários, pelo menos, 166 professores nas escolas de Ensino Médio no Rio Grande do Norte.

Portanto, com base nesses dados, pode-se afirmar que, apenas na Escola Básica do Rio Grande do Norte, são necessários 432 professores.

Considerando-se que, anualmente, o Curso de História Licenciatura forma uma média de 40 alunos anualmente, pode-se afirmar que a Escola Básica se constitui em um mercado de trabalho potencial para o professor de História. Nesse sentido, é importante perceber que, nos últimos 5 anos, a rede estadual de ensino fez dois concursos públicos para professores de História, o IFRN fez três concursos públicos e vários municípios do Rio Grande do Norte também realizaram concurso para este cargo. Além disso, outros órgãos, como o Instituto do Patrimônio Histórico Brasileiro (IPHAN/RN) e prefeituras municipais têm realizado concursos para historiadores, aos quais o licenciado pode se submeter. Em suma, existe um mercado de trabalho disponível ao licenciado em História, o que justifica a existência desse curso.

Procurou-se dados sobre a aposentadoria dos professores de História do estado e do município de Natal. Entretanto, as secretarias de educação não possuem esses dados. Todas as informações estatísticas dessas secretarias se referem aos professores como um todo. A falta desse dado inviabiliza uma análise sobre a previsão de aposentadorias dos professores de História e, consequentemente, dos concursos a serem realizados.

Diante desse cenário que permite vislumbrar a necessidade contínua de formação de profissionais de História, o curso de História Licenciatura da UFRN (único curso público de História na modalidade presencial ofertado na capital do

[14] A estimativa considera apenas os alunos das turmas ditas Regulares. Foram desconsiderados, para este cálculo, as outras modalidades de ensino, uma vez que elas são quantitativamente inexpressivas diante do montante analisado.

estado), tem propiciado uma formação de qualidade a licenciados em História, fato que pode ser evidenciado a partir das notas obtidas historicamente pelo curso no ENADE. Ao longo da realização desse exame, o curso só obteve conceitos 4 e 5.

É importante frisar que em 2015, uma nova legislação foi criada, propondo mudanças nos cursos de formação de professores. A Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, manteve algumas diretrizes já aprovadas em 2012, aperfeiçoando-a.

Este Projeto foi elaborado a partir dessas diretrizes nacionais e das demandas sociais existentes para a profissão de historiador. Nesses termos, a necessidade de um curso de História, no âmbito da UFRN, no campus Natal, se justifica em razão dos seguintes elementos: demandas do mundo do trabalho; demandas da sociedade; demandas do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico; demandas do campo profissional do historiador.

4.1.1 As demandas do mundo do trabalho

A principal demanda para o licenciado em História é o setor educacional nos seus três níveis: fundamental, médio e superior. O campo que oferece maior possibilidade de absorção do trabalho do licenciado é o magistério da disciplina História. Nesse campo, o licenciado em História pode atuar em escolas federais, na rede estadual de ensino, nas redes municipais e nas escolas privadas. Em geral, a maioria dos egressos do curso tem sido absorvida por essas redes de ensino. Portanto, essa é uma das razões pelas quais o desenvolvimento de um currículo em consonância permanente com a escola é decisivo na formação do professor de História.

Além do magistério, há outras possibilidades de atuação para o profissional de História. Nota-se um movimento crescente no mundo e no Brasil advindo de empresas e instituições (inclusive de escolas) que desejam construir suas memórias e suas trajetórias.

Para que o trabalho de narrativas institucionais se efetive, é necessário que os cursos de História preparem seus alunos para articulações de memórias locais

com memórias nacionais. Desse modo, o PPC prevê uma formação que favoreça ao futuro profissional construir histórias institucionais locais, em articulação com outras histórias mais amplas.

Por tudo isso, pode-se afirmar que os historiadores não podem se limitar às pesquisas acadêmicas, mas precisam usar todo o conteúdo teórico e metodológico para se lançarem ao mundo do trabalho. O ensino é o principal campo de atuação, mas além dele devem ser observadas outras possibilidades de atuação como museus, cinema, teatro, produtoras de documentários, televisão, mercado editorial, dentre outros.

Portanto, uma das razões que justifica este Projeto são as demandas oriundas do mundo do trabalho, que necessita, tanto em Natal como em outras cidades do estado, de profissionais qualificados para o exercício do magistério da disciplina História e para o desenvolvimento de ações próprias do historiador.

4.1.2 Demandas da sociedade

Cresce, no Brasil, o número de adolescentes que tem acesso a computadores, celulares e *tablets*, em geral, conectados à internet. Concomitantemente, cresce também o número de escolas que disponibilizam equipamentos e navegação na internet para os alunos e professores, que usam cada vez mais os meios tecnológicos digitais para ministrar as suas aulas.

Apesar das contribuições advindas da tecnologia, ela também tem contribuído para o desinteresse, a dificuldade de leitura e de escrita por parte dos alunos. Essa novidade obriga os cursos de graduação a refletirem sobre a construção do currículo e do conhecimento escolar nas instituições de ensino. Nesse contexto, este Projeto, voltado especificamente para a formação do historiador, justifica-se em razão de apresentar alternativas para o trabalho com a cultura digital.

O curso de História também está atento à inclusão digital e social. Nesse sentido, este Projeto está orientado para formar profissionais que sejam capazes de incorporar em sua ação profissional atividades que estimulem o respeito à diversidade sociocultural, étnica, de gênero e de geração. Portanto, atento às demandas da sociedade, este PPC se justifica na medida em que formará

profissionais de História, aptos a trabalhar teórica e metodologicamente, com as diversidades, atendendo a uma importante demanda da sociedade contemporânea.

4.1.3 Demandas decorrentes do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico

O desenvolvimento científico e tecnológico tem repercutido na educação como um todo e na profissão de historiador em particular. Nessa conjuntura, a sociedade precisa de historiadores que aprendam o tempo todo, que desenvolvam pesquisas continuamente e que invistam na própria formação, como uma forma de se atualizar em relação à dinâmica das novas questões que emergem incessantemente no mundo contemporâneo.

Nessa perspectiva, as demandas advindas da sociedade requerem que, na Escola Básica, as disciplinas escolares incorporem elementos tecnológicos e desenvolvam investigações científicas. Tal demanda exige um curso de História que funcione a partir da articulação de grupos, redes e laboratórios. Nessa direção, ocurso de História Licenciatura Natal formará um historiador capaz de atuar, crítica e autonomamente, no enfrentamento de alguns importantes problemas sociais e econômicos, tais como as desigualdades e a exclusão. Além disso, o curso se propõe a orientar o licenciando a conviver e a propor inovações que possibilitarão melhores condições de vida para a sociedade. Entre essas inovações, pode-se citar o desenvolvimento sustentável, especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; a adoção de práticas que favoreçam à sustentabilidade socioambiental; a promoção de ações articuladas para a garantia do direito à educação ao longo da vida; a promoção de uma articulação entre distintas políticas públicas (educação básica, educação superior, pós-graduação, pesquisa, ciência, tecnologia, cultura, desporto, saúde e meio ambiente).

4.1.4 Demandas do campo profissional do historiador

Até bem pouco tempo, o licenciado em História teria que ser necessariamente professor de História. Hoje, entretanto, o licenciado em História tem diante de si outras possibilidades, como é o caso da participação em projetos

educacionais de entidades governamentais e não-governamentais, da produção de material de divulgação em História destinado ao grande público, sob a forma de audiovisual e outras atividades similares. Além disso, o licenciado em História também pode atuar na construção de memórias institucionais e pessoais, perspectiva incorporada na tessitura deste projeto e que a justifica como relevante ao campo profissional.

4.2 OUTRAS RAZÕES PARA A EXISTÊNCIA DO CURSO DE HISTÓRIA

Além desses aspectos mencionados, o curso de História se justifica em razão dos seguintes elementos:

- Necessidade de formar um historiador que integre, em sua ação docente, o ensino e a pesquisa, a teoria e a prática. Neste projeto, estão articuladas as dimensões teóricas e práticas, bem como as dimensões próprias da formação do historiador com as da educação;
- Necessidade de articulação entre a pesquisa e a docência. O licenciado em História deve ter a disposição e a capacidade de pesquisa sempre presente. À luz das reflexões contemporâneas, cabe ao professor de História construir continuamente problemas investigativos.
- Necessidade de oferecer o curso em dois turnos, com entradas e turmas distintas: matutino e noturno. Como já acontece atualmente, serão ofertados processos seletivos independentes.

5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL

Quadro III – Infraestrutura Física do Curso

Ambiente	Qtd.	Capacidade de Atendimento Discente	Descrição do Ambiente
Salas para professores (gabinetes de trabalho)	10	Em cada sala há espaços para dois professores e seis alunos simultaneamente	Salas para dois ou três professores equipadas com computadores e mesas de trabalho. Todos os professores têm gabinetes de trabalho. Todas as salas possuem internet a cabo e *wi-fi.*
Sala da coordenação	1	O coordenador, o vice-coordenador e quatro discentes simultaneamente	Sala para o coordenador com computador, armário e mesa de trabalho.
Salas de aula	6	60 alunos cada sala	Sala equipadas com carteiras, mesa para o professor e equipamentos de multimídia.
Auditórios	4	Auditórios com	Auditórios equipados com carteiras, mesas e

		capacidade para 100 pessoas, 50 pessoas, 40 pessoas e 20 pessoas, respectivamente	equipamentos de multimídia.
Sala para secretaria da coordenação	1	O secretário, coordenador e quatro discentes simultaneamente	Sala para o coordenador com computador, armário e mesa de trabalho.
Laboratório de Restauração (LABRE)	**1**	Até 20 alunos simultaneamente	Sala para a guarda do acervo recebido através dos projetos/convênio e procedimentos de fotografia documental. Sala dos procedimentos da encadernação e acondicionamento. Com relação aos equipamentos e suas condições de funcionamento, o laboratório apresenta o seguinte quadro: 1. Secadora de papel (1) 2. Refil para filtros de passagem (6) 3. Mapotecas (2) 4. Balança analítica de precisão (1) 5. Aspirador para higienização de documentos com colonização de fungos. 6. Estereoscópio 7. Mesa de trabalho (2,50 x 1,30 x 0,74cm) (1) 8. Mesa de trabalho (1,40 x 0,60cm) (1) 9. Cadeiras com rodas (13) 10. Armário fechado (4) 11. Estante de aço (4) 12. Tampo de vidro para mesa (2,09 x 0,99cm).
Laboratório de Arqueologia (LARQ)	**1**	Até 20 alunos simultaneamente	O LARQ dispõe de espaço para aulas com materiais arqueológicos,para utilização de projeções, e para organização e análise de artefatos, além de servir na preparação de atividades a serem realizadas em campo na disciplina Arqueologia Pré-Histórica. Dispõe atualmente de espaço novo e climatizado para reserva técnica dos materiais que estão sob sua guarda, permanente ou provisória. O laboratório dispõe de duas salas, uma grande com mesa de análises com dez cadeiras e uma sala menor para acervo de reserva técnica que dispõe também de espaço para arquivos e documentação do laboratório.
Memorial do Programa Nacional do Livro Didático (Memorial do PNLD)	**1**	20 pessoas, simultaneamente	O Memorial do PNLD está localizado numa residência alugada pelo CCHLA na rua Antônio Barros Cavalcanti, 2873, Mirassol.
Laboratório de Imagens (LABIM)	**1**	20 pessoas, simultaneamente	Atualmente o laboratório funciona em duas salas contíguas no anexo III do CCHLA/DEHIS. O LABIM possui 4 scanners, sendo: um planetário Zeutschell OS 12000; um scanner Epson Expression 10000XL; dois scanners Kodak i1440 e uma Mesa Digitalizadora Integrada A3 Kodak. Dispõe também de 4 computadores HP e um

			Cooler Master, utilizados para o uso de edição de imagens. Dispõe ainda de 3 computadores Samsung, dois AOC, um HP e um Macintosh para facilitar o acesso às informações digitalizadas.
Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS)	**1**	10 pessoas, simultaneamente.	O laboratório funciona em uma sala e ocupa parte do espaço físico da base "Formação dos espaços coloniais". Equipamentos: 20 computadores; 3 impressoras; 1 scanner Cannon; 1 mesa digitalizadora Intuos 4; 1 *tablet* Apple; laptop ASUS.
Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM)	**1**		A BCZM tem um acervo composto por 435.000 volumes e funciona num prédio de 4.937,32 m² e conta com: 1 Mini auditório (50 lugares) 1 Laboratório de informática (20 lugares) 1 Laboratório de Acessibilidade
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	**1**		
Museu Câmara Cascudo	**1**	7.000 visitantes/mês	O museu possui um setor expositivo, um setor administrativo, composto por laboratórios, arquivos e biblioteca, e um parque, totalizando uma área construída total de4.502,64 m2. O museu possui as seguintes coleções temáticas: Arqueologia (151.938 vestígios), Etnologia (aproximadamente 4.000 peças) e Paleontologia (2.836 paleovertebrados; 1.082 paleoinvertebrados; 1.931 lotes de moluscos). Quanto à acessibilidade, o museu possui rampas de acesso para cadeirantes, pisos tácteis na área externa, plataforma elevatória, banheiros acessíveis e vagas de estacionamento para idosos e deficientes físicos. O espaço do museu também é utilizado para a realização de Eventos científicos (palestras, cursos) e eventos culturais (feira de fotografia espetáculos).
Restaurante Universitário	**2**	4200 refeições diárias	São servidos, diariamente, em média,2500 almoços e 1700 jantares

- 5.1 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ACESSIBILIDADE

No que diz respeito à acessibilidade, recentemente o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), unidade a qual está vinculado o curso de História, realizou reformas estruturais, seguindo o que está previsto na Resolução nº 193/2010 CONSEPE, em consonância com o que prevê a Portaria nº 3.284 do Ministério da Educação, que

garantiram a acessibilidade aos locais de aula e aos setores administrativos. No que se refere ao atendimento de cadeirantes e a pessoas com dificuldades físicas de locomoção, foram construídas rampas de acesso ao Setor de Aulas II (no qual são ministradas as aulas do curso de História Licenciatura) e ao prédio do CCHLA (onde funciona a parte administrativa do curso de História Licenciatura). Todos os banheiros desses prédios são adaptados para que pessoas com deficiências (inclusive os cadeirantes) possam utilizá-los. Para acesso aos andares superiores do CCHLA e do Setor de Aulas II, há elevadores. No que diz respeito às pessoas com deficiências visuais, existem sinalizadores em todas as áreas de acesso às dependências onde o curso é ministrado. Todas as bibliotecas possibilitam pleno acesso para cadeirantes.

5.2 AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Para avaliar os espaços físicos destinados ao curso de História Licenciatura, o Departamento de História nomeou uma comissão permanente para análise de espaços físicos. Essa comissão é composta pelos coordenadores dos cursos de graduação vinculados ao Departamento (História Licenciatura, História Bacharelado e História Licenciatura a Distância), pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação(Mestrados Acadêmico e Profissionalizante) em História e pelos coordenadores dos laboratórios vinculados ao Departamento de História. É função dessa comissão observar continuamente se a estrutura física está adequada e, se necessário, apontar demandas para a criação de espaços ou reformulações dos espaços existentes. Todas as decisões da comissão são comunicadas à Plenária do Departamento de História e ao Colegiado do Curso de História Licenciatura.

5.3 QUADRO DE PESSOAL

No que se refere ao quadro de pessoal, o curso conta com dois tipos de profissionais: os docentes e os técnicos administrativos. Os quadros IV e V sintetizam as informações sobre esses profissionais.

Quadro IV – Pessoal docente do Curso

Quadro docente (2018)				
Nome do docente	**Titulação**	**Regime de Trabalho**	**Área de atuação**	**Vínculo Institucional**
Carmen Margarida Oliveira Alveal	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Durval M.de Albuquerque. Júnior	Doutorado	DE	Teoria da História	Efetivo
Flávia de Sá Pedreira	Doutorado	DE	História da Cultura	Efetivo
Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva	Especialização	DE	Métodos e Técnicas de Pesquisa / Paleografia	Efetivo
Francisco das Chagas Santiago Jr.	Doutorado	DE	História e Imagens	Efetivo
Haroldo Loguercio Carvalho	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Hélder do Nascimento Viana	Doutorado	DE	História Contemporânea	Efetivo
Henrique Alonso de A. Rodrigues Pereira	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
José Evangelista Fagundes	Doutorado	DE	História do Rio Grande do Norte	Efetivo
Juliana Teixeira Souza	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Lígio José de Oliveira Maia	Doutorado	DE	História Moderna	Efetivo
Lyvia Vasconcelos Baptista	Doutorado	DE	História Antiga	Efetivo
Magno Francisco de Jesus Santos	Doutorado	DE	Ensino de História	Efetivo
Marcia Severina Vasques	Doutorado	DE	História Antiga	Efetivo
Margarida Maria Dias de Oliveira	Doutorado	DE	Ensino de História	Efetivo
Maria da Conceição Fraga	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Maria da Conceição Guilherme Coelho	Doutorado	DE	História da Arte	Efetivo
Maria Emília Monteiro Porto	Doutorado	DE	História Moderna	Efetivo
Raimundo Nonato Araújo da Rocha	Doutorado	DE	Ensino de História	Efetivo
Raimundo Pereira Alencar Arrais	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Renato Amado Peixoto	Doutorado	DE	História do Brasil	Efetivo
Roberto Airon Silva	Doutorado	DE	Arqueologia	Efetivo
Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto	Doutorado	DE	História da América	Efetivo
Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos	Doutorado	DE	História da África	Efetivo
Wicliffe de Andrade Costa	Mestrado	DE	História Medieval	Efetivo
Total: 25				

Quadro V - Servidores técnico-administrativos do Curso

Nome do Funcionário	Cargo	Regime de trabalho	Qtd.	Vínculo Institucional
João Carlos Nascimento de Alencar	Assistente em Administração	40 horas	1	Efetivo
Gerson Pinheiro de Lima	Assistente em Administração	40 horas	1	Efetivo
Luann Alves de Araújo	Assistente em Administração	40 horas	1	Efetivo
Iris Alvares Dantas	Auxiliar em Administração	40 horas	1	Efetivo
Evanucia Gomes de Oliveira	Restauradora	40 horas	1	Efetivo
Marcio Josephus de Paraguaçu Macedo	Sociólogo	40 horas	1	Efetivo

Atualmente, o curso de História Licenciatura possui apenas um Assistente Administrativo. Esse servidor é responsável pelos procedimentos relativos aos assuntos administrativos do curso (secretariar as reuniões, preparar atas, abrir processos, emitir declarações e outras atividades correlatas).

Todavia, o curso necessita de um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) para dar andamento administrativo a assuntos pedagógicos. Esse técnico pode propor ações de extensão que envolvam parcerias locais, regionais e internacionais, estimulando os alunos a realizarem ações extraclasse relacionadas ao curso.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO: História Licenciatura

MODALIDADE: Presencial

ENDEREÇO: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Coordenação do Curso de História. Av. Senador Salgado Filho, 3000. Campus Universitário, prédio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Lagoa Nova, Natal, RN. CEP: 59078-970.

NÚMERO DE VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: oitenta e oito (trinta e quatro vagas para o turno matutino e cinquenta e quatro vagas para o turno noturno)

FORMA(S) DE INGRESSO:O ingresso no curso de História Licenciatura na UFRN está em consonância com o que dispõe a Resolução nº 171/2013-CONSEPE (Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN), de 5 de novembro de 2013, nos seus artigos 137 e 138. Com base nessa resolução e nas orientações do Ministério de Educação, a UFRN publica anualmente um edital específico para regulamentar o ingresso de alunos.

Atualmente as formas de ingresso no Curso de História Licenciatura são as seguintes: I – sistema de seleção unificado para ingresso no ensino superior (SISU), estabelecido pelo Ministério da Educação; II – reingresso de segundo ciclo; III reocupação de vagas; IV – transferência compulsória; V – transferência voluntária; VI – reingresso de graduado; VII – permuta de sede; VIII – reopção; IX – reintegração; e X– outras formas de ingresso, definidas mediante convênio ou determinadas por lei.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.225 (três mil duzentas e vinte e cinco) horas.

TURNOS:Matutino e Noturno, ofertados para turmas distintas.

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:A duração do Curso de Licenciatura em História será de quatro anos e meio (nove semestres).
Médio: o tempo para a conclusão do curso será de quatro anos (oito semestres).
Máximo*:* o máximo sete anos (quatorze semestres).
Observação: o período de integralização poderá ser inferior, desde que supervisionado pela instituição e de acordo com a legislação (Resolução CES/CNE Nº 02/2007 e 04/2009).

MODALIDADE: presencial

DEPARTAMENTO(S)/UNIDADE(S) QUE ATENDE(M)AO CURSO: Departamento de História (DEH); Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC) e Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação (DFPE).

6.2 PERFIL DO EGRESSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História, definidas pela Resolução CNE/CES nº13, de 13 de março de 2002, estabelecem que cada curso definirá, no seu projeto pedagógico, o perfil do egresso do curso de História. Assim, este Projeto Pedagógico define que o egresso do curso de Licenciatura em História deve estar apto a:

- Conceber a História de modo crítico e criativo, a partir de relações sociais dinâmicas, ligadas ao mundo com o qual o indivíduo interage, na sua dimensão do passado como do presente.
- Perceber os indivíduos na sua diversidade, de classes, de etnias, de culturas, estimulando o aluno a compreender de modo crítico as relações sociais.
- Estimular o aluno a situar-se como agente histórico e como ser integrado a uma comunidade humana, auxiliando-o a reconhecer e estreitar seus vínculos com a comunidade em que está inserido.
- Estimular a atividade da pesquisa na escola, nas suas diversas possibilidades, incluindo aí o trabalho na intersecção com outras disciplinas.
- Adotar posição permanentemente indagadora e aberta à experiência a respeito de seus métodos de avaliação de aprendizagem e de ensino.
- Mostrar-se capaz de incluir como apoio no processo de ensino-aprendizagem o uso de tecnologias como a internet, o cinema e o vídeo.
- Manter-se inteirado a respeito dos rumos que a disciplina toma atualmente, no plano teórico e da pesquisa efetiva, quanto às novas problemáticas, métodos e abordagens.
- Demonstrar postura ética na profissão, a que deve somar-se, como educador, o compromisso com a formação do aluno, na sua totalidade indissociável de ser intelectual e ser humano.

6.2.1 Competências e Habilidades

Na formação do licenciado, deverá predominar a formação sobre a informação, os instrumentos sobre o factual, as habilidades e competências sobre o conteúdo. Dessa forma, o que se postula neste Projeto Pedagógico é a "competência questionadora reconstrutiva".[15]A noção de competência adotada aqui é aquela formulada por Perrenoud: "uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles".[16]Em outras palavras, a competência,

> enquanto capacidade complexa manifestada na prática, representa uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento que permite analisar, avaliar e compreender o contexto no qual o indivíduo age. Permite decidir, utilizar, modificar e mobilizar os recursos disponíveis para resolver, com sucesso, determinados problemas reais da prática profissional. Faz-se necessário, nesse caso, considerar que o agir do indivíduo numa esfera dada de sua atividade, sem apenas fazer uso de meras respostas automáticas ou de rotina.[17]

Em qualquer esfera em que atue, o profissional de História deve observar o princípio de que a realidade social, suas formações, seus movimentos, não se deixam enquadrar em explicações baseadas em noções demasiado rígidas, nem em leis inexoráveis, nem em reducionismos dogmáticos. Dessa forma, ele deve adotar atitudes que lhe facilitem enfrentar o inesperado, as variações, a flexibilidade. Isso exige que, na sua prática profissional, como competência geral o profissional de História, tanto na pesquisa, quanto na prática pedagógica, deve mostrar-se preparado para enfrentar os desafios que o ato de ensinar impõe no cotidiano do professor, mantendo um permanente diálogo entre o saber e a intervenção dos indivíduos na produção e apropriação desse saber. Tanto no conhecimento teórico, como no exercício pedagógico, ele deve ser apto para encontrar soluções além dos princípios rígidos, das fórmulas excessivamente confiantes numa racionalidade que tudo explica. A criatividade, a abertura para responder à diversidade das situações, deve ser a

---

[15] DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 55.
[16] PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 7.
[17] NUÑES, IsauroBeltrán; RAMALHO, Betânia Leite. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de (Org.). **O sentido das competências no projeto político-pedagógico**. Natal: UFRN/Pró-Reitoria de Graduação, 2002. p. 19. (Coleção Pedagógica, n. 3).

marca presente na ação do pesquisador e do professor de História, que têm como objeto de estudo a sociedade humana, os seres humanos, como agentes ou como objeto do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com os objetivos do curso, e com o perfil do profissional a ser formado, espera-se que o Licenciado em História pela UFRN tenha as seguintes habilidades e competências:

- Atuar no ensino de História, entendendo-o não como mera transmissão do conhecimento, mas como construção do conhecimento.
- Utilizar o material didático em sala de aula de modo crítico e criativo, produzindo esse material, quando necessário.
- Estar habilitado a fazer uso das tecnologias audiovisuais de apoio ao processo ensino-aprendizagem.
- Introduzir na prática pedagógica os conteúdos históricos, selecionando-os e associando-os ao universo cultural no qual os alunos estão inseridos.
- Reconhecer as especificidades culturais e individuais dos estudantes, adequando a elas os conteúdos e as abordagens.
- Compreender a História como um campo de conhecimento relacionado com outras formas de conhecimento e apreensão do mundo, seja no domínio da ciência, da arte ou do senso comum.
- Atuar em atividades pedagógicas em comunidades e organizações, no âmbito da educação não formal.
- Identificar e utilizar corretamente, em situações concretas na Escola Básica, as principais correntes historiográficas brasileiras.
- Compreender a complexidade dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço.
- Conhecer e diferenciar procedimentos teórico-metodológicos próprios da História;
- Conhecer e diferenciar modalidades de narrativa histórica.
- Identificar as fronteiras entre a disciplina História e outras áreas do saber, diferenciando-as e detectando as especificidades do conhecimento histórico.
- Compreender e utilizar na análise histórica os diferentes conceitos que caracterizam a organização de uma sociedade no tempo e no espaço.
- Mobilizar o conhecimento historiográfico, transformando-o em Saber Histórico Escolar.
- Compreender a complexidade dos fundamentos político-pedagógicos presentes na atividade docente.
- Desenvolver a pesquisa na ação docente, propondo e executando atividades que envolvam investigações históricas.
- Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental e Médio.

- Propor projetos de intervenção na realidade escolar que, articulando a formação histórica trabalhada no curso com princípios de cidadania.
- Aplicar os saberes históricos e pedagógicos na elaboração de materiais didáticos.
- Compreender que a elaboração de materiais didáticos exige a mobilização de diferentes linguagens e de referenciais teórico-metodológicos.
- Ensinar História para crianças, jovens e adultos.
- Conduzir a aprendizagem dos conceitos históricos observando os níveis de desenvolvimento cognitivo e os aspectos afetivos, físicos, socioculturais, ambientais e éticos, visando à formação de uma cidadania plena.
- Selecionar e organizar, a partir da cultura local, conteúdos de História adequados aos alunos.
- Selecionar e utilizar recursos didáticos e estratégias metodológicas do ensino de História adequadas ao grau de maturidade psicológica e pedagógica dos alunos.

6.2.2 Acompanhamento de Egressos

O graduado em História Licenciatura pela UFRN estará capacitado a atuar como historiador, em todas as suas dimensões, especialmente como professor da disciplina História. Isso significa que esse profissional dominará as informações próprias do campo histórico (as vertentes teóricas das análises históricas, bem como as práticas essenciais desenvolvidas pelo historiador) e articulará essas informações como o intuito de realizar ações no magistério da escola básica e nas atividades de pesquisa.

Além disso, esse profissional poderá atender demandas sociais, atuando profissionalmente em diversas atividades, a saber: no magistério, nos diversos níveis de ensino; na assessoria a instituições públicas e privadas que atuam no campo da cultura, da arte, do turismo; no desenvolvimento de programas que trabalhem com o patrimônio histórico-cultural.

O licenciado em História poderá também desenvolver atividades de pesquisa histórica, bem como de organização e manutenção de acervos documentais públicos e privados. Poderá atuar ainda em museus, centros de memórias, editoras e produtoras cinematográficas e em atividades relacionadas à memória coletiva e social.

É importante destacar que o campo de atuação profissional do licenciado em História é hoje complexo e diversificado. Esse cenário exige uma formação que associe conhecimentos teóricos com práticas de pesquisa, de ensino e de socialização do

conhecimento. Dessa forma, o historiador (e professor de História graduado pela UFRN) deve ter condições teóricas e metodologias para trabalhar em sua ação profissional elementos que conduzam a construção da cidadania e estimular construções identitárias compatíveis com as subjetividades contemporâneas.

A UFRN vem desenvolvendo uma política de acompanhamento dos egressos. Entre essas ações tem-se a construção de um portal(http://www.portaldoegresso.ufrn.br), que acompanhará os cursos de graduação e demonstrará, a partir de parceiras com instituições públicas e privadas, ofertas de empregos, de estágios formativos e outros benéficos para os ex-alunos da UFRN cadastrados no portal. Além disso, a UFRN tem apresentado relatórios sistemáticos sobre o acompanhamento de egressos[18].

No curso de História, especificamente, temos uma experiência de avaliação geral, realizada pelo ENADE, mas, além disso, já tivemos uma experiência de pesquisa sistemática de aplicação de questionários junto aos egressos. A ideia é que essa experiência seja retomada a partir dos concluintes em 2018.2.

A política de gestão, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desta Universidade, estabelece a utilização de mecanismos para acompanhar o egresso da UFRN e avaliar sua inserção profissional e a relação entre a formação recebida e sua ocupação. Com esse fim, realiza-se bienalmente uma pesquisa com egressos dos cursos de graduação, regulamentada pela Resolução nº 079/2004 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFRN, que aprova o projeto de autoavaliação da Instituição. A coleta de dados é realizada no segundo semestre dos anos ímpares e, posteriormente à sua tabulação, os resultados são disseminados para a comunidade interna e externa a partir do Portal do Egresso (http://www.portaldoegresso.ufrn.br) para fins de avaliação, planejamento e retroalimentação curricular. A referida pesquisa é competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) conjuntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento da UFRN.

[18]<http://www.arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20162000082d4862984166cda76418358c/Anexo_2.a.1.10_-_Relatorio_de_Acompanhamento_dos_Egressos_da_UFRN_-_2014.pdf>

6.3 METODOLOGIA

Este projeto pedagógico contempla todas as exigências da Resolução n º 2, de 1º dejulhode 2015. Nesse sentido, o curso está estruturado da seguinte forma:

- Total de 3.225 horas (atendendo a exigência mínima de 3.200h)
    - **2.565 (duas mil, quinhentas e sessenta e cinco) horas em disciplinas.**Desse total, **2.145** (duas mil cento e quarenta e cinco) horas são dedicadas à carga horária teórica distribuída em disciplinas (1.680 horas em disciplinas obrigatórias, 360 horas em disciplinas optativas e 105 horas em carga horária teórica a distância presentes nas Práticas como Componente Curricular) e **420** (Quatrocentas e vinte) horas presenciais estão destinadas às Práticas como Componente Curricular (PCC)[19]. Além disso, **140** (cento e quarenta) horas dessas PCC serão dedicadas a atividades de extensão, nas quais os alunos desenvolverão ações propositivas junto à escola ou à comunidade atendendo parcialmente orientação da UFRN (baseada no Plano Nacional de Educação - 2014-2024 – que prevê na sua Meta 12, Estratégia 12.7, uma carga horária de extensão propositiva por parte dos alunos).
- **400 (quatrocentas) horas de Estágios Supervisionados.**
- **200 (duzentas) horas de carga horária destinada às Atividades Teórico-Práticas (ATP).**
- **60 (sessenta) horas dedicadas à elaboração de um artigo científico, que será produzido a partir de pesquisas feitas pelos alunos.**

6.3.1 Interdisciplinaridade

Uma abordagem interdisciplinar pressupõe a identificação das fronteiras do campo do conhecimento próprio da História e dos pontos a partir dos quais seja possível estabelecer diálogos com outros campos do conhecimento, sem perder de vista, no entanto, a integridade de cada uma das áreas e suas especificidades na busca da superação de uma visão fragmentada do conhecimento, advinda de uma compartimentalização dos saberes e de uma hierarquização das disciplinas e áreas do conhecimento. Desta maneira, a interdisciplinaridade se configura como uma

[19] É importante informar que foram criadas sete disciplinas de Pratica como Componente Curricular. Cada uma dessas disciplinas tem uma carga horária de 75 horas, distribuídas da seguinte forma: 60 horas de carga horária práticas e 15 horas de carga horária teórica. Considerando essa explicação, no curso como um todo haverá 525 horas dedicadas às disciplinas Prática como Componente Curricular, distribuídas em 420 horas de atividades práticas (o mínimo previsto na legislação é de 400 horas de carga horária prática) e 105 horas de atividades teóricas.

possibilidade efetiva para um trabalho integrado, na busca de valores mais solidários e cooperativos gestados no âmbito da Universidade e transpostos para o âmbito da sociedade

A interdisciplinaridade no curso de História Licenciatura se expressa a partir de três eixos: na articulação entre as atividades teóricas e as atividades práticas; na articulação entre o campo das Ciências Humanas e o campo da Educação; e, finalmente, na articulação entre Áreas de conhecimento que estruturam a organização curricular do curso. No que se refere à articulação entre as atividades teóricas e as atividades práticas, a interdisciplinaridade se fará presente na medida em que as práticas propostas ao longo do curso (Prática como Componente Curricular, Estágios,ATP) se articulem com a teoria.

No tocante à articulação entre o campo das Ciências Humanas e o campo da Educação, o que se propõe é que as disciplinas ministradas no curso de História busquem, continuamente, o saber produzido por outros campos das Humanidades e com o conhecimento advindo das ciências da Educação.

No que diz respeito à articulação entre as áreas do conhecimento, a ideia é que, a cada semestre do curso, uma Área articule várias disciplinas para estudar uma dada temporalidade. Essa prática favorecerá uma articulação interdisciplinar horizontal. Paralelamente, tem-se uma interdisciplinaridade vertical, na medida em que cada semestre do curso será discutido com as outras áreas do conhecimento.

6.3.2 Flexibilidade e Acessibilidade

O curso de História Licenciatura apresenta flexibilidade tanto para atender pessoas com deficiências quanto para incorporar os avanços tecnológicos. No tocante aos serviços oferecidos às pessoas com deficiências, a UFRN dispõe de profissionais e recursos para desenvolver uma série de atividades, como: interpretação de Libras, legendagem, audiodescrição e impressão em Braile. Todos esses serviços estão vinculados à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE). Essa Comissão é regida por uma série de normas que permitem um atendimento especializado tanto nas aulas como nas atividades avaliativas para todas as pessoas com deficiências Além desses recursos, semestralmente, junto com as Pró-Reitorias de Graduação e de Gestão de Pessoas promovem cursos de formação continuada direcionados às práticas de acessibilidade, inclusão e saberes específicos – como a Libras,

por exemplo – para que docentes e técnicos efetivem práticas inclusivas de comunicação interpessoal, escrita e virtual em seus cotidianos laborais.

No que se refere à incorporação dos avanços tecnológicos, o curso utiliza a estrutura disponibilizada pela UFRN para alunos e professores. Essa instituição oferece, entre outros serviços: o acesso gratuito à Internet em todas as suas instalações; um elenco de serviços especializados em tecnologias da informação e da comunicação (TIC) com múltiplos recursos, o que favorece a implantação da acessibilidade digital e comunicacional. Em consonância com os princípios de acessibilidade, salienta-se que o portal oficial da UFRN (www.ufrn.br) dispõe de tradução de conteúdos para inglês, espanhol, francês e Libras, visando incluir estudantes, professores estrangeiros e surdos.

Especificamente no que se refere às TIC, merece destaque o Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA), principal recurso digital acadêmico da instituição, que pode ser acessado, via internet, em todos os lugares e dispositivos conectados à rede. O SIGAA possibilita a plena informatização dos processos acadêmicos (inserção de arquivos, registro de frequência, comunicação imediata entre alunos e professor), a submissão e o controle de projetos e bolsistas de pesquisa, de extensão, submissão e de ensino (monitoria e inovações). O SIGAA contribui de modo contundente nos processos de interatividade entre professor-aluno e aluno-aluno, dispondo, entre outras ferramentas, de *chats, fóruns*, enquetes, canal para postagem de vídeos, imagens estáticas e avaliações por meio de suas Turmas Virtuais, viabilizando forte inclusão e acessibilidade a todos, inclusive nos casos de atendimento domiciliar e hospitalar de estudantes, previstos na legislação. Além disso, o SIGAA ainda permite o registro de relatórios da produção acadêmica dos docentes, as atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Além disso, o SIGAA conta com um “Modo de Acessibilidade Ativado”, que amplia o conteúdo do *site* para estudantes com baixa visão, e possui um recurso que lê em voz alta o texto das páginas, tornando o sistema acessível para pessoas com dificuldades visuais.

No tocante aos recursos tecnológicos que favorecem ao aprendizado dos alunos, é importante destacar que todas as salas de aula do curso de História dispõem de equipamentos multimídia (computador, televisão, som e projetor). Além disso, ainda é disponibilizado um laboratório de informática com máquinas suficientes para atender a todos os alunos e os professores possuem computadores e impressoras em seus

gabinetes de trabalho.

6.3.3 Ensino, Pesquisa e Extensão

O conjunto dos professores do Departamento de História procura desenvolver atividades acadêmicas que articulem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Nessa perspectiva, a maioria dos professores utiliza, nas suas ações de ensino, os resultados de suas investigações e de suas atividades realizadas em projetos de extensão. Do mesmo modo, as atividades de extensão e de pesquisa são motivadas pelas ações desenvolvidas em sala de aula. Sintonizado com essa lógica, este Projeto Pedagógico instiga que o curso de História Licenciatura seja ministrado articulando as três esferas acadêmicas: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

A articulação dessas três esferas começou a se fortalecer a partir das políticas traçadas pela UFRN para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, da qualificação dos docentes do Departamento de História – que fornece a maioria dos professores para o curso de História Licenciatura -- e da realização dos concursos públicos, que passaram a ocorrer mais frequentemente no início da década de 1990 e trouxeram quadros profissionais mais qualificados e mais habilitados a realizar atividades englobando essas três esferas.

A indissociabilidade entre essas três dimensões tem favorecido a formação de um quadro docente especializado, superando a lógica de se ter professores “polivalentes” (ensinam todas as disciplinas, independentemente da temática e da temporalidade). Os professores hoje fazem rodízios em componentes curriculares de uma mesma área e realizam suas atividades a partir dos estudos temáticos e do trabalho interdisciplinar. Com essas orientações tem-se mantido a perspectiva de oferecer cursos de alto nível tanto para a graduação, quanto para as pós-graduações. Em todos esses níveis, está presente a indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Como já foi abordado, a ação do Departamento de História (DEHIS) junto ao curso de História Licenciatura está pautada no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para a efetivação desse princípio, o curso conta, na sua estrutura, com cinco laboratórios (Laboratório de Restauração/LABRE, Laboratório de Arqueologia/LARQ, Laboratório de Imagens/LABIM, Laboratório de Experimentação em História Social/LEHS e Memorial do PNLD), em torno dos quais se articulam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A participação dos alunos nos projetos desenvolvidos pelos professores do DEHIS cria oportunidades para que os alunos do curso de História licenciatura tenham acesso a bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, também são oferecidas bolsas de apoio técnico-administrativo, cujas atividades são realizadas em laboratórios, bibliotecas e secretarias de cursos.

Nos últimos cinco anos, o corpo docente do DEHIS passou por um processo de renovação que resultou na incorporação de um grande número de doutores e recém-doutores em seus quadros. Essa mudança repercutiu no incremento das atividades de pesquisa e extensão coordenadas pelos professores do DEHIS, embora nos últimos anos tenham sido negativamente impactadas com a redução de verbas.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orienta as concepções teórico-metodológicas do curso de História e se expressa tanto na adoção de um currículo Licenciatura, quanto na formulação das ementas e objetivos dos diversos componentes curriculares que compõem a estrutura geral do curso.

Busca-se, desta maneira, um ensino que desenvolva no estudante uma atitude investigativa e que lhe permita vivenciar a pesquisa como um processo indispensável para a aprendizagem. Também a extensão, incorporada ao processo de ensino, possibilita a compreensão da relevância social e política do próprio processo de produção do conhecimento, tratando-o como bem público.

A Universidade é assim percebida como espaço de desenvolvimento intelectual e político, identificada como *lócus* privilegiado da produção e disseminação do conhecimento a partir das experiências e vivências dos indivíduos na sociedade, seja na esfera pública ou privada. A interdisciplinaridade, evidenciada na articulação entre as atividades e as áreas do conhecimento que compõem a estrutura curricular busca, por um lado, evitar a pulverização e a fragmentação de conteúdos e, por outro, impedir que uma única vertente ou subárea do conhecimento prevaleça na estruturação do curso, dominando as concepções teórico-metodológicas.

Uma abordagem interdisciplinar pressupõe a identificação das fronteiras do campo do conhecimento próprio da História e dos pontos a partir dos quais seja possível estabelecer diálogos com outros campos do conhecimento, sem perder de vista, no entanto, a integridade de cada uma das áreas e suas especificidades na busca da superação de uma visão fragmentada do conhecimento, advinda de uma compartimentalização dos saberes e

de uma hierarquização das disciplinas e áreas do conhecimento. Desta maneira, a interdisciplinaridade se configura como uma possibilidade efetiva para um trabalho integrado, na busca de valores mais solidários e cooperativos gestados no âmbito da Universidade e transpostos para o âmbito da sociedade.

No que se refere à pesquisa, o curso de História Licenciatura, em razão dos fortes vínculos que estabelece com o Departamento de História, propicia a inserção de alunos em pesquisa, sobretudo, vinculadas aseis grupos de pesquisa existentes no Departamento[20], a saber: Formação dos espaços coloniais: economia, sociedade e cultura; Teoria da História, historiografia e história dos espaços; História e Cultura Material; Cartografias Contemporâneas: história, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais; Os espaços na modernidade; Espaços, poder e práticas sociais. O quadro VI detalha a organização desses grupos de pesquisa.

QUADRO VI - GRUPOS DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA [21]

Grupo de Pesquisa / Participantes	Descrição
Grupo 1 Formação dos espaços coloniais: economia, sociedade e cultura **Participantes**: Lígio José de Oliveira Maia (Coordenador); Maria da Conceição Guilherme Coelho; Maria Emília Monteiro Porto; Roberto Airon Silva	Entre 2001 e 2012, o Grupo enfatizou a História Regional compreendendo a região enquanto um espaço social construído. O objetivo era ultrapassar às denominadas macro análises de base estritamente teórica ou ensaística; com isso, foi possível superar as "histórias-crônicas" de extração positivista e enfoques locais. Sem abandonar tais princípios, a partir de 2013 os pesquisadores têm procurado enfatizar o aspecto mais amplo da região Nordeste dentro das conquistas do império ultramarino português; contudo, tais pretensões de dominação eram modificadas na experiência colonial, especialmente, sobre grupos sociais sob a sua dominação: índios aldeados e não aldeados; negros escravos e libertos; e a população pobre livre. O objetivo é compreender as distintas formas de poder; os múltiplos significados da Cultura como mecanismos de dominação, sem deixar de levar em conta a forma criativa com que esses distintos grupos reelaboravam e se apropriavam deles na experiência colonial.
Grupo 2 Teoria da História, historiografia e história dos espaços	O grupo de pesquisa está articulado em três linhas: *História dos Espaços e Catolicismo*; *História dos Espaços e Literatura* e *História dos Espaços, Ensino de História e Teoria e práticas da Cartografia*. A linha de pesquisa *História dos Espaços e Catolicismo* trabalha no

[20] Vários alunos do Curso de História participam de pesquisas vinculadas a outros departamentos da UFRN. Todavia, o forte do curso é a oferta de bolsas de pesquisa nos grupos vinculados ao Departamento de História.

[21] Os grupos foram elencados com base no ano de referência de 2018, o que pode ser alterado de acordo com a dinâmica da produção científica do quadro de pessoal, o que sempre estará cadastrado na plataforma específica do CNPq.

Participantes: Renato Amado Peixoto (Coordenador); Magno Francisco de Jesus Santos	confluxo entre a História e as Ciências das Religiões visando inquirir as inscrições do Catolicismo sobre o espaço e o território, sobretudo na forma de representações e no sentido da formulação de identidades e religiosidades, tanto na sua forma larga (associados a pertencimentos no campo da história política e da história das religiões) quanto na sua forma particular. A linha de pesquisa *História dos Espaços e Literatura* discute e amplia o conceito de Espacialidade bem como discernir a aproximação entre a História dos Espaços e a Literatura a partir dos referenciais teóricos e metodológicos da Geocrítica e da Cartografia Literária. A linha de pesquisa *História dos Espaços, Ensino de História e Teoria e práticas da Cartografia*, a partir da investigação da produção de linguagens, éticas, religiosidades e pedagogias, investir no exame critico do esforço do Estado e das Instituições a ele ligadas ou não, como, por exemplo, o IHGB, os institutos provinciais e depois estaduais do Norte e Nordeste, o IRB, o IBGE, ESG, a Igreja Católica, no sentido de entender como estes formularam a historiografia, a historiografia escolar, a geografia, a cartografia, a pedagogia e a didática da Nação e da Identidade e, o ensino de história.
Parte 3 História, Arqueologiae Cultura material **Participantes:** Roberto Airon Silva (Coordenador); Lyvia Vasconcelos Baptista; Marcia Severina Vasques	Três eixos temáticos agregam os estudos sobre história, arqueologia e cultura material: a) Paisagens, territórios e espaços sagrados; b) Cidades, territórios e espaços urbanos; c) Identidade e Alteridade no Mundo Antigo.
Grupo 4 Cartografias Contemporâneas: história, espaços, produção de subjetividades e práticas institucionais **Participantes:** Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Coordenador); Renato Amado Peixoto	O Grupo de Pesquisa congrega especialistas de várias áreas do saber (História, Psicologia, Letras) interessados em analisar as várias cartografias que vêm se desenhando nas sociedades contemporâneas. Cartografias que envolvem desde as transformações introduzidas pelos homens na natureza - inclusive em seu próprio corpo, tomado como espaço de inscrição dos acontecimentos históricos e subjetivos - nos espaços urbanos, nos espaços das várias instituições modernas, que se vêm transformadas por novas práticas e saberes institucionais, até as cartografias desenhadas pelo desejo, pelas inscrições espaciais das dimensões subjetivas, poéticas, literárias, simbólicas, artísticas e imaginárias. Estes especialistas se dedicam a investigar os processos de territorialização e desterritorialização trazidos pelas novas dinâmicas da economia, pelas novas relações de poder, pelas novas configurações culturais e do pensamento, pelos novos agenciamentos subjetivos, buscando cartografar as novas territorialidades, os novos domínios, as novas espacialidades, as novas configurações espaciais, as novas relações de poder, saber e desejo que instituem, se plasmam e destroem, caotizam novos espaços de caráter institucional ou não. Envolve pesquisas no campo da história das espacialidades, do pensamento sobre o

	espaço, da produção de subjetividade e sua articulação com instâncias institucionais, dos processos de subjetivação e as espacialidades que conformam ou transformam, do espaço literário em sua articulação com a história e os processos de produção da subjetividade.
Grupo 5 Os espaços na modernidade **Participantes**: Raimundo Pereira Alencar Arrais (Coordenador) Hélder do Nascimento Viana; Raimundo Nonato, Araújo da Rocha	O Grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade explora duas grandes perspectivas de estudo sobre os espaços, que correspondem às duas linhas em que desenvolve suas pesquisas: A cidade e as transformações do território e Cidade e identidade. No conjunto, o Grupo se concentra na análise do território, assinalando os elementos culturais, criando espaços humanizados: uma vila, uma cidade, uma represa, uma ponte, um monumento, enfatizando a produção do território tanto na cidade, como em espaços mais amplos delineados pelas relações de poder irradiadas a partir de um centro político, ou das relações capitalistas que articulam territórios na escala dos países e dos continentes. A vinculação entre cidade e identidade é explorada, nos diversos projetos desenvolvidos no Grupo, mas espacialmente em vários projetos centrados na cidade de Natal do século XX, a partir dos modos que qualificam o que é ser urbano à construção discursiva que contribui para manter coesa uma comunidade; do patrimônio histórico urbano, pode tomar a forma de planos de intervenção na estrutura material e nos modos de vida dentro da cidade, com interesse centrado nas diversas formas com que a modernidade é assimilada, vivida ou contestada nos espaços urbanos.
Grupo 6 Espaços, poder e práticas sociais **Participantes** Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (Coordenador); Juliana Teixeira Souza; Margarida Maria Dias de Oliveira.	O objetivo do grupo é desenvolver trocas de ações e pesquisas integradas entre docentes de diferentes perspectivas e interesses comuns, que permitam compreender a constituição e organização das práticas sociais, que marcadas por múltiplas disputas, configuram diferentes espaços sociais. Dividindo nossos interesses em três linhas de problematização que contemplam "História e espaços do ensino", "Cultura visual, espaços e poder" e "Cultura política e construção dos espaços", pretendemos agir na formação de professores e pesquisadores de história, contemplando alunos de graduação e pós-graduação de maneira que estes compreendam as dinâmicas históricas de formação dos espaços sociais e saibam atuar nesses espaços. Os trabalhos dos membros do grupo "Espaços, Poder e Práticas Sociais" visam construir chaves de análise, interpretação e atuação por meio da promoção e debates, produções e eventos. Nossa perspectiva é de uma atuação no amplo espectro da produção acadêmica, contemplando a dimensão do ensino (no treinamento de profissionais), na dimensão da pesquisa (a partir da especialização e atualização de discussões e produção científica) e na dimensão da extensão (na elaboração de retorno à comunidade). Realiza-se um ciclo amplo de atuação do grupo, voltado às funções na universidade brasileira contemporânea.

Esses grupos envolvem os professores do Departamento de História e visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico, bem como fomentar a pesquisa e elaboração

de monografias, projetos, palestras, seminários e demais atividades de ensino e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso.

No que se refere à extensão, pode-se afirmar que todas as atividades curriculares de extensão estão relacionadas à carga horária prática. Não obstante, os projetos de extensão estarão, sempre e obrigatoriamente, vinculados ao Projeto Pedagógico, constituindo, inclusive, carga horária para integralização curricular.

A política de extensão procura articular os interesses e demandas da sociedade com a produção de pesquisa e ensino de História, concretizando-se em ações tais como: discussão e produção de material didático voltado para a comunidade extramuros, em particular para as escolas da rede pública de ensino; promoção de eventos e palestras dirigidas à comunidade, com o propósito de aproximar e sensibilizar a sociedade da importância da história na prática e no saber cotidiano.

6.3.4 Articulação do curso com programa(s) de pós-graduação

O Departamento de História oferece dois mestrados: um mestrado acadêmico com área de concentração em História e espaços e um mestrado profissionalizante no Ensino de História (PROFHISTORIA). Desde a graduação, os alunos de História Licenciatura são instigados a realizar processos formativos continuadamente. Assim, muitos dos licenciados ingressam em programas de pós-graduação, sobretudo naqueles oferecidos pela própria UFRN. O corpo docente dos programas de pós-graduação é, basicamente, composto pelos mesmos professores da graduação, que também realizam atividades de pesquisa. Os alunos na graduação se inserem nas atividades de pesquisa e delineiam objetos de investigação. Ao se graduarem, eles mantêm, muitas vezes, os vínculos com os grupos de pesquisa e retornam à Universidade para realizarem suas pós-graduações.

No mestrado acadêmico em História, existem três linhas de pesquisa: Formação, Institucionalização e Apropriação dos Espaços; Espaços de Memória, Cultura Material & Usos Públicos do Passado; e Linguagens, Identidades & Espacialidades. Essas três linhas de pesquisa possuem projetos investigativos que já são trabalhados na própria graduação. Portanto, o mestrado acadêmico verticaliza discussões iniciadas na formação inicial.

O mestrado profissionalizante faz parte de uma rede nacional coordenada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse programa objetiva proporcionar formação

continuada que contribua para a melhoria da qualidade do magistério em História na Educação Básica, visando proporcionar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História. Esse mestrado possibilita uma articulação entre a graduação em História Licenciatura e o ensino ministrado na Escola Básica, uma vez que os alunos desse mestrado são professores dos Ensinos Fundamental e Médio, em geral, egressos da nossa graduação, e trazem informações sobre o quotidiano vivenciado nas escolas. Essas informações são importantes tanto para o ensino ministrado na graduação quanto para estudos que os próprios mestrandos realizam na instituição.

Os dois mestrados ministrados por intermédio do Departamento de História estão inseridos em uma política de verticalização dos estudos históricos. Eles se constituem em ferramentas importantes para o aprofundamento do conhecimento histórico e do ensino da disciplina História. A vinculação desses dois mestrados com a graduação amplia o horizonte do licenciando.

6.3.5 Flexibilização curricular

A flexibilidade curricular é compreendida como a capacidade e a possibilidade do currículo dialogar com os limites, os novos campos de saberes e os novos espaços educativos, de modo a fazer frente às demandas da sociedade. As diferentes atividades acadêmicas adotadas pelo curso de História e a organização curricular seriada permitem atender as expectativas e interesses dos alunos, favorecendo o desenvolvimento dinâmico do Projeto Pedagógico. As atividades acadêmicas estão organizadas de forma a propiciar a incorporação de experiências educativas diferenciadas e formas de aprendizagem diversas, capazes de potencializar as dimensões pessoais, sociais, políticas e profissionais presentes no processo de formação profissional do aluno. A organização curricular seriada e a diversidade de alternativas possíveis para a construção do percurso acadêmico do aluno, com um leque bastante amplo de disciplinas optativas, experiências de pesquisa e atividades complementares, permitem que o aluno também participe ativamente da definição dos rumos de sua vida acadêmica, sem prescindir do rigor necessário para uma adequada formação profissional. Na estrutura não existem pré-requisitos ou correquisitos. O aluno pode cursar as disciplinas da maneira que achar conveniente, considerando as indicações do orientador acadêmico, professor que acompanha sua turma a partir de um programa institucional e da coordenação do curso.

6.3.6 Metodologias de ensino ou de avaliação inovadoras

Este Projeto Pedagógico apresenta duas grandes inovações metodológicas: a primeira diz respeito à articulação existente entre todas as disciplinas de um mesmo período em torno de uma área de conhecimento histórico. A segunda inovação se relaciona às sete disciplinas de Prática como Componente Curricular, que inauguram disciplinas específicas no curso voltadas para a concretização de práticas pedagógicas.

Todos os semestres do curso serão estruturados por disciplinas vinculadas a uma área de conhecimento. A ideia é que os professores discutam coletivamente a ação de cada disciplina no conjunto deste semestre. Todas essas disciplinas estão articuladas a uma disciplina relacionada à prática educativa (Prática como Componente Curricular ou Estágio Supervisionado). Essa metodologia de trabalho inova na forma de organização disciplinar na medida em que as disciplinas não serão ministradas de forma isolada. Além disso, essa forma de organização permite avaliações coletivas do aprendizado desenvolvido a cada semestre. Essa prática inovadora permitirá uma discussão coletiva de todos os aprendizados realizados no semestre, sempre articulados em torno do ensino.

A criação de sete disciplinas de Prática como Componente Curricular apresenta-se como inovação na medida em que estimula, pela primeira vez no curso de História Licenciatura, que todas as disciplinas teóricas estejam articuladas com práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Básica. Essa disciplina também inova nos procedimentos avaliativos, uma vez que os licenciandos deverão propor atividades s serem executadas na Escola Básica ao longo do curso. Essa opção expressa no presente documento segue uma tendência já adotada por outras instituições de ensino brasileiras, que têm procurado seguir as Diretrizes Nacionais que orientam no sentido de as licenciaturas formarem professores devidamente preparados para situações que encontrarão nas salas de aula da escola básica.

6.3.7 Conteúdos inovadores: educação ambiental, Direitos Humanos, Direitos educacionais dos adolescentes e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Uma série de conteúdos inovadores foi incorporada à estrutura do curso de História

Licenciatura, a saber: educação ambiental, Direitos Humanos, Direitos educacionais dos adolescentes e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Esses conteúdos são indicados na Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015.

Os conteúdos relacionados à Educação Ambiental foram inseridos em duas disciplinas: Prática como Componente Curricular VI (O Local na Escola Básica)e Prática como Componente Curricular VII (O Mundo Contemporâneo na Escola Básica). Na Prática como Componente Curricular VI, se discutirá como a Educação Ambiental pode ser estudada a partir do local e do regional. Na Prática como Componente Curricular VII, a Educação Ambiental será abordada como um problema que afeta a humanidade em diferentes tempos e espaços.

Os conteúdos relacionados aos Direitos Humanos, que incluem diversidade étnico-social, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, serão trabalhados na disciplina Prática como Componente Curricular VII. A ideia é que os Direitos Humanos sejam discutidos como um problema contemporâneo e que pode ser vivenciado a partir de diferentes conteúdos ministrados na Escola Básica. Aliada à essa ideia de Direitos Humanos, serão trabalhados nessa disciplina os direitos educacionais dos adolescentes e os problemas que afetamos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

6.3.8 Conteúdos de fundamentos da educação, gestão de sistemas de ensino e políticas públicas

Esses conteúdos serão ministrados em disciplinas específicas ofertadas pelo Centro de Educação. Os fundamentos educacionais são ministrados na disciplina Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação. As discussões sobre a gestão de sistemas de ensino e políticas públicas relacionadas à educação estão presentes na disciplina Organização da Educação Brasileira.

6.3.9 Conteúdos de educação especial e Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Língua Brasileira de Sinais é uma disciplina específica ministrada no 7º período do curso. As discussões sobre educação especial serão realizadas na Prática como Componente Curricular IV. A ideia de discutir Educação Especial está associada à intensão

de que o licenciando seja capaz de identificar métodos e instrumentos possíveis de serem trabalhados com alunos ditos "normais" e com alunos com deficiência ou altas habilidades.

6.3.10 Estágios

Os estágios a serem realizados pelos alunos do curso de História licenciatura poderão ser de dois tipos: obrigatórios e não-obrigatórios. Os obrigatórios são aqueles que fazem parte da estrutura curricular do curso, não são remunerados e são ministrados como atividades ofertadas pelo Centro de Educação. Os não-obrigatórios são atividades voluntárias, podendo ser remuneradas ou não, e realizados em instituições que firmam convênios específicos com a UFRN.

Os estágios obrigatórios, supervisionados, são ofertados em quatro semestres do curso e cada um deles possui carga horária de 100 (cem) horas, totalizando 400 horas. No primeiro estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores I), os licenciandos atuarão em uma Escola Básica (podendo ser de Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio) caracterizando a clientela da escola, analisando a gestão da instituição, investigando seu projeto pedagógico e analisando como o ensino de História é proposto naescola. Esse estágio é ministrado no 6º período do curso, quando os licenciandos já tiveram oportunidade de conhecer,[22] por um lado, conteúdos (conceitos e teorias, informações sobre os mundos antigo, medieval e moderno) do ensino de História presentes na Escola Básica e, por outro, vivenciar o quotidiano dessas escolas. O primeiro estágio não é, portanto, o momento do contato inicial do aluno com a escola, mas o momento em que ele se dedicará a entender o funcionamento de uma escola como um todo, incluindo o ensino de História.

No segundo estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores II), os licenciandos se dedicarão a compreender como a escola e o ensino de História se relacionam com a comunidade. Os alunos de História terão contato com as estratégias usadas na escola para sistematizar o ensino (as reuniões pedagógicas, os Conselhos Escolares, as reuniões com os pais) e para trabalhar com estratégias (minicursos, eventos culturais, grupos de estudos) que discutam conteúdos e temas que fortalecem a

[22] Na estrutura ideal do curso, o primeiro Estágio é ministrado no 6º nível. Antes desse nível, o aluno deve ter cursado cinco disciplinas de Prática como Componente Curricular. A meta é que durante essas cinco disciplinas o aluno tenha contato com a escola básica.

formação geral do aluno da Escola Básica. Nesse estágio pretende-se identificar também o papel do ensino de História no desenvolvimento dessas ações. As atividades devem estar diretamente associadas com o trabalho realizado nas disciplinas Prática como Componente Curricular I, II, III e IV.

No terceiro estágio (Estágio Supervisionado de Formação de Professores para o Ensino Fundamental - História), os alunos de História deverão realizar ações de docência em uma sala de aula do Ensino Fundamental I (2º ao 5º ano) ou II (6º ao 9º ano), na modalidade dita regular ou na Educação de Jovens e Adultos. Parte-se do pressuposto que ao chegar a esse estágio, o aluno já domina, por um lado, os conteúdos teóricos, metodológicos e historiográficos e, por outro, conhece o funcionamento da escola tendo, portanto, condições de planejar e executar, de forma autônoma, uma ação docente. Paralelamente ao terceiro estágio, é ministrada a disciplina Prática como Componente Curricular VI, voltada para o ensino da História local (bairros, cidades, estado, regiões). A meta é que, ao realizar esse estágio, o aluno tenha condições teóricas e metodológicas de articular o local com outras espacialidades na concretização de sua ação docente.

No quarto e último estágio, (Estágio Supervisionado de Formação de Professores para o Ensino Médio - História), os alunos de História deverão realizar ações de docência em uma sala de aula no Ensino Médio, na modalidade dita regular ou na Educação de Jovens e Adultos (ofertadas em escolas que ofereçam essa modalidade de ensino presencialmente ou em escolas que trabalham com módulos). Parte-se do pressuposto de que este estágio (ministrado no último semestre do curso) permitirá ao aluno concretizar todos os aprendizados obtidos durante sua formação.

Para cumprir esses quatro estágios curriculares obrigatórios, os alunos de História precisam se cadastrar por intermédio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA-UFRN) na Central de Estágios e só podem estagiar em escolas que estejam devidamente conveniadas com a UFRN. O estágio do aluno só será considerado válido e ativo, após a entrega à Coordenação do Curso do *Termo de Compromisso de Estágio*, devidamente assinado por todas as partes (direção da escola, orientador do estágio na UFRN, professor da escola-campo, Coordenação do curso e aluno).

A efetivação dos estágios não-obrigatórios requer a adoção de procedimentos burocráticos idênticos aos adotados nos estágios curriculares obrigatórios. Eles só poderão ser realizados em instituições diretamente relacionadas com o trabalho do

historiador e/ou do professor de História.

O Colegiado do Curso de História formulou a *Resolução nº 01/2018*, que dispõe sobre as atividades estágio obrigatório e estágio não obrigatório no âmbito do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Natal. Essa resolução detalha todos os procedimentos para a realização de estágios no âmbito do curso de História Licenciatura, campus Natal e está anexada a este PPC (Anexo I).

6.3.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso seráum artigo científico a ser produzido individualmente pelo aluno, sob a orientação de um professor. Para a produção desse artigo, será destinada a carga horária de 60 (sessenta) horas/aula. O artigo deverá se vincular a uma das seguintes temáticas: a) História da Educação; b) Análise de material didático; c) Análise de experiências com o uso de material didático; d) Representações construídas por agentes escolares (alunos, professores, pais, gestores) sobre o Saber Histórico Escolar. A ideia é que com esse artigo o aluno possa devolver uma ação orientada de pesquisa, associada à experiência com o ensino. Parte-se do pressuposto de que um aluno de graduação deve ter a experiência de produzir uma reflexão intelectual a partir de um determinado tema. A adoção desse artigo como componente curricular visa retomar a diretriz de produção intelectual individual, já adotada anteriormente no curso de História licenciatura. As normas específicas do artigo foram elaboradas pelo Colegiado do Curso de História Licenciatura (Anexo II).

6.3.12 Atividades Teórico-Práticas (ATP)

No que concerne às Atividades Teórico-Práticas (ATP), o aluno deverá desenvolver uma carga horária de 200 (duzentas) horas. Nas ATP, o aluno cumprirá atividades desenvolvidas fora da sala de aula com ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

As atividades acadêmicas, científicas e/ou culturais constituir-se-ão de ações que articulem saber acadêmico e experiência profissional. Tais atividades deverão cumprir-se ao longo do percurso curricular e compreendem uma ampla gama de ações possíveis, as quais reguladas pelo Colegiado do Curso de História. A consideração de tais atividades para fins de integralização curricular dependerá, necessariamente, da participação efetiva e ativa nas atividades eleitas. A pontuação das atividades que serão válidas como ATP está prevista na

Resolução 2/2018, elaborada pelo Colegiado do Curso de História Licenciatura, campus Natal (Anexo III).

6.4 ESTRUTURAÇÃODA MATRIZCURRICULAR

6.4.1 Caracterização do curso de História Licenciatura

As áreas e disciplinas do curso de História Licenciatura estão definidas nos seguintes termos:

1) Área de **Teoria e Metodologia da História.** Essa área estará encarregada de dois níveis: o primeiro e o quarto.

O primeiro nível mobilizará cinco disciplinas dessa área (Introdução aos Estudos Históricos; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Historiografia Brasileira; Prática como Componente Curricular I e uma disciplina optativa). A disciplina Prática como Componente Curricular I será ministrada a partir do trabalho articulado entre as áreas de Teoria e Metodologia da História (responsável pelo período) e a área de Memória e Patrimônio Histórico (que mesmo não fazendo parte das áreas da Licenciatura, atua como área específica no Bacharelado em História). A parceria dessas áreas almeja integrar os dois cursos de História (Licenciatura e Bacharelado).

Neste primeiro nível, objetiva-se que os licenciandos se situem nas particularidades do conhecimento histórico e sejam capazes de aplicar esse conhecimento em situações concretas a serem vivenciadas na Escola Básica. Para tanto, a área de Teoria e Metodologia da História concentrará esforços para debater teoricamente os conceitos históricos, as diferentes percepções sobre a História, as interpretações historiográficas, os métodos e as técnicas próprios desse campo.

Concomitantemente a essas discussões teóricas, a disciplina Prática como Componente Curricular I usará esse referencial em situações vivenciadas nos ensinos fundamental e médio. A meta é que o licenciando seja estimulado, por um lado, a conhecer como as propostas curriculares oficiais destinadas ao ensino de História, nos seus diversos níveis e modalidades, trabalham com os conceitos históricos, com os métodos e com as interpretações historiográficas. Por outro, pretende-se que o licenciando investigue como esses conceitos são mobilizados pelos professores da Escola Básica no seu quotidiano escolar.

Para a efetivação desse semestre, é essencial que seja levado em consideração que os conceitos, os métodos e as concepções historiográficas se apresentam de forma diferenciada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos anos finais desse nível e no Ensino Médio.

Nesse primeiro período as disciplinas se organizarão de acordo com os eixos a seguir:

a) Introdução aos Estudos Históricos (de caráter propedêutico) está voltada para a compreensão dos limites e das possibilidades que constituem o campo da História.

b) Métodos e Técnicas de Pesquisa (de caráter propedêutico) discute os procedimentos de leitura, os métodos e as técnicas de elaboração de um trabalho científico e os critérios de cientificidade que constituem uma pesquisa histórica.

c) Historiografia Brasileira (de caráter historiográfico) está voltada para a discussão de diferentes versões construídas sobre a história brasileira.

d) Uma disciplina optativa de caráter propedêutico a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área.

e) Prática como Componente Curricular I (a teoria da História na Escola Básica). De caráter prático, está voltada para a vivência em ambientes escolares no trato com alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Especificamente, se dedica a entender como são praticados os conceitos e os métodos históricos, bem como as interpretações historiográficas e as na escola básica. A partir desse entendimento, o aluno de História proporá novas práticas com relação a esses conhecimentos.

O quarto nível mobilizará cinco disciplinas: História da África, Teoria da História, Didática, uma disciplina optativa e a Prática como Componente Curricular IV.A disciplina Prática como Componente Curricular IV será ministrada pela área de Teoria e Metodologia e discutirá, especificamente, a pesquisa nas aulas de História na escola básica. Essa disciplina enfocará como as pesquisas aparecerem nas propostas curriculares dos ensinos fundamental (I e II) e médio, bem como estimulará estudos práticos nas escolas para identificar como essas pesquisas são produzidas.

Neste segundo nível, tem-se por objetivo que os licenciandos se concentrem nas práticas de investigações históricas realizadas na Escola Básica. Para concretizar esse objetivo, as disciplinas teóricas ministradas neste nível fornecerão as bases para as atividades práticas a serem desenvolvidas. A disciplina de Teoria da História discutirá a natureza do conhecimento histórico e as diferentes possibilidades teóricas e metodológicas

para a construção de pesquisas em História.

A disciplina História da África discutirá o que justifica, do ponto de vista teórico, metodológico e da legislação brasileira. Nessa disciplina, almeja-se que o licenciando em História tenha condições de compreender as razões culturais, políticas e sociais que justificam a presença de investigações sobre os modos de viver dos povos africanos na África e no Brasil, bem como os seus processos de escravização e resistência em diferentes tempos e espaços. A meta é que o aluno de História se fundamente teórica e metodologicamente para trabalhar com estudos sobre povos de matrizes africanas. Essa lógica ultrapassa a ideia de que História da África está limitada a uma temporalidade específica. Portanto, a disciplina não privilegiará nenhum recorte temporal, mas sim as pesquisas e os métodos que evidenciam a História da África e da escravidão.

Além dessas duas disciplinas, será ministrada uma disciplina optativa, definida a cada semestre pela área, que deverá se articular com as demais disciplinas para reforçar a concepção de pesquisa na Escola Básica. Essa disciplina estará sempre associada às necessidades contemporâneas identificadas pela área como essencial para execução do segundo nível da graduação em História.

A disciplina Didática articula-se com as demais disciplinas históricas com o intuito de discutir como o conhecimento histórico pode ser trabalhado com a finalidade de sistematizar procedimentos e métodos de ensino a serem adotados na Escola Básica. Essa disciplina dedica-se a apresentar múltiplas possibilidades para a realização do ensinar/aprender.

Concomitantemente a essas discussões teóricas, a disciplina Prática como Componente Curricular IV usará esse referencial em situações vivenciadas nos ensinos fundamental e médio. A meta é que o licenciando seja estimulado, por um lado, a conhecer como as propostas curriculares oficiais destinadas ao ensino de História, nos seus diversos níveis e modalidades, estabelecem diretrizes para o trabalho com as pesquisas históricas na Escola Básica. Por outro, pretende-se que o licenciando investigue como as pesquisas são utilizadas pelos professores e alunos da Escola Básica no seu quotidiano escolar. Almeja-se, ainda, que o aluno seja capaz de propor pesquisas a serem efetivadas no âmbito dos ensinos fundamental (I e II) e médio.

No quarto nível, as disciplinas terão os seguintes eixos:

a) História da África (de caráter teórico-metodológico) está voltada para a discussão dos

princípios teóricos, metodológicos e legais que justificam a presença dos estudos africanos na Escola Básica.

b) Teoria da História (de caráter teórico-metodológico) está voltada para a discussão de diferentes abordagens teóricas da História. Discute a evolução da disciplina com destaque para as escolas Historicista, Marxista e "Positivista"; a História Social e a História Cultural.

c) Didática (de caráter teórico-metodológico), voltada para a discussão dos processos de ensino e aprendizagem.

d) Uma disciplina optativa a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área.

e) Prática como Componente Curricular IV (a pesquisa no ensino de História na Escola Básica). De caráter prático, está voltada para a vivência em ambientes escolares no trato com alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Especificamente, se dedica a entender como são realizadas as investigações históricas por professores e alunos da Escola Básica. A partir do diagnóstico de como as pesquisas são desenvolvidas na prática quotidiana da Escola Básica, o aluno de História proporá novos problemas de pesquisa adequados à construção de Saber Histórico Escolar e sistematizados em procedimentos metodológicos

2) A área do **Mundo Antigo e Medieval** estará encarregada de dois níveis do curso: o segundo e o terceiro.

O segundo nível do curso será composto por cinco disciplinas (Arqueologia Pré-Histórica; História Antiga I; História Antiga II; Fundamentos Socio-filosóficos da Educação e Prática como Componente Curricular II). Nesta área, a disciplina Prática como Componente Curricular II enfocará o Mundo Antigo nas propostas curriculares do ensino fundamental 1 e 2 e do ensino médio.

Neste segundo nível, tem-se por objetivo que os licenciandos compreendam os estudos que analisam a organização dos povos antes do surgimento da escrita, as mudanças e permanências que a escrita trouxe para os grupamentos humanos e como as sociedades passaram a se organizar em torno da escrita. A meta é discutir o pensamento e a ação dos povos que viveram durante a Antiguidade nos continentes hoje denominados de Europa, África e Ásia, percebendo como essas concepções e práticas foram incorporadas pela historiografia brasileira e passaram a fazer parte dos currículos escolares. Almeja-se compreender a cultura, a sociedade, o imaginário, os mitos, as relações de poder de

diferentes aglomerados humanos que viveram na Antiguidade, identificando elementos de continuidade e rupturas presentes no nosso tempo no Brasil e no Rio Grande do Norte. Paralelamente a essas discussões sobre o Mundo Antigo, a disciplina Fundamentos Socio-Filosóficos da Educação procurará compreender como, em diferentes momentos, as sociedades têm se organizado para construir seus processos educacionais. Pretende-se que os fundamentos da educação se articulem com o Mundo Antigo e possam estabelecer relações nesse campo com outras temporalidades e espacialidades.

Prática como Componente Curricular II (O Mundo Antigo na Escola Básica). De caráter prático, está voltada para a vivência em ambientes escolares no trato com alunos do ensino fundamental e do ensino médio.

Concomitantemente a essas discussões teóricas, a disciplina Prática como Componente Curricular II usará os estudos sobre o Mundo Antigo como referencial para práticas a serem adotadas nos ensinos fundamental (I e II) e médio. A meta é que o licenciando seja estimulado, por um lado, a conhecer como as propostas curriculares oficiais destinadas ao ensino de História, nos seus diversos níveis e modalidades, trabalham com relações de identidade e de alteridade entre o nosso tempo e a Antiguidade. Almeja-se que o aluno da Escola Básica seja capaz de compreender práticas e concepções próprias do Mundo Antigo, percebendo elementos de continuidade e de ruptura no Mundo Contemporâneo. Nos três níveis de ensino (fundamental I e II e médio) devem ser instigados interesses para investigações que discutam como diferentes povos organizam em diferentes campos incluindo, por exemplo, os padrões morais. Almeja-se que, na Prática como Componente Curricular II, o licenciando investigue como o Mundo Antigo é mobilizado pelos professores da Escola Básica no seu quotidiano escolar.

A área do Mundo Antigo e Medieval, no segundo nível do curso, concentrará esforços para proporcionar um debate teórico e prático que mostre como nos aproximamos e nos distanciamos dos povos antigos. Para a realização dessa proposta, poderão ser realizadas atividades das mais diversas: jogos, análises de propostas curriculares, produção de materiais didáticos, entre outras.

No segundo nível, serão esses os eixos das disciplinas:

a) Arqueologia Pré-Histórica (de caráter propedêutico e metodológico) está voltada para os estudos teóricos e metodológicos da Pré-história no Velho Mundo e no Novo Mundo.

b) História Antiga I (de caráter historiográfico) está voltada a compreensãodas civilizações do Antigo Oriente Próximo e da África Antiga, bem a recepção desses estudos no Brasil.

c) História Antiga II (de caráter historiográfico) está voltada a compreensão das chamadas civilizações clássicas (Grécia e Roma), bem como da recepção desses estudos no Brasil.

d) Fundamentos Socio-Filosóficos da Educação (de caráter propedêutico) está voltada para a discussão história das relações entre educação e sociedade e para o debate sobre concepções de educação e para as políticas educacionais brasileiras.

e) Prática Como Componente Curricular II (O Mundo Antigo na Escola Básica). De caráter prático, está voltada para a vivência dos alunos em ambientes escolares. Aborda como as diretrizes oficiais para o ensino de História e os estudos acadêmicos indicam o que deve ser ensinado sobre Antiguidade na escola básica. Aborda, também, como professores e alunos têm mobilizado essas informações no cotidiano dos ensinos fundamental (I e II) e médio. Estimula a proposta de trabalhos realizados pelos alunos de História na Escola Básica sobre o Mundo Antigo.

O terceiro nível do curso será composto por cinco disciplinas: História Medieval I, História Medieval II, Organização da Educação Brasileira, uma disciplina optativa da área do Mundo Antigo e Medieval e a disciplina Prática como Componente Curricular III. A disciplina Prática como Componente Curricular III enfocará o Mundo Medieval nas propostas curriculares do ensino fundamental I e II e do ensino médio.

Neste terceiro nível, tem-se por objetivo que os licenciandos compreendam os estudos que analisam a organização dos povos medievais, identificando as mudanças e permanências entre aqueles agrupamentos humanos e a sociedade contemporânea. A meta é discutir o pensamento e a ação dos povos que viveram durante o Medievo nos continentes hoje denominados de Europa, África e Ásia, percebendo como essas concepções e práticas foram incorporadas pela historiografia brasileira e passaram a fazer parte dos currículos escolares. Almeja-se compreender a cultura, a sociedade, o imaginário, as relações de poder de diferentes aglomerados humanos que viveram no Medievo, identificando elementos de continuidade e rupturas presentes no nosso tempo, no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Paralelamente a essas discussões sobre o Mundo Medieval, a disciplina Organização da Educação Brasileira procurará compreender como a educação, em nosso país, tem se organizado em diferentes momentos. Pretende-se, nessa disciplina, que os alunos de História

sejam capazes de compreender qual o sentido contemporâneo da educação e em que esse sentido se diferencia de outros tempos. A disciplina não está limitada ao Medievo, pois objetiva discutir de forma ampla como o sistema educacional se constitui, organiza padrões de gestão, cria leis e influencia a organização curricular, incluindo nesse processo a definição de conteúdos de ensino.

Concomitantemente a essas discussões teóricas, a disciplina Prática como Componente Curricular III (A História do Mundo Medieval na Escola Básica), usará os estudos sobre o Mundo Medieval como referencial para práticas a serem adotadas nos ensinos fundamental (I e II) e médio. A meta é que o licenciando seja estimulado, por um lado, a conhecer como as propostas curriculares oficiais destinadas ao ensino de História, nos seus diversos níveis e modalidades, trabalham com relações de identidade e de alteridade entre o nosso tempo e o Medievo. Almeja-se que o aluno da Escola Básica seja capaz de compreender práticas e concepções próprias do Mundo Medieval, percebendo elementos de continuidade e de ruptura no Mundo Contemporâneo. Nos três níveis de ensino (fundamental I e II e médio) devem ser instigados interesses para investigações que discutam como diferentes povos organizam em diferentes campos incluindo, por exemplo, os padrões morais. Almeja-se que, na Prática como Componente Curricular III, o licenciando investigue como o Mundo Medieval é mobilizado pelos professores da Escola Básica no seu quotidiano escolar.

A área do Mundo Antigo e Medieval, no quarto nível do curso, concentrará esforços para proporcionar um debate teórico e prático que mostre como nos aproximamos e nos distanciamos dos povos medievais. Para a realização dessa proposta, poderão ser realizadas atividades das mais diversas: jogos, análises de propostas curriculares, produção de materiais didáticos, entre outras.

Serão esses os eixos das disciplinas ministradas no terceiro nível:

a) História Medieval I (de caráter historiográfico) está voltada para a compreensão tanto das invasões bárbaras e do Império Romano, quanto da gênese do feudalismo europeu. Discute também o Império bizantino e o Islã.

b) História Medieval II (de caráter historiográfico) está voltada para a discussão das análises que a historiografia tem construído sobre o mundo feudal, em suas diversas dimensões.

c) Organização da Educação Brasileira (de caráter propedêutico) está direcionada para a compreensão das dimensões pedagógicas e políticas da história da legislação e da

organização das instituições educacionais.

d) Uma disciplina optativa da área do mundo antigo e medieval a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área.

e) Prática como Componente Curricular III (O Mundo Feudal na Escola Básica) é uma disciplina de caráter prático que proporciona aos alunos vivências em ambientes escolares. Aborda como as diretrizes oficiais para o ensino de História e os estudos acadêmicos indicam o que deve ser ensinado sobre o Medievo na escola básica. Aborda, também, como professores e alunos têm mobilizado essas informações no cotidiano dos ensinos fundamental (I e II) e médio. Estimula a proposta de trabalhos realizados pelos alunos de História na Escola Básica sobre o Mundo Feudal.

3) A área do **Mundo Moderno** está encarregada de dois níveis: o quinto e o sexto.

O quinto nível está composto por cinco disciplinas: História Moderna I, História do Brasil Colônia, Fundamentos da Psicologia Educacional, História Indígena do Brasil e Prática como Componente Curricular V. Neste quinto nível, tem-se por objetivo que os licenciandos compreendam os estudos que analisam como os povos, em diferentes lugares do mundo, se organizaram durante a Idade Moderna, ou seja, entre a transição do Feudalismo para o Capitalismo e as Revoluções Francesa e Industrial. A meta é discutir os contatos culturais entre os povos que viveram que viveram em todos os continentes, privilegiando as investigações sobre os contatos entre europeus e os habitantes da América portuguesa. Busca-se também compreender como as concepções e práticas existentes nesse período foram incorporadas pela historiografia brasileira e passaram a fazer parte dos currículos escolares. Almeja-se compreender a cultura, a sociedade, o imaginário, os mitos, as relações de poder de diferentes aglomerados humanos que viveram na Modernidade, identificando elementos de continuidade e rupturas presentes no nosso tempo no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Paralelamente a essas discussões sobre o Mundo Moderno, a disciplina Fundamentos da Psicologia Educacional procurará compreender as abordagens da psicologia e suas implicações na educação, identificando como essa ciência contribui para compreendermos como ocorre a aprendizagem. Pretende-se que os fundamentos da psicologia educacional se articulem com o Mundo Moderno, mas que não se limite a ele, tendo em vista que, ao longo

de todo o curso, esses elementos psicológicos serão importantes para a discussão do processo de aprendizagem.

Concomitantemente a essas discussões teóricas, a disciplina Prática como Componente Curricular IV usará os estudos sobre o Mundo Moderno como referencial para práticas a serem adotadas nos ensinos fundamental (I e II) e médio. A meta é que o licenciando seja estimulado, por um lado, a conhecer como as propostas curriculares oficiais destinadas ao ensino de História, nos seus diversos níveis e modalidades, trabalham com relações de identidade e de alteridade entre o nosso tempo e a Modernidade. Almeja-se que o aluno da Escola Básica seja capaz de compreender práticas e concepções próprias do Mundo Moderno, percebendo elementos de continuidade e de ruptura no Mundo Contemporâneo. Nos três níveis de ensino (fundamental I e II e médio) devem ser instigados interesses para investigações que discutam como diferentes povos organizam em diferentes campos incluindo, por exemplo, os padrões morais. Almeja-se que, na Prática como Componente Curricular V, o licenciando investigue como o Mundo Moderno é mobilizado pelos professores da Escola Básica no seu quotidiano escolar.

A área do Mundo Moderno, no quinto nível do curso, concentrará esforços para proporcionar um debate teórico e prático que mostre como nos aproximamos e nos distanciamos dos povos modernos. Para a realização dessa proposta, poderão ser realizadas atividades das mais diversas: jogos, análises de propostas curriculares, produção de materiais didáticos, entre outras.

Serão os seguintes os eixos das disciplinas ministradas no quinto nível:

a) História Moderna I (de caráter historiográfico) está voltada a discussão da transição do feudalismo para o capitalismo, da expansão ultramarina europeia, do mercantilismo e da construção do Estado nacional. Discute as análises construídas sobre a formação dos estados nacionais modernos.

b) História do Brasil Colônia (de caráter historiográfico) está voltada para a consideração das análises sobre a formação da sociedade colonial na América Portuguesa;

c) Fundamentos da Psicologia Educacional (de caráter propedêutico) está voltada para abordagens históricas da psicologia e suas implicações na educação.

d) História Indígena no Brasil (de caráter historiográfico) está voltada para a consideração das análises sobre as sociedades indígenas, sobre as políticas indigenistas e sua relação com as

questões ambientais no passado e no presente.

e) Prática como Componente Curricular V (O Mundo Moderno na Escola Básica) é uma disciplina de caráter prático e aborda as diretrizes oficiais para o ensino de História, enfatizando o estudo da Idade Moderna na Escola Básica nos ensinos fundamental (I e II) e médio.

O sexto nível do curso será composto por quatro disciplinas (História do Rio Grande do Norte na Colônia e no Império, uma disciplina optativa da área do Mundo Moderno, História Moderna II, História da América Colonial) e Estágio Supervisionado de Formação de Professores I. O Estágio será o eixo articulador para a discussão das propostas curriculares dos ensinos fundamental (I e II) e médio. Todas as disciplinas deste nível serão voltadas para a concretização das atividades práticas a serem desenvolvidas nele.

Nesse sexto nível, se articulará a História do Rio Grande do Norte com outros espaços, fugindo da perspectiva localista que tem caracterizado os estudos dessa disciplina. A meta é que, a partir de problemas locais, o aluno de História seja capaz de compreender como os conteúdos podem favorecer a construção de identidades e alteridades com outros tempos e espaços.

Serão os seguintes os eixos das disciplinas e atividades a serem desenvolvidas neste nível:

a) História do Rio Grande do Norte na Colônia e no Império (de caráter historiográfico) está voltada para discutir como o Rio Grande do Norte no período da Colônia e do Império tem sido construído pela historiografia.

b) Uma disciplina optativa da área do Mundo Moderno a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área.

c) História Moderna II (de caráter historiográfico) se dedica a estudar as revoluções liberais na Inglaterra e as mudanças no século XVII e XVII. Detém-se no Iluminismo, na formação da ideologia burguesa, na crise do absolutismo e no surgimento da Revolução Francesa.

d) Estágio Supervisionado de Formação de Professores I (de caráter prático).Essa atividade está voltada para o conhecimento dos recursos disponíveis na escola para a concretização das propostas pedagógicas. Paralelamente se estudam as propostas curriculares de escolas da rede pública para identificação da presença das áreas norteadoras dos seus projetos pedagógicos.

e) História da América Colonial (de caráter historiográfico) está voltada para a interpretação das análises sobre a conquista e seus desdobramentos.

3) A **área do Mundo Contemporâneo** estará encarregada de três níveis do curso: o sétimo, o oitavo e o nono níveis.

O sétimo nível do curso será composto por quatro disciplinas (História do Brasil Império, História do Brasil República I, História Contemporânea I, Língua Brasileira de Sinais) e uma atividade de Estágio. A atividade Estágio Supervisionado II será o eixo articulador para a discussão das propostas curriculares dos ensinos fundamental (I e II) e Médio. Como nos demais níveis do curso, também nesse nível todas as disciplinas estarão voltadas para a concretização das atividades práticas a serem desenvolvidas neste Estágio II.

A meta, nesse nível, é que a história brasileira do século XIX e das primeiras décadas do século XX, seja estudada articulada com a história contemporânea vivenciadas em outros espaços mundiais. Pretende-se que a transição Império-República seja trabalhada a partir de elementos de continuidade e de ruptura que poderão ser identificados nas duas disciplinas que estudam a história nacional no sétimo nível do curso. A ideia é superar a marca, consagrada numa determinada interpretação historiográfica, de que a República foi um acontecimento inevitável e que veio associada ao progresso e ao desenvolvimento. Articulando-se as duas disciplinas, será possível perceber elementos culturais, sociais e políticos da sociedade brasileira no Império e na República.

A inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nesse período, apesar de não ter um caráter historiográfico, é de fundamental importância, pois essa disciplina contribui não apenas para que o aluno de História licenciatura domine os códigos de outro idioma, mas, para que esse aluno seja capaz de conviver e respeitar os diferentes. Essa disciplina cumpre também uma determinação legal prevista na lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002, que prevê a obrigatoriedade de Libras como disciplina nos cursos de formação de professores.

Serão os seguintes os eixos das disciplinas e atividades desenvolvidas neste nível:

a) História do Brasil Império, de caráter historiográfico, está voltada para a consideração das análises sobre a formação da sociedade nacional;

b) História do Brasil República (1889 a 1945), de caráter historiográfico, está voltada para a consideração das análises sobre a formação do universo republicano;

c) História Contemporânea I, de caráter historiográfico, se dedica a compreender as análises sobre o período demarcado temporalmente entre a Revolução Industrial Inglesa e a Primeira Guerra Mundial. A disciplina se dedicará a entender como homens e mulheres construíram práticas culturais, políticas e sociais em diferentes lugares do planeta.

d) Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de caráter teórico-metodológico, está voltada para a discussão dos procedimentos inerentes ao desenvolvimento e a manutenção de uma Educação Inclusiva e aprendizagem da Linguagem Brasileira de Sinais.

d) Estágio Supervisionado de Formação de Professores II (de caráter prático), essa atividade está voltada para o conhecimento dos recursos disponíveis na escola para a concretização das propostas pedagógicas. Paralelamente, se estuda as propostas curriculares de escolas da rede pública para identificação da presença das áreas norteadoras deste projeto pedagógico.

O oitavo semestre do curso será composto por quatro disciplinas (História do Rio Grande do Norte Republicano, História do Brasil República II, uma disciplina optativa da área do Mundo Contemporâneo, Prática como Componente Curricular VI), e uma atividade de Estágio. A atividade Estágio III e a disciplina Prática como Componente Curricular, que deverá ser dedicada aos estudos das questões locais, serão os eixos articuladores para a discussão das propostas curriculares dos ensinos fundamental (I e II) e médio. Todas as disciplinas deste período serão voltadas para a concretização das atividades práticas a serem desenvolvidas na atividade Estágio III e na disciplina Prática como Componente Curricular VI.

Neste semestre, o Rio Grande do Norte é estudado paralelamente ao Brasil. Essa é uma opção política deste projeto pedagógico que estabelece uma nítida diretriz para que seja produzida uma história local que fuja aos localismos. A história do Rio Grande do Norte, nos moldes apresentados neste Projeto, é uma história dos homens e das mulheres que se apresenta de forma particular em um recorte temporal e espacial específico.

A disciplina Prática como Componente Curricular VI, a ser ministrada nesse nível, estará voltada para a construção de propostas que instiguem o aluno a uma produção prática sobre o local, que pode se expressar nos estudos sobre o bairro, sobre a cidade, sobre o estado, sobre a região.

Serão os seguintes os eixos das disciplinas e atividades desenvolvidas neste oitavo nível:

a) História do Rio Grande do Norte Republicano (de caráter historiográfico) está voltada a

discutir as construções historiográficas sobre o Rio Grande do Norte no período republicano;

b) História do Brasil República (1945-Tempo presente): de caráter histográfico, está voltada para debater os estudos historiográficos na contemporaneidade;

c) Uma disciplina optativa da área do Mundo Contemporâneo a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área;

d) Prática como Componente Curricular VI (a história local na escola básica) é uma disciplina de caráter prático e aborda as diretrizes oficiais para o ensino de História, enfatizando o estudo da História local na escola básica no ensino fundamental (I e II) e no ensino médio.

d) Estágio Supervisionado de Formação de Professores III (de caráter prático), essa atividade está voltada para o conhecimento dos recursos disponíveis na escola para a concretização das propostas pedagógicas. Paralelamente se estuda as propostas curriculares de escolas da rede pública para identificação da presença das áreas norteadoras deste projeto pedagógico.

O nono nível do curso será composto por quatro disciplinas (História Contemporânea II, História da América Contemporânea, uma disciplina optativa da área do Mundo Contemporâneo, Prática como Componente Curricular VII)e uma atividade de Estágio. A atividade Estágio IV e a disciplina Prática como Componente Curricular serão os eixos articuladores para a discussão das propostas curriculares dos ensinos fundamental (I e II) e Médio. A atividade Estágio IV e a disciplina Prática como Componente Curricular VII estará dedicada aos estudos do Mundo Contemporâneo.

Serão esses os eixos das disciplinas e atividade desenvolvidas no nono nível:

a) História Contemporânea II (de caráter historiográfico); está voltada para a compreensão da contemporaneidade. Nesse sentido, estuda os conflitos contemporâneos ocorridos ao longo dos séculos XIX e XX, as relações políticas e ideológicas, os contatos culturais e os nacionalismos.

b) História da América Contemporânea (de caráter historiográfico) está voltada para a compreensão das análises construídas sobre os processos históricos recentes no continente, especialmente a formação de blocos políticos e comerciais e a emergência de novos atores sociais e políticos;

d) Uma disciplina optativa da área do Mundo Contemporâneo, a ser ofertada de acordo com as necessidades formativas identificadas pela área;

c) Prática Como Componente Curricular VII (o Mundo Contemporâneo na escola básica) é

uma disciplina de caráter prático e está voltada para a vivência nas escolas, mais especificamente no trato com alunos dos ensinos fundamental (I e II) e médio. Especificamente, dedica-se a entender como são praticados os problemas históricos contemporâneos, como são trabalhados metodologicamente, e como são abordadas as interpretações historiográficas desse tempo na Escola Básica. A partir desse entendimento, o aluno de História proporá novas práticas com relação a esses conhecimentos.

d) Estágio Supervisionado de Formação de Professores IV: essa atividade, de caráter prático, está voltada para a prática docente no Ensino Médio, na modalidade dita regular ou na Educação de Jovens e Adultos (ofertadas em escolas que ofereçam essa modalidade de ensino presencialmente ou em escolas que trabalham com módulos). Parte-se do pressuposto que este Estágio (ministrado no último semestre do curso) permitirá ao aluno concretizar todos os aprendizados obtidos durante sua formação.

É importante destacar que o cumprimento desta matriz curricular incorpora importantes inovações no curso de História Licenciatura. A primeira dessas novidades diz respeito à adoção de disciplinas dedicadas exclusivamente à prática como componente curricular. Essa opção vincula a UFRN à outras instituições brasileiras que têm procurado seguir as Diretrizes Nacionais que orientam no sentido de as licenciaturas formarem professores devidamente preparados para o que encontrarão nas salas de aula da escola básica. Além disso, outra inovação presente no curso diz respeito ao fato de todos os semestres letivos passarem a se organizar a partir das *áreas de conhecimento histórico*. Essa prática inovadora permitirá uma discussão coletiva de todos os aprendizados realizados no semestre, sempre articulados em torno do ensino.

É importante, ainda, destacar o esforço do curso de História Licenciatura para incorporar nesse projeto alunos que, historicamente, foram excluídos da Universidade por motivos dos mais diversos. Entre esses alunos, estão aqueles portadores de deficiências físicas e psicológicas. Para esses alunos, especificamente, existe todo um apoio institucional da UFRN, que possui um órgão, intitulado *Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais* (CAENE), responsável por acompanhar e auxiliar todos os alunos que apresentem esse tipo de necessidade. Todas as relações entre a CAENE e os alunos com necessidades educacionais especiais estão previstas na Resolução 193/2010 – CONSEPE, de 21 de setembro de 2010.

Esse panorama geral do funcionamento do curso de História Licenciatura está diret

associado aos aspectos quantitativos da matriz curricular, sintetizados no quadro VII.

Quadro VII – Caracterização do curso de graduação em História Licenciatura

NOME DO CURSO: HISTÓRIA LICENCIATURA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES / CURSO DE HISTÓRIA
MUNICÍPIO-SEDE: NATAL
MODALIDADE: (x) Presencial ( ) A Distância
GRAU CONCEDIDO:( ) Bacharelado (x) Licenciatura ( ) Tecnologia

MATRIZ CURRICULAR / EXIGÊNCIAS GERAIS PARA A INTEGRALIZAÇÃO

TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO:(x) M ( ) T ( ) N ( ) MT ( ) MN ( ) TN ( ) MTN
HABILITAÇÃO (caso exista): Não se aplica
ÊNFASE (caso exista): Não se aplica
CARGA HORÁRIA ELETIVA MÁXIMA: 240 horas
CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO: Mínima: 315 Média: 365 Máxima:415
TEMPO PARA CONCLUSÃO (prazo em semestres): Mínimo: 8 semestres Padrão: 9 semestres Máximo: 14 semestres
PERÍODO LETIVO DE INGRESSO: 1º (X) Número de vagas:88 vagas 2º ( ) Número de vagas:Não ingresso no segundo semestrs

	CARGA HORÁRIA EM COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DA ESTRUTURA CURRICULAR								CARGA HORÁRIA OPTATIVA	CARGA HORÁRIA COMPLEMENTAR	CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA
	Disciplinas	Módulos	Blocos	Atividades Acadêmicas							
				Atividades de Orientação Individual			Atividades Coletivas				
				Estágios com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividades Integradoras de Formação	Estágios com Orientação Coletiva	Atividades Integradoras de Formação			
CARGA HORÁRIA **PRESENCIAL TEÓRICA**	1.680h	-	-	-	-	-	-	-			
CARGA HORÁRIA **PRESENCIAL PRÁTICA**	420h	-	-	-	-	-	400	200 (ATP)			
CARGA HORÁRIA **A DISTÂNCIA TEÓRICA**	-	-	-	-	-	-	-	-			
CARGA HORÁRIA **A DISTÂNCIA PRÁTICA**	105h	-	-	-	-	-	-	-			
CARGA HORÁRIA DE **ORIENTAÇÃO**	-	-	-	-	60	-	-	-			
SUBTOTAIS DAS CARGAS HORÁRIAS	**2.205**	-	-	-	**60**	-	**400**	**200**	**360**	-	**3.225**

PERCENTUAL DA CARGA HORÁRIA TOTAL (%)	**68,4%**	**-**	**-**	**-**	**1,9%**	**-**	**12,4%**	**6,2%**	**11,2**	**-**

6.4.2 Estrutura Curricular

CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR:
ANO E PERÍODO DE INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA CURRICULAR: 2019.1

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
DAN0001	ANTROPOLOGIA I	60	-	-	-
DCS0005	CIENCIA POLITICA I	60	-	-	-
DCS0029	SOCIOLOGIA I	60	-	-	-
DEH0010	HISTORIA ECONOMICA GERAL	60	-	-	-
DEH0017	HISTORIA ECONOMICA DO BRASIL	60	-	-	-
DEH0031	HISTORIA ECONOMICA, POLITICA E SOCIAL DO BRASIL	60	-	-	-
DEH0047	SEMINARIO DE HISTORIA ANTIGA E MEDIEVAL I	60	-	-	-
DEH0048	SEMINARIO DE HISTORIA MODERNA E CONTEMPORANEA I	60	-	-	-
DEH0049	SEMINARIO DE HISTORIA DA AMERICA LATINA I	60	-	-	-
DEH0050	SEMINARIO DE HISTORIA DO BRASIL I	60	-	-	-
DEH0051	SEMINARIO DE METODOLOGIA DA HISTORIA I	60	-	-	-
DEH0053	SEMINARIO DE HISTORIA ANTIGA E MEDIEVAL II	60	-	-	-
DEH0054	SEMINARIO DE HISTORIA ANTIGA E MEDIEVAL III	60	-	-	-
DEH0055	SEMINARIO DE HISTORIA MODERNA E CONTEMPORANEA II	60	-	-	-
DEH0056	SEMINARIO DE HISTORIA MODERNA E CONTEMPORANEA III	60	-	-	-
DEH0057	SEMINARIO DE HISTORIA DA AMERICA LATINA II	60	-	-	-
DEH0058	SEMINARIO DE HISTORIA DA AMERICA LATINA III	60	-	-	-
DEH0059	SEMINARIO DE HISTORIA DO BRASIL II	60	-	-	-
DEH0060	SEMINARIO DE HISTORIA DO BRASIL III	60	-	-	-
DEH0061	SEMINARIO DE METODOLOGIA DA HISTORIA II	60	-	-	-
DEH0062	SEMINARIO DE METODOLOGIA DA HISTORIA III	60	-	-	-
DEH0063	ELEM. DO PATR.HIST.ARTISTICO E CULTURAL BRASILEIRO	60	-	-	-
DEH0064	FORMACAO HISTORICA DO RIO GRANDE DO NORTE	60	-	-	-
HIS0021	PALEOGRAFIA	60	-	-	-
HIS0022	HISTORIA ORAL	60	-	-	-
HIS0023	HISTORIA REGIONAL E LOCAL	60	-	-	-
HIS0024	MEMORIA E PATRIMONIO HISTORICO	60	-	-	-
HIS0025	ARQUIVISTICA HISTORICA	60	-	-	-
HIS0028	CONSERVACAO DE DOCUMENTOS	60	-	-	-

HIS0029	ARQUEOLOGIA	60	-	-	-
HIS0030	MUSEOLOGIA	60	-	-	-
HIS0031	FORMACAO DOS ESTADOS IBERICOS	60	-	-	-
HIS0032	HISTORIA DA CULTURA	60	-	-	-
HIS0033	HISTORIA DAS IDEIAS POLITICAS E SOCIAIS	60	-	-	-
HIS0034	HISTORIA GERAL DA ARTE	60	-	-	-
HIS0035	HISTORIA DA ARTE BRASILEIRA	60	-	-	-
HIS0036	HISTORIA DA ARTE SACRA BRASILEIRA	60	-	-	-
HIS0037	HISTORIA INDIGENA NO BRASIL	60	-	-	-
HIS0038	HISTORIA AGRARIA	60	-	-	-
HIS0039	HISTORIA URBANA	60	-	-	-
HIS0044	HISTORIA DA ÁFRICA	60	-	-	-
HIS0045	ENCADERNAÇÃO E ACONDICIONAMENTO	60	-	-	-
HIS0046	HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL	60	-	-	-
HIS0047	HISTORIOGRAFIA FRANCESA: DOS ANNALES À NOVA HISTÓRIA	60	-	-	-
HIS0048	CULTURA VISUAL, HISTÓRIA E IMAGEM	60	-	-	-
HIS0049	CULTURA HISTÓRICA E MEMÓRIA CULTURAL	60	-	-	-
HIS0050	DIDÁTICA DA HISTÓRIA	60	-	-	-
HIS0051	HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	60	-	-	-
HIS0052	HISTÓRIA, CINEMA E AUDIOVISUAL	60	-	-	-
HIS0053	ENSINO DE HISTÓRIA E MATERIAIS DIDÁTICOS	60	-	-	-
HIS0054	ENSINO DE HISTÓRIA E MÍDIAS DIGITAIS	60	-	-	-
HIS0055	ALFABETIZAÇÃO HISTÓRICA	60	-	-	-
HIS0056	HISTORIOGRAFIA E PESQUISA DO ENSINO DE HISTÓRIA	60	-	-	-
HIS0057	HISTÓRIA E BIOGRAFIAS	60	-	-	-
HIS0058	HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE	60	-	-	-
HIS0059	HISTÓRIA, MEMÓRIA, LITERATURA	60	-	-	-
HIS0060	HISTÓRIA DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA	60	-	-	-
HIS0061	O ENSINO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE	60	-	-	-
HIS0069	ARQUEOLOGIA DO NORDESTE DO BRASIL	60	-	-	-
HIS0070	PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA	60	-	-	-
HIS0071	ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE	60	-	-	-
HIS0072	ARQUEOLOGIA CLÁSSICA E HISTÓRIA ANTIGA	60	-	-	-
HIS0073	EGIPTOLOGIA	60	-	-	-
HIS0074	O MUNDO BIZANTINO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	60	-	-	-
HIS0075	O MUNDO MEDITERRÂNICO NA ANTIGUIDADE E NO MEDIEVO	60	-	-	-
HIS0076	A IGREJA NA IDADE MÉDIA	60	-	-	-
HIS0077	HISTÓRIA RURAL DA IDADE MÉDIA	60	-	-	-
HIS0078	A IDADE MÉDIA E O ENSINO DE HISTÓRIA	60	-	-	-
HIS0079	CRÔNICAS DA CONQUISTA AMERICANA	60	-	-	-
HIS0080	HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA NO BRASIL	60	-	-	-
HIS0081	NATUREZA E MUNDO AMERICANO	60	-	-	-
HIS0082	ORDENS RELIGIOSAS E CATOLICISMO REFORMADO	60	-	-	-
HIS0083	HISTORIOGRAFIA DA EXPANSÃO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	60	-	-	-

HIS0084	POLÍTICAS ILUSTRADAS NAS AMÉRICAS	60	-	-	-
HIS0085	HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL	60	-	-	-
HIS0086	HISTÓRIA, ETNOHISTÓRIA E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS	60	-	-	-
HIS0087	A IGREJA CATÓLICA NORTE-RIO-GRANDENSE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ESTADUAL	60	-	-	-
HIS0088	BRASIL JOANINO (1808-1822)	60	-	-	-
HIS0089	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL: PROVÍNCIAS E MUNICÍPIOS	60	-	-	-
HIS0090	O SISTEMA ESCRAVISTA NO SÉCULO XIX	60	-	-	-
HIS0091	REBELIÕES POPULARES NO BRASIL IMPÉRIO	60	-	-	-
HIS0092	BRASIL IMPÉRIO: CULTURA E SOCIEDADE	60	-	-	-
HIS0093	OS "EXCLUÍDOS" DA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO	60	-	-	-
HIS0094	TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	60	-	-	-
HIS0095	HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL REPUBLICANO	60	-	-	-
HIS0096	HISTÓRIA MARÍTIMA	60	-	-	-
HIS0097	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	60	-	-	-
HIS0098	HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS	60	-	-	-
HIS0101	HISTÓRIA, CATOLICISMO E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO	60	-	-	-
LET0001	LINGUA PORTUGUESA I	60	-	-	-
LET0019	LINGUA FRANCESA IX	60	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**5.460**			

1º PERÍODO					
CÓDIGOS	**NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGAS HORÁRIAS**	**PRÉ-REQUISITOS**	**CORREQUISITOS**	**EQUIVALÊNCIAS**
HST1101	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	60	-	-	HIS0001
HST1102	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	60	-	-	HIS0004
HST1103	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	60	-	-	HIS0002
HST1104	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR I (A teoria da história na escola básica)	75	-	-	-
	OPTATIVA 1	60	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**315**			

2º PERÍODO					
CÓDIGOS	**NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGAS HORÁRIAS**	**PRÉ-REQUISITOS**	**CORREQUISITOS**	**EQUIVALÊNCIAS**
HST2201	ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA	60	-	-	HIS0006
HST2202	HISTÓRIA ANTIGA I	60	-	-	HIS0040
HST2203	HISTÓRIA ANTIGA II	60	-	-	HIS0041
HST2204	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR II (O Mundo Antigo na Escola Básica)	60	-	-	-
FPE0680	FUNDAMENTOS SÓCIOFILOSOFICOS DA EDUCAÇÃO	75	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**315**			

3º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
HST2301	HISTÓRIA MEDIEVAL I	60	-	-	
HST2302	HISTÓRIA MEDIEVAL II	60	-	-	
HST2303	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR III(O Mundo Feudal na Escola Básica)	75	-	-	
FPE0682	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	-	-	
	OPTATIVA 2	60			
	CARGA HORÁRIA TOTAL	315			

4º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
HST1401	TEORIA DA HISTÓRIA	60	-	-	HIS0005
HST1402	HISTÓRIA DA ÁFRICA	60	-	-	HIS0044
HST1403	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR IV (A pesquisa no ensino de História)	75	-	-	-
	OPTATIVA 3	60	-	-	-
PEC0683	DIDÁTICA	60	-	-	PEC2000
	CARGA HORÁRIA TOTAL	315			

5º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
HST3501	HISTÓRIA MODERNA I	60	-	-	HIS0009
HST3502	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA	60	-	-	HIS0015
HST3503	HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL	60	-	-	HIS0037
HST3504	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR V (O mundo moderno na Escola Básica)	75	-	-	-
FPE0681	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL	60	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	315			

6º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
HST3601	HISTÓRIA MODERNA II	60	-	-	HIS0010
HST3602	HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL	60	-	-	HIS0013
HST3603	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO	60	-	-	HIS0019
PEC0165	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES I (HISTÓRIA)	100	PEC0683	-	-
	OPTATIVA 4	60		-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	340			

7º PERÍODO					
CÓDIGOS	NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES	CARGAS HORÁRIAS	PRÉ-REQUISITOS	CORREQUISITOS	EQUIVALÊNCIAS
HST4701	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I	60	-	-	HIS0011

HST4702	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO	60	-	-	HIS0016
HST4703	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA I	60	-	-	HIS0017
FPE0087	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60	-	-	-
PEC0166	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES II (HISTÓRIA)	100	PEC0165	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**340**			

8º PERÍODO					
CÓDIGOS	**NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGAS HORÁRIAS**	**PRÉ-REQUISITOS**	**CORREQUISITOS**	**EQUIVALÊNCIAS**
HST4801	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICA II	60	-	-	HIS0018
HST4802	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE REPUBLICANO	60	-	-	HIS0020
HST4803	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR VI (O local na Escola Básica)	75	-	-	-
PEC0167	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL(HISTÓRIA)	100	PEC0166	-	-
	OPTATIVA 5	60	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**415**			

9º PERÍODO					
CÓDIGOS	**NOMES DOS COMPONENTES CURRICULARES**	**CARGAS HORÁRIAS**	**PRÉ-REQUISITOS**	**CORREQUISITOS**	**EQUIVALÊNCIAS**
HST4901	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II	60	-	-	HIS0012
HST4902	HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA	60	-	-	HIS0014
HST4903	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR VII (O Mundo Contemporâneo na Escola Básica II)	75	-	-	-
PEC0168	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO (HISTÓRIA)	100	PEC0166	-	-
	OPTATIVA 6	60	-	-	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL	**315**			

6.4.3 Comparativo entre as estruturas curriculares

O quadro abaixo compara a estrutura curricular do Projeto Pedagógico de 2004 e o atual projeto pedagógico, aprovado em 2018. Três grandes alterações estão presentes na nova estrutura curricular: a criação das disciplinas Prática como Componente Curricular; a exigência da elaboração de um artigo científico e a inserção da educação a distância. Essas alterações foram realizadas com o intuito de fortalecer o ensino como eixo de formação na licenciatura em História. A carga horária destinada às práticas como componente curricular, na estrutura antiga, era distribuída em algumas disciplinas da estrutura curricular sem garantir, efetivamente, uma discussão mais aprofundada sobre essas práticas. Em razão disso, foram criadas disciplinas específicas, com intuito de associar, em cada semestre do curso, as discussões teóricas a práticas vivenciadas na escola básica. A exigência de elaboração de um artigo é uma inovação que visa estimular a produção intelectual do aluno em torno de um tema relacionado ao Ensino de História ou à

Educação. A inserção da Educação a Distância almeja introduzir o aluno nas metodologias relacionadas a essa modalidade de ensino e voltadas, especificamente, para o Ensino de História. O quadro VIII compara as duas estruturas curriculares.

Quadro VIII – Comparação entre a estrutura curricular antiga (2004) e a estrutura curricular nova (2018)

COMPONENTE CURRICULAR	ESTRUTURA ANTIGA			ESTRUTURA NOVA	
	CH	%		CH	%
Componentes Obrigatórios e Optativos – Núcleo de Formação Geral e Específico	1.820	64,5		2.565	79,5
Total em Componentes	**1.820**	**64,5**		**2.565**	**79,5**
Prática Pedagógica como Componente Curricular	400	14,1		420	13
Atividade Teórico-Prática	200	7		200	6,2
Estágio Curricular Supervisionado	400	14,1		400	12,4
Trabalho de Conclusão de Curso	0	0		60	1,9
Total em Atividades Acadêmicas Específicas	**1.000**	**35,5**		**1.080**	**33,5**
Total Geral	**2.820**			**3.225**	

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	Código	Componente Curricular	CH		Código	Componente Curricular	CH
1º	HIS001	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA	60		HST1101	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	60
	HIS0002	MÉTODOS E TECNICAS DE PESQUISA	60		HST1102	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	60
	HIS0006	PRÉ-HISTÓRIA	60		HST1103	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	60
	HIS0040	HISTÓRIA ANTIGA I	60		HST1104	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR I (A teoria da história na Escola Básica)	75
	HIS0041	HISTÓRIA ANTIGA II	60			OPTATIVA 1 (Área: Teoria)	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	Código	Componente Curricular	CH		Código	Componente Curricular	CH
2º	FPE0680	FUNDAMENTOS SOCIOFILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60		HST2201	ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA	60
	HIS004	HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	60		HST2202	HISTÓRIA ANTIGA I	60
	HIS0042	HISTÓRIA MEDIEVAL I	60		HST2203	HISTÓRIA ANTIGA II	60
	HIS0043	HISTÓRIA MEDIEVAL II	60		HST2204	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR II (O Mundo Antigo na Escola Básica)	75
		OPTATIVA	60		FPE6080	FUNDAMENTOS SOCIOFILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
3º	HIS0005	TEORIA DA HISTÓRIA	60		HST2301	HISTÓRIA MEDIEVAL I	60
	HIS0009	HISTORIA MODERNA I	60		HST2302	HISTÓRIA MEDIEVAL II	60
	HIS0013	HISTORIA DA AMERICA I	60		HST2303	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR III (O Mundo Feudal na Escola Básica)	75
	FPE0682	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60		FPE0682	ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60
		OPTATIVA	60			OPTATIVA 2 (Área: Mundo Antigo e Medieval)	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
4º	FPE0682	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL	60		HST1401	TEORIA DA HISTÓRIA	60
	HIS0003	METODOLOGIA DA PESQUISA HISTÓRICA	60		HST1402	HISTÓRIA DA ÁFRICA	60
	HIS0014	HISTÓRIA MODERNA II	60		HST1403	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR IV (A Pesquisa no Ensino de História)	75
	PEC0683	DIDÁTICA	60		PEC0683	DIDÁTICA	60
	HIS0014	HISTÓRIA DA AMÉRICA II	60			OPTATIVA 3 (Área: Teoria e Metodologia da História)	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
5º	FPE0087	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	60		HST3601	HISTÓRIA MODERNA I	60
	HIS0011	HISTÓRIA CONTEMPORANEA I	60		HST3502	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA	60
	HIS0015	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIA	60		HST3503	HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL	
	PEC0683	DIDÁTICA	60		HST3504	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR V (O mundo moderno na Escola Básica)	75
		OPTATIVA	60		FPE0681	FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
6º	HIS0012	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II	60		HST3601	HISTÓRIA MODERNA II	60
	HIS0016	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO	60		HST3602	HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL	60

	HIS0019	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE I	60		HST3603	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO	60
	PEC0165	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES I (HISTÓRIA)	100		PEC0165	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES I (HISTÓRIA)	100
		OPTATIVA	60			OPTATIVA 4 (Área: Mundo Moderno)	60

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
7º	HIS0017	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICA I	60		HST4701	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I	60
	HIS0020	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE II	60		HST4702	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO	60
	PEC0166	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES II (HISTÓRIA)	100		HST4703	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA I (1889-1945)	60
		OPTATIVA	60		FPE0087	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
		OPTATIVA	60		PEC0166	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES II (HISTÓRIA)	100

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**
8º	HIS0018	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA II	60		HST4801	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA II	60
	HIS0999	ATIVIDADE ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	200		HST4802	HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE REPUBLICANO	60
	PEC0167	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (HISTÓRIA) - 100h	100		HST4803	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR VI (O local na Escola Básica)	75
		OPTATIVA	60		PEC0167	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (HISTÓRIA)	100
						OPTATIVA 5 (Área: Mundo Contemporâneo)	

	ESTRUTURA ANTIGA				ESTRUTURA NOVA		
Período	**Código**	**Componente Curricular**	**CH**		**Código**	**Componente Curricular**	**CH**

9º	PEC0168	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO (HISTÓRIA)			HST4901	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II	60
		OPTATIVA			HST4902	HISTÓRIA DA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA	60
		OPTATIVA			HST4903	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR VII (O Mundo Contemporâneo na Escola Básica II)	75
		OPTATIVA			PEC0168	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO (HISTÓRIA)	100
						OPTATIVA 6 (Área: Mundo Contemporâneo)	
					HST0901	ARTIGO CIENTÍFICO	60
					HST0902	ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS (ATP)	200

6.4.4 Plano de migração

Este PPC não prevê a adoção de plano de migração, pois o Curso de História garantirá aos alunos antigos a conclusão dos currículos vigentes. Apenas os alunos ingressantes a partir de 2019.1 ficarão submetidos a este novo Projeto Pedagógico.

7 APOIO AO DISCENTE

Em face do comprometimento da UFRN com o seu corpo discente, reitera-se o compromisso institucional com a implementação de práticas pedagógicas pautadas na acessibilidade metodológica e instrumental, em todos os cursos da Universidade, almejando a aprendizagem contínua, seja no âmbito do ensino, da pesquisa ou da extensão.

A melhoria da qualidade do ensino ministrado requer a qualificação docente. Nessa perspectiva, a UFRN disponibiliza, para seus professores, uma série de ações de planejamento e de regência, como é o caso do Programa de Atualização

Pedagógica (PAP), ação desenvolvida pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)em parceria com a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP). O PAP consiste na oferta de cursos, minicursos, seminários, palestras e oficinas para professores e servidores que desenvolvem assessoria pedagógica nos cursos de graduação.

No que se refere, especificamente, aos estudantes, a UFRN disponibiliza, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE),uma série de ações de apoio ao estudante. A PROGRAD disponibiliza alguns programas com essa finalidade, tais como a assistência a discentes com deficiências (por meio da CAENE, que atua promovendo a inclusão e a acessibilidade) e o Programa de Orientação Acadêmica (promovendo reuniões semestrais com cada uma de suas turmas para pensar e planejar o itinerário formativo do corpo discente, especialmente dos seus planos de matrícula).

APROAE, por sua vez, oferta aos estudantes: o Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante, o Programa de Aconselhamento em Saúde (PAS) e o Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE). Além destes, dispõe-se dos serviços de orientação a docentes e familiares, mediações de conflito, assistência e auxílio médico e odontológico, e auxílio específico para a aquisição de óculos, auxílio-creche e auxílio residência.

Além desses programas que atendem a Universidade como um todo, existem algumas ações que são direcionadas para cursos específicos. O curso de História Licenciatura, por exemplo, disponibiliza alguns desses programas, que concedem aos alunos a bolsas remuneradas, e atividades voluntárias, em ações como o Programa de Iniciação a Docência (PIBID), a Residência Pedagógica, o Programa de Monitoria. De maneira análoga, em suas respectivas dimensões, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, também ofertam bolsas de iniciação científica e de extensão para estudantes de graduação.

8 AVALIAÇÃO

8.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No sentido estrito, o processo de avaliação é inegavelmente uma atribuição que compete ao docente que rege cada disciplina. Contudo, em que valha a sua autonomia no processo ensino-aprendizagem e na condução da avaliação, o professor deve considerar que os graduandos sob sua responsabilidade terão de enfrentar na sua vida profissional, permanentemente, a reflexão sobre a prática pedagógica, sobre conteúdos, metodologias, sistemas de avaliação, de modo que para ele, aluno, será proveitoso participar de situações em que esses temas sejam postos em discussão.

Aqui, destaca-se, mais uma vez, o papel do colegiado do Curso. Atraindo para seu âmbito as discussões atinentes à ação pedagógica, incluídos aí os processos de avaliação de aprendizagem, o Colegiado deve consolidar a prática das discussões, entre os demais professores, de se apresentar e discutir, a cada semestre, programas de disciplinas, nos aspectos relacionados a conteúdo, bibliografia, metodologias de ensino e processo de avaliação.

Ele deve, do mesmo modo, promover atividades como seminários, palestras e cursos, atraindo os segmentos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, para enriquecer suas experiências a respeito de princípios da avaliação, mecanismos avaliativos adotados, seu aprimoramento ou modificação, considerando as dificuldades e os avanços dos alunos no processo de construção do conhecimento.

Reexaminar as nossas formas de avaliação é fundamental para a inteira realização dos objetivos concebidos neste Projeto Pedagógico, pois as modificações introduzidas no curso de História não se restringem a meros acréscimos de novas disciplinas, mas da adoção de modos diferentes de conceber a história, o seu ensino, e, do mesmo modo, outro perfil de aluno. O que requer, portanto, novas formas de avaliação de aprendizagem.

Uma vez que se buscará, na estrutura curricular, reconhecer e aproveitar a experiência extra universidade do aluno, incluindo aí as atividades fora de sala de aula, no contato com a comunidade exterior à universidade, ter-se-á, então, a

oportunidade de observar o desenvolvimento, no aluno, de habilidades tais como a capacidade de atuar em grupo, a abertura para lidar com situações novas, que a sala de aula geralmente não propicia. Noutras palavras, as habilidades e as competências delineadas neste Projeto Pedagógico.

Não se trata mais de medir a capacidade do aluno de reter e reproduzir conteúdos, mas de verificar a que ponto ele demonstra habilidades que se expressam em competências. Esse deslocamento implica, assim, a modificação dos alvos da avaliação. A avaliação deve enfatizar a dimensão qualitativa da aprendizagem, em busca de estimular a "aprendizagem reconstrutiva", tomando a forma de uma avaliação que, como escreve Pedro Demo,

> não se basta com o que o aluno domina em termos de conhecimento, mas busca sobretudo salvaguardar o caminho para sua autonomia. Reconstruir conhecimento com mão própria significa, antes de mais nada essa habilidade: ser sujeito capaz de história própria. Não se quer ver apenas quanta matemática o aluno internalizou, mas o que sabe fazer na vida com ela, como o instrumenta na capacidade de interferir na realidade. [23]

Assim, o ensino com base em competências e habilidades impõe a exigência de se rever o conceito e a prática de avaliação adotada, de modo dominante, dentro e fora da Universidade. Deve-se passar de uma avaliação exclusivamente de conteúdo, para uma avaliação das habilidades e competências desenvolvidas ou em processo de formação. Por fim, uma avaliação que acompanhe o desenrolar do processo de aprendizagem do aluno, e não apenas a avaliação final de uma atividade, unidade ou semestre letivo. O professor deve abrir-se para formas de avaliação que permitam, por um lado, uma avaliação progressiva e cumulativa, capaz de fornecer ao aluno a possibilidade do aprendizado a partir de seus erros, e, por outro lado, as retomadas de trajetórias, num processo assumido pelo professor a partir de métodos e instrumentos discutidos, partilhados e

[23] DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 61.

referendados pelo colegiado do curso.

Persuadidos da importância da adoção de mecanismos avaliativos contínuos, capazes de apreender as habilidades indispensáveis a um profissional de História, acreditamos que seja fundamental um sistema de avaliação que possua uma mínima flexibilidade para abrir-se a experiências por parte do professor, como as avaliações formativas e a autoavaliação – avaliações que desafiam o aluno a pôr em prática seus critérios de julgamento, levando-o a assumir a responsabilidade de julgamento, estimulando seu amadurecimento profissional na prática de refletir sobre os diversos momentos do processo ensino-aprendizagem que terá de enfrentar como profissional.

Na medida em que atividades acadêmicas poderão acontecer fora da Universidade, provocando uma nova relação entre teoria e prática, o desempenho do aluno estará sendo avaliado também nos outros lugares onde se dá o exercício do processo ensino-aprendizagem, incluindo aí a comunidade externa à Universidade. Nesse sentido, o professor responsável pela atividade, na medida do possível, deverá ouvir o grupo ou a comunidade envolvida na ação do aluno e os agentes que mediam essas atividades.

A proposta de absorver as atividades fora da sala de aula no currículo do aluno vai requerer da administração da UFRN soluções novas que exigirão das disciplinas com caráter de Extensão, no que diz respeito à incorporação de horas ao currículo do aluno. Os critérios que devem regulamentar o aproveitamento dessas atividades sob a forma de horas serão elaborados pelo colegiado do curso.

O processo avaliativo deverá ser concebido como um exercício que envolva todas as instâncias do curso. Por isso, inclui-se a necessidade da avaliação docente por parte dos discentes. A avaliação por parte dos discentes deve ser precedida por um amadurecimento das discussões, no âmbito do colegiado, acerca dos significados da avaliação, seus critérios e os objetivos, e sua ampliação para todo o corpo discente, colocando diante do aluno essas questões relacionadas à metodologia do conhecimento histórico, à prática pedagógica e à ética, com que

terá de deparar-se no exercício de sua profissão.

Finalmente, no quadro do planejamento e do acompanhamento geral das atividades, como instrumento útil de planejamento das atividades previstas no Projeto Pedagógico, deverá ser adotado, a cada dois semestres, pelo colegiado, um quadro do desempenho quantitativo dos alunos em cada disciplina, através das médias finais. A quantificação das médias finais, das aprovações e das reprovações, servirá de dado inicial para que o colegiado avalie aspectos importantes de cada disciplina, cotejando o desempenho dos alunos com as mudanças introduzidas no curso, identificando as dificuldades que afetam os alunos em cada disciplina, sem deixar de observar, para tanto, o peso dos vários fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, como metodologia do professor, perfil dos alunos, condições de infraestrutura, dentre outras. A finalidade dessa avaliação deverá ser o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, a retomada de trajetórias quando necessário, o exercício cotidiano da discussão de metodologias e de nossa prática didático-pedagógica.

Atuando dentro de um propósito de fortalecer uma cultura de avaliação, necessária à universidade e ao profissional, o colegiado do curso desempenhará o papel central no acompanhamento da execução das metas estabelecidas neste Projeto Político-Pedagógico, no que diz respeito aos objetivos do curso, ao perfil profissional e às competências e habilidades que o formando de História deve possuir para o seu exercício profissional

8.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Um Projeto Pedagógico que se proponha formar profissionais voltados para um mundo assinalado por mudanças tão aceleradas e desconcertantes, sob o ponto de vista da sociedade, das técnicas e da ciência, bem como das exigências profissionais, deve estabelecer instrumentos eficientes e ágeis que lhe permita avaliar, corrigir e reorientar objetivos, metas e estratégias.

Para que ele responda com eficiência a esses desafios, esses instrumentos

devem ser aplicados de forma sistemática, permanente e regular, levando-se em conta a participação do corpo docente, do corpo discente e, ainda, de alunos egressos do curso que estejam integrados ao mercado de trabalho. Um desses instrumentos, adotado pela UFRN como estratégia de avaliação institucional dos seus cursos, o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), foi utilizado como recurso auxiliar de discussão deste Projeto Político-Pedagógico na sua fase de elaboração. Posto em execução, este projeto deverá continuar lançando mão, de forma periódica, desse Programa de Avaliação.

As iniciativas de avaliação regular do presente projeto competem, em primeiro lugar, ao colegiado do Curso de História. É nesse fórum, contando com a participação de representantes do corpo docente (incluindo docentes do Departamento de Educação e docentes convidados) e do corpo discente, que se encontram as condições imediatas para a avaliação coletiva das questões didático-pedagógicas, tais como conteúdo de ementas, programas de curso, problemas da prática pedagógica dos professores, da aprendizagem dos alunos, etc.

Outra iniciativa que deverá ser adotada é a de entrevistas de sondagem com alunos egressos do curso, que já estejam atuando no mercado de trabalho. A pesquisa sistemática com esses profissionais, indagando sobre as dificuldades encontradas e as deficiências percebidas no exercício da profissão, podem fornecer ao curso de História, elementos para que se imprimam novas diretrizes e corrijam pontos deficientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação** *2014-2024* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Portaria nº 3.284/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento

de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário da União**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).**Relatório de Curso História Licenciatura *lUniversidade Federal do Rio Grande do Norte Natal*.** Brasília: INEP, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

MEDEIROS, Alberto Pinheiro de. O curso de História na UFRN: trinta anos de existência. **História UFRN**, ano 1, n. 1, p. 17-21, 1987.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RESUMO histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959-1969). Natal, 1969.

RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. Diferentes espaços/tempos da organização curricular. In: ALMEIDA, Maria Doninha (Org.). **Currículo como artefato social**. Natal: EDUFRN, 2000. (Coleção pedagógica, n. 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 193/2010**-Consepe, de 21 set. 2010. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20111930902f86601238311e1e741042/RESOLUO_N_193.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

Emitido em 23/10/2018

PROJETO DE CURSO Nº 21/2018 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 24/10/2018 11:30)
JOAO CARLOS NASCIMENTO DE ALENCAR
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1965410

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **21**, ano: **2018**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **24/10/2018** e o código de verificação: **c493e5b8e0**

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO 23077.064280/2020-48

ELETRÔNICO

Cadastrado em 31/08/2020

Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE	cidrao.marcela@gmail.com	3160478

Tipo do Processo:
IMPLANTAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR

Assunto do Processo:
NÃO DEFINIDO

Assunto Detalhado:
PLANOS DE CURSO ADAPTADOS A SEREM APENSADOS AO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (EM ATENDIMENTO A PORTARIA Nº 8 / 2020 - PROGRAD)

Unidade de Origem:
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA (13.08)

Criado Por:
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino
31/08/2020	DDPED - DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS (11.03.05.03)

Data	Destino

SIPAC | Superintendência de Informática - | | Copyright © 2005-2020 - UFRN - sipac02-producao.info.ufrn.br.sipac02-producao

Para visualizar este processo, entre no **Portal Público** em https://sipac.ufrn.br/public e acesse a Consulta de Processos.

Visualizar no Portal Público

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DOS COLEGIADOS DOS CURSOS DE HISTÓRIA (LICENCIATURA E BACHARELADO). Ao décimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte, os Colegiados dos Cursos de História Licenciatura e Bacharelado se reuniram, às 16 horas, por meio da plataforma virtual Google Meet. Estiveram **presentes** os seguintes professores membros do **Colegiado de Licenciatura**: Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Presidente), Carmen Margarida Oliveira Alveal, Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva, Hélder do Nascimento Viana, José Evangelista Fagundes, Maria da Conceição Fraga, Wicliffe de Andrade Costa, Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto (Representante do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DPEC)) e, como representante dos discentes, a aluna Silvia Vitória de Freitas Rodrigues. **Ausências justificadas do Colegiado da Licenciatura**: Raimundo Pereira Alencar Arrais e Olívia Morais de Medeiros Neta. Ausências do Colegiado da Licenciatura: Cláudio Henrique Fernandes Silva (discente). **Presentes**, também, os seguintes membros do **Colegiado do Bacharelado**: professoras Márcia Severina Vasques, Maria da Conceição Fraga e Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos. **Ausências justificadas do Colegiado do Bacharelado**: Juliana Teixeira Souza, Magno Francisco de Jesus Santos, Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto e Ana Beatriz Aparecida Costa Valle (discente). **Ausências do Colegiado do Bacharelado**: Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior e Maria da Conceição Guilherme Coelho. **INFORMES:** O professor Raimundo Nonato deu início à reunião apresentando os pontos de pauta, quais sejam, a discussão sobre a oferta dos Estágios II e IV e a aprovação dos planos de curso adaptados para o semestre 20.6, que será ministrado remotamente. O professor Raimundo Nonato prosseguiu informando que diante da decisão deste Colegiado de solicitar as quatro turmas de estágio (duas turmas de Estágio Supervisionado para a Formação de Professores de História II (Estágio II) e duas turmas de Estágio Supervisionado para Formação de Professores para o Ensino Médio (Estágio IV), os professores Aliny Pranto e Azemar Santos (ambos do DPEC) a ele relataram as dificuldades em ofertar essas quatros turmas. Segundo os professores do DPEC, em reuniões realizadas com *o Grupo de Trabalho* (*GT) dos Estágios* e com o chefe do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo, ficou evidenciada a impossibilidade de ofertar as quatro turmas de Estágio, previstas para o semestre 20.6, em razão de dois elementos: a sobrecarga horária dos professores aptos a ministrar a disciplina Estágio para o curso de História (aspecto considerado não determinante pela professora Aliny Pranto) e as poucas turmas disponíveis na escola básica para abrigar os alunos de estágio. Nesses termos, a decisão do DPEC e do GT dos Estágios foi que no semestre 20.6 só fossem ministradas uma turma de Estagio II e uma turma de Estágio IV, apenas para os concluintes em 20.6. O professor Raimundo Nonato afirmou que na conversa com os professores do DPEC destacou os prejuízos para os alunos, caso só fosse ministrada uma turma de Estágio II. Assim, o professor Raimundo Nonato mencionou que deixou evidente para os professores do DPEC que se propunha a ministrar uma das turmas de Estágio II. Após essas discussões, os professores do DPEC conseguiram se organizar e decidiram que irão ofertar no semestre 20.6 as duas turmas de Estágio II e a turma de Estágio IV para concluinte. O professor Raimundo Nonato prosseguiu informando que os professores do DPEC também se comprometeram a ofertar, no semestre 20.2, o Estágio IV a todos os alunos que efetivamente

estiverem concluindo o curso. Nesses termos, a proposta do DPEC ficou assim formulada: ofertar as duas turmas de Estágio II e ofertar uma turma de Estágio IV apenas para concluintes no semestre 20.6. Como a proposta é diferente da decisão tomada pelo Colegiado no dia 6 de agosto passado, o professor Raimundo Nonato afirmou que é necessário que o órgão aprecie a nova proposta. O professor Raimundo Nonato ainda mencionou que após as conversas com os professores do DPEC, o professor Gilberto Costa, vice chefe do DPEC, o procurou e solicitou que a Coordenação do Curso de História enviasse um ofício ao DPEC concordando com a exclusão das duas turmas de Estágio IV e indicando a relação de concluintes do semestre 20.6 para a abertura de uma nova turma. O professor Raimundo Nonato informou ao professor Gilberto que, diante da decisão anterior do Colegiado, não poderia encaminhar essa correspondência, sem a concordância do Colegiado. **Fim dos informes**. **Em Pauta: Discussão da proposta do DPEC de oferecer as duas turmas de Estágio II e uma turma de Estágio IV apenas para os concluintes no semestre 20.6, com o compromisso do DPEC de no semestre 20.2 ofertar Estágio IV para todos os alunos concluintes.** A professora Aliny Pranto esclareceu que, após a última reunião do Colegiado, em 6 de agosto, aconteceram três reuniões do *GT de Estágios* e uma sessão plenária do DPEC. Nessas reuniões, se procurou uniformizar um encaminhamento para todas as licenciaturas no que diz respeito aos estágios com regência. A professora Aliny Pranto informou que, paralelamente as discussões no âmbito da UFRN, ela tem procurado conhecer como as redes públicas de ensino, com escolas na cidade de Natal, estão ministrando aulas durante a pandemia do Coronavirus. Nesse sentido, a professora informou que as escolas da rede municipal de Natal não estão ministrando aulas que possam ser contabilizadas para efeito de Carga horária. Nesses termos, o município de Natal não pode receber neste ano de 2020 nenhum estagiário. A professora Aliny Pranto ainda mencionou que participou de encontros com os representantes das DIREC (Diretorias Regionais de Educação e Cultura), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação, com professores de História da Rede Pública e com diretores de escolas estaduais. Nessas reuniões, a professora Aliny Pranto tomou conhecimento de que as escolas estaduais só estão validando carga horária das aulas remotas nas escolas que atendem o protocolo definido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC), que exige um número mínimo de alunos frequentando as salas de aula remotamente para que a carga horária seja validada. Assim, diante do protocolo exigido pela SEEC, poucas escolas estaduais estão ministrando aulas com carga horária contabilizada. Como os Estágios obrigatórios das licenciaturas da UFRN só têm validade se realizados em instituições que ofertem o ensino com carga horaria normal, as opções de escolas estaduais estão muito limitadas. Assim, para efeito dos estágios, as escolas municipais estão inviabilizadas e as estaduais estão parcialmente inviabilizadas. Essa limitação das escolas municipais e estaduais para se tornarem campo de estágio atingiu todas as licenciaturas da UFRN. A professora Aliny Pranto mencionou que o DPEC enviou correspondência a todas as coordenações das licenciaturas, explicando os limites para os estágios no semestre 20.6. A professora Aliny Pranto destacou que, diante das limitações que se apresentam para os estágios no semestre 20.6, ela entrou em contato com o professor Raimundo Nonato explicando esses limites que envolviam a oferta das turmas de estágio para este semestre. Nesses termos, a professora Aliny Pranto explicou que para este

semestre só será possível ofertar as duas turmas de Estágio II e a turma de Estágio IV para os concluintes. Entretanto, para oficializar essa decisão o Colegiado do Curso de História precisa aceitar essa proposta. A professora Aliny Pranto ainda reiterou que os alunos concluintes nos semestres seguintes poderão cursar Estágio IV, mesmo que não exista uma oferta regular. A professora concluiu afirmando que foi essa a sugestão apresentada diante do cenário excepcional. Posteriormente, o professor Raimundo Nonato reforçou que na carta enviada pelo professor Alexandre Aguiar (chefe do DPEC) aos coordenadores de curso estava explicitada a obrigação de oferta de Estágio IV para os alunos concluintes. Em seguida, o professor Wicliffe Costa se manifestou concordando com a proposta do DPEC, afirmando acreditar ser a melhor solução possível, considerando a situação, e acrescentou que o prejuízo é inevitável, mas que o esforço é no sentido de minorar o prejuízo e que o encaminhamento do DPEC atenderia a esse intuito. A professora Carmen Alveal, por sua vez, afirmou que pensava, inicialmente, que o problema dos estágios afetava apenas o curso de História, mas agora está percebendo tratar-se de problema mais grave e que afeta todas as licenciaturas. A professora Carmen Alveal destacou que, aparentemente, o DPEC está demonstrando incapacidade de gestão. Cabe ao gestor encontrar soluções para a falta de professores para ministrar as disciplinas e para a falta de lugares para que os alunos possam estagiar. O problema da carga horária e o problema de campo de estágio é um problema administrativo. O gestor tem que encontrar uma solução. O gestor não pode dividir com os colegiados de curso situações que são de sua inteira responsabilidade. Assim, a professora Carmen Alveal considerou problemático o fato de o DPEC não conseguir suprir as demandas que estão sob sua reponsabilidade, ressaltando que no curso de História estão sendo ofertadas as quatro turmas que são ofertadas em todos os semestres ímpares. A professora Carmen Alveal analisou que se o DPEC não tem condições de gerenciar as disciplinas que estão sob sua responsabilidade, que informe aos cursos. Com essa informação, o curso encontrará sua solução. No curso de História, já houve um debate sobre o Departamento de História assumir esses estágios. A professora Carmen Alveal afirmou que já houve debates sobre a possibilidade de os próprios departamentos ofertarem os seus estágios, o que nunca foi aceito pelo Centro de Educação, mas agora considera que o debate deva ser retomado. Em seguida, a professora Carmen Alveal questionou quantos alunos seriam atingidos pela medida proposta de exclusão das turmas de Estágio IV. Para a professora Carmen Alveal o compromisso do DPEC em abrir uma turma de Estágio IV no semestre 20.2, só para alunos concluintes, vai gerar um novo problema. No próximo semestre, haverá um acúmulo de carga horária, uma vez que haverá duas turmas de Estágio I, duas turmas de Estágio III e, no mínimo, mais uma turma de Estágio IV. A professora Carmen Alveal considera que no semestre 20.2 o DPEC poderá voltar com novos problemas para as turmas que estão sob sua responsabilidade. A professora Aliny Pranto se pronunciou afirmando que realmente existem quatro professores vinculados ao DPEC que ministram os estágios para o curso de História e que, em razão de um desses professores ter se afastado para pós-doutorado em agosto de 2020, no momento existem apenas três professores disponíveis para ministrarem os estágios em História. Entretanto, segundo a professora Aliny Pranto, a carga horária dos professores não foi determinante para a oferta dos estágios em História, uma vez que o DPEC apresentou diretrizes

para todas as licenciaturas. A professora Aliny Pranto afirmou que o DPEC não tem déficit de professor. O que mais favoreceu para a decisão do DPEC de reduzir as turmas de estágios foi a dificuldade de ter escolas ofertando turmas remotas com hora/aula válida. Pelo protocolo formulado pela Secretaria Estadual de Educação, só são consideradas escolas oficialmente em funcionamento aquelas que têm o mínimo de alunos participando das atividades. Às vezes uma escola tem aulas remotas, mas por não ter número de alunos suficientes, essas escolas não têm aulas remotas computadas para efeito de carga horária. O DPEC orientou a não manter as duas turmas de Estágio IV, em razão da incerteza de assegurar que todos teriam escolas para realizarem seus estágios. Segundo a professora Aliny Pranto, ela teve acesso a uma relação de escolas que estão atendendo ao protocolo da Secretaria de Educação e percebeu que poucas escolas de ensino médio estão funcionando. A professora Aliny Pranto concluiu que a decisão de redução de turmas para o semestre 20.6 foi pensada considerando a situação na rede de ensino básico como um todo. Assim, a redução das turmas de Estágio IV não ocorreu apenas por causa da carga horária dos professores de Estágio. O professor Raimundo Nonato, atendendo ao pedido da professora Carmen Alveal, respondeu que atualmente matriculados em Estágio IV existem cinco alunos na turma da manhã e dezesseis alunos da noite. Esses alunos não são concluintes em 20.6, mas provavelmente serão concluintes em 2020.2. Esses vinte e um alunos, se forem concluintes em 20.2, têm a garantia de cursar o Estágio IV no próximo semestre. A professora Carmen Alveal agradeceu os esclarecimentos da professora Aliny Pranto, mas ratificou a sua percepção de que considera frágil o argumento de que poucas escolas da rede básica estão disponíveis para receber os estagiários. Na visão da professora Carmen Alveal, inicialmente, o DPEC deveria apresentar uma lista de escolas públicas e privadas que estão funcionado e o que inviabilizaria a oferta de estágios nessas escolas. Sem dados concretos, é difícil construir qualquer análise. Além disso, a professora Carmen Alveal retomou o que foi discutido na reunião anterior do Colegiado, realizada no dia 6 de agosto, na qual foi discutida a solução encontrada pela professora Crislane Azevedo, em momento de greve da rede básica de ensino. A professora Crislane Azevedo não foi simplesmente constatar que a greve atingia as escolas da rede básica. Ela, diante do problema que se apresentou, pensou em uma alternativa para atender os alunos de Estágio da UFRN. A professora Crislane Azevedo transformou a sua turma em laboratório experimental e resolveu o problema. Foi uma postura bem diferente da postura adotada agora pelo DPEC. A professora Crislane Azevedo pensou estrategicamente uma solução. Hoje o DPEC tomou uma posição muito cômoda: prejudicou duas turmas e adiou o problema para o próximo semestre, oportunidade em que, talvez, a situação não esteja resolvida. Para a professora Carmen Alveal, o DPEC, ao invés de resolver o problema, optou por adiá-lo. A professora Carmen Alveal acrescentou que o DPEC não soube administrar um problema sério diante de uma pandemia, o que terminou prejudicando os alunos. A partir da discussão, foi **submetida a votação a seguinte proposta: manutenção da oferta das turmas de Estágio II e extinção das duas turmas de Estágio IV. Será encaminhado ofício ao DPEC solicitando que Estágio IV seja ministrado apenas para os concluintes. Em votação**: Aprovada com o voto contrário da professora Carmen Alveal e com a abstenção do professor José Evangelista Fagundes. A professora Carmen Alveal solicitou declaração do seu voto contrário e

do registro nesta ata dos argumentos. Segundo a professora Carmen Alveal, seu voto contrário à proposta está ancorado no fato de que em nenhum momento o DPEC apresentou argumentos convincentes para a extinção de duas turmas regulares de Estágio IV. Acrescentou que o Colegiado deveria defender os interesses dos alunos e não aceitar justificativas decorrentes de problemas de má gestão do DPEC. Finalmente a professora Carmen Alveal lamentou o fato de o Colegiado se sensibilizar com os problemas internos do DPEC e não defender os interesses dos alunos da Licenciatura em História. O professor Raimundo Nonato, por sua vez, disse que estava defendendo sim os interesses dos alunos, que foram várias discussões com os professores do DPEC que ministram estágios para o curso de História e que se o Colegiado não aceitasse a proposta correria o risco dos alunos de História não terem professores ou campo de estágio. Poderia haver intermináveis debates entre o Colegiado e o DPEC em um semestre curto. O professor Raimundo Nonato afirmou que a decisão final para não solicitar as duas turmas é do Colegiado, mas é necessário observar o cenário extremamente difícil, em razão desse semestre "atropelado". O professor Raimundo Nonato ainda afirmou que o seu desejo era atender efetivamente todos os alunos. **Em Pauta: Discussão da adaptação dos planos de curso**. O professor Raimundo Nonato iniciou destacando que a Portaria Nº 8/2020 – PROGRAD, de 27 de julho de 2020, estabeleceu, no seu Art. 4º, que "Os planos de curso adaptados dos componentes curriculares, com carga horária integralmente prática ou carga horária teórico-prática, ofertados no formato remoto, deverão ser apensados ao Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)." Nesse mesmo artigo da Portaria há indicação de um site que contém o formulário para preenchimento do Plano de Curso adaptado. Observando-se esse formulário, percebe-se que o Plano de Curso sugerido é, na verdade, a "Caraterização da disciplina" (que está no PPC de História Licenciatura) acrescida do item metodologia. Nesses termos, o professor Raimundo Nonato compreende que não há necessidade da aprovação de um plano de curso nos moldes que são usados no Colegiado e no Departamento, que inclui objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. O Plano de Curso adaptado é um documento a ser apensado no Projeto Pedagógico para que fique registrada a adaptação feita à disciplina original. Nesses termos, o professor Raimundo Nonato afirmou que o seu entendimento é que para o semestre 20.6 o Colegiado deve apreciar exclusivamente os planos de curso adaptados (conforme formulário da PROGRAD) de disciplinas com carga horaria prática. Isso não exclui a determinação de que os professores das disciplinas com carga horária teórica devam inserir na página da turma no SIGAA, antes do início do semestre letivo 20.6, a adaptação do programa ao formato remoto. Entretanto, para fins desta reunião do Colegiado, serão discutidos apenas os planos de disciplinas com carga horaria prática, que serão apensados ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A professora Aliny Pranto afirmou que, levando em conta o disposto na Portaria, chegou a mesma conclusão do professor Raimundo Nonato, mas afirmou também que no curso de Pedagogia todas as disciplinas, inclusive as teóricas, tiveram que fazer o preenchimento do plano para ser apensado ao PPC. O professor Wicliffe Costa, por conseguinte, disse que o formulário a ser preenchido é o mesmo para todos os componentes quando da elaboração do PPC, logo, não há necessidade de formulário para as disciplinas com carga horária apenas teórica. Entende, portanto, que as disciplinas teóricas não sofrerão mudança, não sendo, assim, razoável acrescer ao projeto um formulário igual ao que nele

já se encontra. Sem mais inscritos. o professor Raimundo Nonato submeteu **ao Colegiado a votação da seguinte proposta: 1º - O Colegiado concorda que o plano de curso a ser apreciado deve seguir o modelo indicado no formulário da PROGRAD (o que significa o formulário da "caracterização de componente curricular", acrescido da metodologia). 2º - Só serão apreciados os planos de curso adaptados, para o semestre ministrado remotamente, para aquelas disciplinas com carga horária prática.** Em votação: **Aprovado por unanimidade. Em Pauta: Planos de curso adaptados das disciplinas com caga horária prática.** O professor Raimundo Nonato apresentou os planos de curso adaptados de disciplinas práticas que haviam chegado à Coordenação. Foram recebidos os planos das seguintes disciplinas: *Prática Como Componente Curricular I*; *Prática como Componente Curricular III*; *Estágio Supervisionado para a Formação de Professores II (História)* e, finalmente, *Estágio Supervisionado para a Formação de Professores para o Ensino Médio (Estágio IV - História).* O professor Raimundo Nonato afirmou que todos os planos apresentados estão devidamente adaptados e, se aprovados, serão apensados ao PPC de História Licenciatura. Não foram apresentadas disciplinas práticas do curso História Bacharelado. O professor Raimundo Nonato facultou a palavra aos presentes para discussão do pomo de pauta. Não havendo inscrições, o professor Raimundo Nonato **submeteu ao Colegiado a votação da seguinte proposta: Aprovação dos planos de curso, adaptados para aulas remotas que serão ministrados no semestres 20.6, das disciplinas:** : *Prática Como Componente Curricular I*; *Prática como Componente Curricular III*; *Estágio Supervisionado para Formação de professores II (História)* e, finalmente, *Estágio Supervisionado para Formação de Professores para o Ensino Médio (Estágio IV - História).* **Em votação: Aprovado por unanimidade.** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e eu, Marcela Chaves Cidrão Andrade, que lavrei a presente ata, a encaminho para alteração e aprovação pelos membros destes Colegiados, abaixo assinados.

Colegiado de Licenciatura:

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto

Carmen Margarida Oliveira Alveal

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

Hélder do Nascimento Viana

José Evangelista Fagundes

Maria da Conceição Fraga

Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Wicliffe de Andrade Costa

Silvia Vitória de Freitas Rodrigues (discente)

Colegiado do Bacharelado:

Márcia Severina Vasques

Maria da Conceição Fraga

Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos

Emitido em 28/08/2020

ATA Nº 3/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 16:46)
ALINY DAYANY PEREIRA DE MEDEIROS PRANTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPEC (19.03)
Matrícula: 3144694

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 13:26)
CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 1324248

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 14:10)
FRANCISCA AURINETE GIRAO BARRETO DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 346546

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 18:10)
HELDER DO NASCIMENTO VIANA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 1149464

(Assinado digitalmente em 29/08/2020 08:44)
JOSE EVANGELISTA FAGUNDES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 6350353

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 13:05)
MARCIA SEVERINA VASQUES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 1543236

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 16:43)
MARIA DA CONCEICAO FRAGA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 1168721

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 12:39)
RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA ROCHA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 1088824

(Assinado digitalmente em 29/08/2020 11:37)
SUSANA ISABEL MARCELINO GUERRA DOMINGOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 2965881

(Assinado digitalmente em 28/08/2020 17:23)
WICLIFFE DE ANDRADE COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
HIST/CCHLA (13.18)
Matrícula: 346608

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 14:10)
SILVIA VITÓRIA DE FREITAS RODRIGUES
DISCENTE
Matrícula: 2016052066

Emitido em 19/08/2020

DECISÃO Nº 1/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 15:07)
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 3160478

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2020**, tipo: **DECISÃO**, data de emissão: **31/08/2020** e o código de verificação: **4e571b5444**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS (11.03.05.03)

PLANO DE CURSO ADAPTADO

CENTRO / DEPARTAMENTO / UNIDADE DE VINCULAÇÃO:

CÓDIGO DO COMPONENTE CURRICULAR: **HST1104**

NOME: **Prática Como Componente Curricular I** (A Teoria Da História Na Escola Básica)

MODALIDADE DE OFERTA: ( ) Presencial ( ) Remota ( ) A Distância

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR / ESPECIFICAÇÃO:

(**X**) Disciplina
( ) Módulo
( ) Bloco
( ) Estágio (Atividade de Orientação Individual)
( ) Estágio (Atividade Coletiva)
( ) Trabalho de Conclusão de Curso (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade Coletiva)
( ) Atividade Autônoma

CARGA HORÁRIA TOTAL DO COMPONENTE CURRICULAR: **75h**

ESPECIFICAÇÃO DAS CARGAS HORÁRIAS DO COMPONENTE CURRICULAR:

	PREENCHER AS CARGAS HORÁRIAS NA COLUNA REFERENTE AO TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR								
				Atividade Acadêmica					
				Atividade de Orientação Individual			Atividade Coletiva		Atividade Autônoma
	Disciplina	Módulo	Bloco	Estágio com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade Integradora de Formação	Estágio com Orientação Coletiva	Atividade Integradora de Formação	Atividade Integradora de Formação
CARGA HORÁRIA **REMOTA TEÓRICA**	-	-	-	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**
CARGA HORÁRIA **REMOTA PRÁTICA**	**60**	-	-	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA TEÓRICA**	-	-	-	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA PRÁTICA**	**15**	-	-	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**
CARGA HORÁRIA DE **PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA DE **ORIENTAÇÃO**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-	-	--
CARGA HORÁRIA **TOTAL**	**75**	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Horária Docente de Orientação (preencher quando do tipo Atividade Acadêmica)				-	-	-	-	-	**-**

PRÉ-REQUISITOS

Informar a expressão, considerando que, em caso de haver dois ou mais componentes, a relação de concomitância entre eles é estabelecida por meio do termo "E", bem como a relação de alternância é estabelecida por meio do termo "OU". Ao final, é precisa listar os códigos e seus respectivos nomes. *(Obs.: Apagar este texto após inserção da expressão)*	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
	Não há pré-requisitos

CORREQUISITOS	
Informar a expressão, considerando que, em caso de haver dois ou mais componentes, a relação de concomitância entre eles é estabelecida por meio do termo "E", bem como a relação de alternância é estabelecida por meio do termo "OU". Ao final, é precisa listar os códigos e seus respectivos nomes. *(Obs.: Apagar este texto após inserção da expressão)*	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
	Não há correquisitos

EQUIVALÊNCIAS	
Informar a expressão, considerando que, em caso de haver dois ou mais componentes, a relação de concomitância entre eles é estabelecida por meio do termo "E", bem como a relação de alternância é estabelecida por meio do termo "OU". Ao final, é precisa listar os códigos e seus respectivos nomes. *(Obs.: Apagar este texto após inserção da expressão)*	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
	Não há equivalentes

EMENTA / DESCRIÇÃO
Componente curricular que contemple carga horária total ou parcial de extensão deverá inserir na ementa a expressão "desenvolvimento de prática extensionista".
Disciplina de caráter prático, com postura investigativa e propositiva. Conceitos essenciais para o conhecimento histórico: tempo, espaço, poder, cultura, memória e patrimônio. O tempo nas investigações históricas. Os conceitos históricos nos currículos. O método histórico e o patrimônio na escola básica. Criação e desenvolvimento de estratégias didático-pedagógicas, instrumentos educacionais e recursos didáticos a serem aplicados na escola básica, privilegiando o uso de tecnologias digitais e a perspectiva interdisciplinar na promoção de aprendizagens significativas.

Obs.: Caso o Componente Curricular seja do Tipo Bloco, informar para cada Subunidade: Nome, Código, Tipo (Disciplina ou Módulo), Carga Horária Teórica, Carga Horária Prática, Número de Avaliações e Ementa.

METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS AO FORMATO REMOTO
As aulas serão ofertadas no formato remoto. Todas as atividades estarão voltadas a práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História. Serão ministradas **atividades síncronas** (realizadas nos horários de aula fixos, conforme definido no comprovante de matrícula do aluo) e **atividades assíncronas** (realizadas sem a presença simultânea de todos os alunos). Durante o curso serão usados o Sigga e outras plataformas digitais (Google Meet, Zoom). Atividades síncronas: exposição de conteúdo, orientação de atividades, trabalhos apresentados pelos alunos, apresentação de seminários, discussão de procedimentos avaliativos. Atividades assíncronas: pesquisa na imprensa; visitas virtuais a cidades e museus, preenchimento de fichas de acompanhamentos, entrevistas, elaboração de registros de campo, exibição de vídeo. No Sigaa, serão lançadas as notícias e abertos espaços para as discussões dos textos.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.** Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – história**: 5ª a 8ª séries. Brasília: SEF/MEC, 1998. OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; CAINELLI, Marlene R.; OLIVEIRA, Almir F. B. de (Org.). **Ensino de história**: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008. SANTOS, J. S.; ZAMBONI, E. (Org.). **Potencialidades investigativas da educação**. Goiânia: PUC/Goiás, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ABREU, Marta; SOIHET R.; GONTIJO, R. (org.). **Cultura Política e Leituras do passado**: Historiografia e Ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. FONSECA, Selva. Guimarães. **Prática e didática de história**. Campinas: Ed. Papirus, 1993. KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. SILVA, Marcos. Antônio da. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003 ZAMBONI, Ernesta.; FONSECA, S. E. G.

(Org.). **Espaços de formação do professor de história**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CURSO PARA O QUAL O COMPONENTE CURRICULAR SERÁ OFERECIDO
NOME DO CURSO:
CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR:
PERÍODO DE OFERTA NA ESTRUTURA CURRICULAR:
RELAÇÃO DO COMPONENTE COM A ESTRUTURA CURRICULAR: ( ) Obrigatório ( ) Optativo ( ) Complementar

_____, ____ de _____ de _____
(Local)

_____
(Assinatura e carimbo do chefe/diretor da unidade responsável pelo componente)

Emitido em 19/08/2020

PLANO DE CURSO Nº 1165/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 15:12)
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 3160478

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1165**, ano: **2020**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **31/08/2020** e o código de verificação: **a0d449ad70**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS (11.03.05.03)

PLANO DE CURSO ADAPTADO

CENTRO / DEPARTAMENTO / UNIDADE DE VINCULAÇÃO: Departamento de História - CCHLA

CÓDIGO DO COMPONENTE CURRICULAR: HST2303
NOME: Prática como Componente Curricular III
MODALIDADE DE OFERTA: ( ) Presencial (X) Remota ( ) A Distância

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR / ESPECIFICAÇÃO:
(X) Disciplina
( ) Módulo
( ) Bloco
( ) Estágio (Atividade de Orientação Individual)
( ) Estágio (Atividade Coletiva)
( ) Trabalho de Conclusão de Curso (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade Coletiva)
( ) Atividade Autônoma

CARGA HORÁRIA TOTAL DO COMPONENTE CURRICULAR: 75 horas-aula

ESPECIFICAÇÃO DAS CARGAS HORÁRIAS DO COMPONENTE CURRICULAR:

	PREENCHER AS CARGAS HORÁRIAS NA COLUNA REFERENTE AO TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR								
				Atividade Acadêmica					
				Atividade de Orientação Individual			Atividade Coletiva		Atividade de Autônoma
	Disciplina	Módulo	Bloco	Estágio com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade de Integradora de Formação	Estágio com Orientação Coletiva	Atividade de Integradora de Formação	Atividade de Integradora de Formação
CARGA HORÁRIA **REMOTA TEÓRICA**				-	-	-			-
CARGA HORÁRIA **REMOTA PRÁTICA**	60h			-	-	-			-
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA TEÓRICA**				-	-	-			-

CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA PRÁTICA**	15h			-	-	-			-
CARGA HORÁRIA DE **PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO**									
CARGA HORÁRIA DE **ORIENTAÇÃO**	-	-	-						
CARGA HORÁRIA **TOTAL**	**75h**								

Carga Horária Docente de Orientação (preencher quando do tipo Atividade Acadêmica)						-

PRÉ-REQUISITOS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES

CORREQUISITOS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES

EQUIVALÊNCIAS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES

EMENTA / DESCRIÇÃO

Diretrizes, parâmetros curriculares e instruções do MEC para o ensino de História. Conceitos e conteúdos históricos para o estudo da Idade Média: critérios de seleção e organização. As releituras do Medievo e a sua presença na contemporaneidade em suas múltiplas facetas: livros didáticos de História, literatura infanto-juvenil, peças teatrais, filmes, músicas, jornais e revistas, jogos de tabuleiro e digitais, sítios, blogs e outras mídias digitais. Oficina de planejamento e elaboração de material didático.

Obs.: Caso o Componente Curricular seja do Tipo Bloco, informar para cada Subunidade: Nome, Código, Tipo (Disciplina ou Módulo), Carga Horária Teórica, Carga Horária Prática, Número de Avaliações e Ementa.

METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS AO FORMATO REMOTO

. As aulas serão expositivas, dialogadas e práticas, valendo-se tanto de uma metodologia síncrona quanto assíncrona, conforme expresso a seguir:

- Síncrona: exposição e discussão geral de textos e demais produções simbólicas no horário indicado da aula, buscando reunir o maior número possível de participantes da turma. Chats e plantões de dúvidas serão também utilizados.
- Assíncrona: leitura, pesquisa na imprensa on-line, em redes sociais e em sites de órgãos governamentais; preenchimento de fichas de acompanhamento e elaboração escrita e audiovisual de registros.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo, *História e cultura*, V.4, p. 7, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos*. São Paulo: Intermeios, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. *Orientações para o Ensino Médio, 2008.*

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. *Base Nacional Curricular Comum, 2019.*

CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FREITA, Itamar. *Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de história*. São Cristovam: Editora da UFS, 2010.

KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil. *Estratto da Reti Medievali Rivista*, Vol. III, Ano I, 2006.

OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. *Revista do Lhiste*, Num. 1, Vol. 1, Jul-dez., 2014.

PERNOUD, Regine**.** *Idade Média:* o que não nos ensinaram. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

PEREIRA, Nilton; GIACOMONI, Marcelo. *Passados possíveis:* representações da Idade Média no ensino de história. Porto Alegre: Zouk, 2008.

OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. *Revista do Lhiste*, Num. 1, Vol. 1, Jul-dez., 2014.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente nas aulas de história, *Tempo & Argumento* V.9, N.20 2017.

TEIXEIRA, Igor Salomão; PEREIRA, Nilton. A Idade Média nos currículos escolares. *Diálogos*, Vol. 20, Num. 03, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CURSO PARA O QUAL O COMPONENTE CURRICULAR SERÁ OFERECIDO
NOME DO CURSO: História - licenciatura
CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR: HST2303
PERÍODO DE OFERTA NA ESTRUTURA CURRICULAR: 2020.6
RELAÇÃO DO COMPONENTE COM A ESTRUTURA CURRICULAR: (X) Obrigatório ( ) Optativo ( ) Complementar

_____Natal_____, _14___ de _____agosto_____ de ____2020____
(Local)

_____
(Assinatura e carimbo do chefe/diretor da unidade responsável pelo componente)

Emitido em 19/08/2020

PLANO DE CURSO Nº 1166/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 15:15)
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 3160478

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1166**, ano: **2020**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **31/08/2020** e o código de verificação: **83c2791628**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS (11.03.05.03)

PLANO DE CURSO ADAPTADO

CENTRO / DEPARTAMENTO / UNIDADE DE VINCULAÇÃO: DPEC/CE

CÓDIGO DO COMPONENTE CURRICULAR: PEC0166
NOME: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES II (HISTÓRIA)
MODALIDADE DE OFERTA: ( ) Presencial (X) Remota ( ) A Distância

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR / ESPECIFICAÇÃO:
( ) Disciplina
( ) Módulo
( ) Bloco
( ) Estágio (Atividade de Orientação Individual)
(X) Estágio (Atividade Coletiva)
( ) Trabalho de Conclusão de Curso (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade Coletiva)
( ) Atividade Autônoma

CARGA HORÁRIA TOTAL DO COMPONENTE CURRICULAR: 100h

ESPECIFICAÇÃO DAS CARGAS HORÁRIAS DO COMPONENTE CURRICULAR:

	PREENCHER AS CARGAS HORÁRIAS NA COLUNA REFERENTE AO TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR								
	Disciplina	Módulo	Bloco	Atividade Acadêmica					
				Atividade de Orientação Individual			Atividade Coletiva		Atividade Autônoma
				Estágio com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade Integradora de Formação	Estágio com Orientação Coletiva	Atividade Integradora de Formação	Atividade Integradora de Formação
CARGA HORÁRIA **REMOTA TEÓRICA**				-	-	-	60h		-
CARGA HORÁRIA **REMOTA PRÁTICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA TEÓRICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA PRÁTICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA DE **PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO**							-		
CARGA HORÁRIA DE **ORIENTAÇÃO**	-	-	-				40h		
CARGA HORÁRIA **TOTAL**							**100h**		
Carga Horária Docente de Orientação (preencher quando do tipo Atividade Acadêmica)									-

PRÉ-REQUISITOS

CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
PEC0165 OU EDU0165 OU EDU0995	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES I (HISTÓRIA)

CORREQUISITOS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES

EQUIVALÊNCIAS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
EDU0994 OU EDU0238 OU EDU0166 OU PEC4020	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA II

EMENTA / DESCRIÇÃO
Participação ativa na vida da escola e da comunidade: acompanhamento das reuniões pedagógicas e dos conselhos escolares; elaboração e desenvolvimento de projetos de integração escola/comunidade, tais como: organização de grupos de estudos com pais, alunos e professores; oferta de mini-cursos; organização de eventos culturais e outros.

Obs.: Caso o Componente Curricular seja do Tipo Bloco, informar para cada Subunidade: Nome, Código, Tipo (Disciplina ou Módulo), Carga Horária Teórica, Carga Horária Prática, Número de Avaliações e Ementa.

METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS AO FORMATO REMOTO
O estágio supervisionado de formação de professores II (História), ofertado no formato remoto, contará com momentos síncronos e assíncronos. Para tais momentos, faremos uso de plataformas digitais, tais como: Google Meet e o próprio Sigaa. Neste último, serão lançadas as notícias e abertos os espaços de fóruns coletivos para as discussões do componente, sobretudo, durante a vivência das situações de ensino na escola. Destacamos que toda a bibliografia estará disponível digitalizada na página da turma. Uma vez que se trata de estágio, haverá momentos de orientação individualizada, semanalmente, através de videoconferência, em horário combinado previamente. As atividades desenvolvidas em campo ocorrerão remotamente, mas em conformidade com a realidade de cada instituição de ensino envolvida. Considerando a necessidade de conhecer sobre a organização da escola e proceder à sua caracterização, os licenciandos serão orientados a sistematizar formulários, através do Google Forms, direcionados à gestão escolar, aos docentes e, possivelmente, aos estudantes da instituição campo do estágio. Feito isso, será possível traçar um diagnóstico aproximado da realidade da instituição de ensino e então, proceder à elaboração de propostas de intervenção, através da oferta de oficinas, ou minicursos, ou demais atividades possíveis de serem realizadas remotamente utilizando plataformas digitais. O produto final deste componente será um relatório de estágio, sistematizado com base em orientações previamente definidas e publicizadas aos licenciandos. Caberá que cada estudante envie o texto final, com todos os anexos e documentações necessárias, em espaço disponível na página da turma no Sigaa.

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileirae africana: uma conversa com historiadores. Estudos Históricos, vol 21. Rio de Janeiro, 2008, p.5-20. AZEVEDO, Crislane B. Planejamento docente na aula de História: princípios e procedimentos teórico-metodológicos. Revista Metáfora Educacional. Feira de Santana, n. 14, p. 3-28, jan/jun. 2013. CORRAZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: Antonio Flavio Moreira Barbosa. (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 2013, v. 2, p. 103-143. LIMA, Aline C. S.; AZEVEDO, Crislane B. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de História: Um diálogo possível. Revista Educação e Linguagens, v. 2, p. 128-150, 2013. SEFFNER, Fernando; MOURA, Fernanda P. de. Percurso escolar, pluralismo democrático e marcadores sociais da diferença: necessárias negociações. Linguagens, Educação e Sociedade. 2019, p.191-219.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FONSECA, Selva Guimarães. Interdisciplinaridade, transversalidade e ensino de História. In.:_____. Didática e prática do ensino de História. Campinas: Papirus, 2010, P.99-108. GALLO, Silvio. Transversalidade e Educação: pensando uma educação não disciplinar. In: Nilda Alves; Regina Leite Garcia. (Org.). O Sentido da Escola. 1ed.Rio de Janeiro: DP&A, 1999, v. 1, p. 17-41. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/transversalidade_e_educacao.htm. Acesso em 21 jan 2020.

CURSO PARA O QUAL O COMPONENTE CURRICULAR SERÁ OFERECIDO
NOME DO CURSO: História Licenciatura
CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR: ---
PERÍODO DE OFERTA NA ESTRUTURA CURRICULAR: sétimo período
RELAÇÃO DO COMPONENTE COM A ESTRUTURA CURRICULAR: (x) Obrigatório ( ) Optativo ( ) Complementar

_____Natal_____, __11__ de ___agosto_____ de __2020_____
(Local)

_____
(Assinatura e carimbo do chefe/diretor da unidade responsável pelo componente)

Emitido em 19/08/2020

PLANO DE CURSO Nº 1167/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 15:17)
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 3160478

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1167**, ano: **2020**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **31/08/2020** e o código de verificação: **3912cf6232**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CURSOS (11.03.05.03)

PLANO DE CURSO ADAPTADO

CENTRO / DEPARTAMENTO / UNIDADE DE VINCULAÇÃO: CE/DPEC

CÓDIGO DO COMPONENTE CURRICULAR: PEC 0168
NOME: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO MÉDIO (HISTÓRIA)
MODALIDADE DE OFERTA: ( ) Presencial (X) Remota ( ) A Distância

TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR / ESPECIFICAÇÃO:
( ) Disciplina
( ) Módulo
( ) Bloco
( ) Estágio (Atividade de Orientação Individual)
(X) Estágio (Atividade Coletiva)
( ) Trabalho de Conclusão de Curso (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade de Orientação Individual)
( ) Atividade Integradora de Formação (Atividade Coletiva)
( ) Atividade Autônoma

CARGA HORÁRIA TOTAL DO COMPONENTE CURRICULAR: 100h

ESPECIFICAÇÃO DAS CARGAS HORÁRIAS DO COMPONENTE CURRICULAR:

	PREENCHER AS CARGAS HORÁRIAS NA COLUNA REFERENTE AO TIPO DO COMPONENTE CURRICULAR								
	Disciplina	Módulo	Bloco	Atividade Acadêmica					
				Atividade de Orientação Individual			Atividade Coletiva		Atividade Autônoma
				Estágio com Orientação Individual	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade Integradora de Formação	Estágio com Orientação Coletiva	Atividade Integradora de Formação	Atividade Integradora de Formação
CARGA HORÁRIA **REMOTA TEÓRICA**				-	-	-	60h		-
CARGA HORÁRIA **REMOTA PRÁTICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA TEÓRICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA **À DISTÂNCIA PRÁTICA**				-	-	-	-		-
CARGA HORÁRIA DE **PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO**							-		
CARGA HORÁRIA DE **ORIENTAÇÃO**	-	-	-				40h		
CARGA HORÁRIA **TOTAL**							**100h**		
Carga Horária Docente de Orientação (preencher quando do tipo Atividade Acadêmica)									-

PRÉ-REQUISITOS

CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
EDU0166 OU PEC 0166 OU EDU 0238	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES II (HISTÓRIA)

CORREQUISITOS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES

EQUIVALÊNCIAS	
CÓDIGOS	NOME DOS COMPONENTES CURRICULARES
EDU0993 OU EDU0168 OU PEC4040	RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA IV

EMENTA / DESCRIÇÃO

Observação, planejamento e docência supervisionada em sala de aula do Ensino Médio, na área de formação do licenciando estagiário.

Obs.: Caso o Componente Curricular seja do Tipo Bloco, informar para cada Subunidade: Nome, Código, Tipo (Disciplina ou Módulo), Carga Horária Teórica, Carga Horária Prática, Número de Avaliações e Ementa.

METODOLOGIAS E RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS AO FORMATO REMOTO

O estágio supervisionado de formação de professores IV (História), ofertado no formato remoto, será executado na junção de encontros síncronos e assíncronos. No primeiro caso, faremos uso do Google Meet para os encontros de aula, com debates de texto e orientações, parte delas individuais. No segundo, utilizaremos preferencialmente o Sigaa para disponibilização de textos (todos já digitalizados), abertura de fóruns coletivos semanais, espaço de discussão de leituras do componente e relatos etnográficos do cotidiano escolar, no caso, observação e regência. Além disso, a plataforma será o espaço para postagem de notícias, frequência e notas dos discentes.
Devido à pandemia e funcionamento remoto da escola, o estágio ocorrerá excepcionalmente em formato remoto, talvez em dupla, considerando a falta de disponibilidade das escolas estaduais. Pontuamos que mesmo que os estágios ocorram em dupla, os relatórios monográficos deverão ser produzidos individualmente, uma vez que cada experiência é única e particular.
Os professorandos farão a observação com envio de formulários enviados à equipe da escola e irão desenvolver a regência de acordo com o formato adotado pelo professor supervisor, sob orientação dos professores de estágio.
O relatório monográfico, produto final deste componente curricular, será apresentado oralmente, ao término da disciplina durante o Seminário Didática e Ensino de História, para fins de divulgação das experiências vividas e avaliação dos resultados obtidos. O relatório deverá ser entregue pelo discente no menu tarefas do Sigaa, anexando os documentos comprobatórios solicitados pelos professores.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, C. Estágio Supervisionado como lugar de pesquisa: o caso dos estágios do curso de História da UFRN. In: AZEVEDO, C. (Org.). Docência em História: experiências de Estágio Supervisionado e Formação do Professor-pesquisador. Natal: EDUFRN, 2017.
AZEVEDO, Crislane B. Planejamento docente na aula de História: princípios e procedimentos teórico-metodológicos. Revista Metáfora Educacional. Feira de Santana, n. 14, p. 3-28, jan/jun. 2013.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
TOLEDO, M. R. A. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: MACHADO, A. R. A.; TOLEDO, M. R. A. (Orgs). Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAHIA, Ana Beatriz; SILVA, Andreza Regina Lopes da. Modelo de Produção de Vídeo Didático para EaD. RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação, v.15, p.1-10, 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/75116/0

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira de COVID-19. Revista EmRede: Revista de Educação a Distância, v.7, nº1. Porto Alegre, 2020, p.257-275. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621.

CURSO PARA O QUAL O COMPONENTE CURRICULAR SERÁ OFERECIDO
NOME DO CURSO: História - Licenciatura
CÓDIGO DA ESTRUTURA CURRICULAR: ---
PERÍODO DE OFERTA NA ESTRUTURA CURRICULAR: Nono nível
RELAÇÃO DO COMPONENTE COM A ESTRUTURA CURRICULAR: (x) Obrigatório ( ) Optativo ( ) Complementar

_____Natal_____, __11__ de ____agosto_____ de ____2020____
(Local)

_____
(Assinatura e carimbo do chefe/diretor da unidade responsável pelo componente)

Emitido em 19/08/2020

PLANO DE CURSO Nº 1168/2020 - CCH/LIC/CCHLA (13.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/08/2020 15:27)
MARCELA CHAVES CIDRAO ANDRADE
SECRETARIO ADMINISTRATIVO - TITULAR
CCH/LIC/CCHLA (13.08)
Matrícula: 3160478

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **1168**, ano: **2020**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **31/08/2020** e o código de verificação: **fb86915ee8**

DESPACHO

ASSUNTO: Apensação de planos de cursos adaptados ao formato remoto no Projeto Pedagógico do Curso

CONSIDERANDO a Portaria MEC Nº 544/2020, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – COVID-19, e revoga as Portarias MEC Nº 343 de 17 de março de 2020, Nº 345, de 19 de março de 2020, e Nº 473, de 12 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 031/2020 – CONSEPE, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a regulamentação para a retomada das aulas dos cursos de graduação do Período Letivo 2020.1, durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 8 – PROGRAD, de 27 de julho de 2020, que regulamenta os procedimentos necessários à retomada das aulas do Período Letivo Regular 2020.1 (2020.6), em função da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a decisão do Colegiado do Curso de Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, de 09 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.064280/2020-48;

Apensamos ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História na modalidade presencial vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA os planos de curso adaptados ao formato remoto de componentes curriculares com carga horária integralmente prática ou parte prática de componentes com carga horária teórico-prática ofertados de forma remota no período letivo 2020.1(2020.6).

Emitido em 28/09/2020

DESPACHO Nº 188/2020 - DAC/DDPED (11.03.05.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/09/2020 15:13)
JOSE CARLOS DE FARIAS TORRES
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
DDPed/PROGRAD (11.03.05)
Matrícula: 1967393

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sipac.ufrn.br/documentos/ informando seu número: **188**, ano: **2020**, tipo: **DESPACHO**, data de emissão: **28/09/2020** e o código de verificação: **784feab041**